

Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia Municipal de Sintra,

Dr. Sérgio Sousa Pinto

Sua referência

Sua Comunicação

Nossa referência

Data

GAOM

09.01.2018

ASSUNTO: Proposta n.º1018-P/2017

"Projeto da primeira Alteração ao Regulamento da Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra».

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do RJAL aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, solicito a V. Ex.ª que submeta a apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta acima identificada, aprovada na reunião da Câmara realizada em 9 de janeiro de 2018.

Com os melhores cumprimentos,

O PRESIDENTE DA CÂMARA



Basílio Horta



PATRIMÓNIO MUSEIAL - VÍCIO - HERITAGE

Câmara Municipal de Sintra

Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais - Secção de Apoio aos Órgãos Municipais
Largo Dr. Virgílio Horta, 2714-501 Sintra /Telefones: +351 219238642/8606 Fax: +351 219238647/gaom@cm-sintra.pt

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA

DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

(texto aprovado em minuta)

4

Nos termos do Art.º 57.º, n.ºs 3 e 4 do RJAL aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; artigo 34.º, n.ºs 4 e 6 do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, e da deliberação da Câmara, tomada na Reunião Extraordinária e Pública de 30 de outubro de 2017 que aprovou por unanimidade a Proposta n.º 824-P/2017, a Câmara aprovou em minuta o texto da deliberação tomada na **Reunião Ordinária de 09-01-2018**.

Proposta nº 1018-P/2017, subscrita pelo Sr. Presidente, que se anexa:

VOTAÇÃO: *aprovada por unanimidade*

Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Sintra, em 9 de janeiro de 2017.

O Presidente



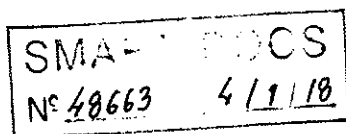
Basílio Horta

A Coordenadora



Helena Saraiva





PROPOSTA Nº 1018 - P / 2017

Considerando que:

- O Regulamento da Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra foi aprovado por unanimidade pela Assembleia Municipal de Sintra, na sua 2.ª Sessão Ordinária de 27 de Abril de 2010;
- Após a aprovação do Regulamento supra, atento inclusive o decurso do tempo, tornou-se necessário reponderar algumas das opções então tomadas, tendo em conta a experiência obtida no âmbito da respectiva aplicação desde a sua entrada em vigor;
- A título meramente exemplificativo, realce-se que, face às novas tendências no campo da museologia, deve ser dada oportunidade aos visitantes de poderem efectuar a reprodução fotográfica e desenho à vista das peças, embora com meios técnicos que não tenham carácter profissional;
- É ainda de dar nota que o Município de Sintra apresentou adesão voluntária do Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas e do MU.SA – Museu das Artes de Sintra à Rede Portuguesa de Museus, facto que deve ter a correspondente expressão em normativo municipal;
- Ao abrigo do nº 1 do artigo 98º do Código de Procedimento Administrativo foi determinado em 30 de Agosto de 2016 o início do procedimento de alteração ao Regulamento da Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra;

Reunião de



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



09 JAN. 2018

Doc.º Agendado com o
Nº 4

- A publicitação do processo de constituição de interessados prevista no nº 1 do artigo 98º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de Janeiro, para a apresentação de eventuais contributos no prazo de 30 dias foi efectivada através da publicitação de Aviso, em 31 de Agosto de 2016, na página da Câmara Municipal de Sintra em www.cm-sintra.pt;
- O período mencionado no parágrafo anterior decorreu até 3 de Outubro de 2016 não se tendo constituído quaisquer interessados;
- O projecto da Alteração ao Regulamento foi submetido a consulta pública mediante publicação do Aviso n.º 4003/2017 na II Série do Diário da República, n.º 74, de 13 de Abril de 2017, nos termos e para os efeitos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, sem prejuízo da demais publicitação legal;
- Não se verificou a ocorrência de quaisquer contributos no âmbito da consulta pública;
- A Direcção-Geral do Património Cultural, a solicitação da Câmara Municipal de Sintra emitiu, em 13 de Novembro de 2017, parecer favorável sobre o projecto de Regulamento com sugestões pontuais, na sequência do qual foram introduzidas algumas melhorias de pormenor que se justificavam do ponto de vista técnico-museológico.

Reunião de

09 JAN. 2018

Docº Agendado com o
Nº 4

2



Tenho a honra de propôr que :

A Câmara Municipal de Sintra delibere, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Sintra, ao abrigo da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo regime, **a Primeira Alteração ao Regulamento de Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra**, em anexo à presente Proposta e que desta faz parte integrante para todos os efeitos legais.

Paços do Concelho de Sintra, 22 de 12 de 2017.

O PRESIDENTE DA CÂMARA



(Basílio Horta)

Reunião de

09 JAN. 2018

Docº Agendado com o
Nº 6

3



N.º SM 48663/2017

Sintra, 28-11-2017 12:04:01

Assunto: Projecto de Primeira Alteração ao Regulamento da Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra (RMMS) – PROCESSO JURÍDICO N.º 528/2016

Carlos Manuel Pinheiro
da Silva Bordado

Digitally Signed by Carlos Manuel Pinheiro da Silva Bordado
DN: CN=Carlos Manuel Pinheiro da Silva Bordado,
OU=Certificado para Pessoa Singular,
OU=Gabinete Jurídico e de Notariado,
O=MUNICÍPIO SINTRA, C=PT
Reason: Parescer
Date: 2017.11.28T12:14:14

Exm.ª Sr.ª Diretora

Concordo, propondo a submissão à apreciação superior o Projeto de alteração ao Regulamento em referência, o qual não recebeu contributos no âmbito do processo de consulta pública a que foi submetido e mereceu parecer favorável da DGPC. Por se julgar estarem reunidas as condições para que o Projeto seja submetido à aprovação do executivo municipal, junta-se minuta de informação, a subscrever pelo Exmo. Sr. Presidente em caso de concordância.

À consideração superior,

Lúcia de Fátima
Barreira Dias Vargas

Digitally Signed by Lúcia de Fátima Barreira Dias Vargas
DN: CN=Lúcia de Fátima Barreira Dias Vargas,
SERIALNUMBER=CCPT-13069278, 1=Chefe de
Divisão, OU=Certificado para Pessoa Singular,
OU=Divisão de Assuntos Jurídicos, O=Município de
Sintra, C=PT
Reason: Parecer
Date: 2017.11.28T16:35:48

Exmo. Senhor Presidente,

Concordo, propondo-se a submissão a V.Exa. do projeto de alteração ao regulamento em apreço, com parecer favorável da DGPC (Direção Geral de Património Cultural), importando agora submeter o projeto ao executivo municipal, anexando-se informação para esse efeito e posterior submissão para aprovação da Assembleia Municipal.

Todavia, à consideração de V.Exa.

Sandra Isabel
Magno de Brito

Digitally Signed by Sandra Isabel Magno de Brito
DN: CN=Sandra Isabel Magno de Brito,
OU=Certificado para Pessoa Singular,
OU=Gabinete Jurídico e de Notariado,
O=MUNICÍPIO SINTRA, C=PT
Reason: Despacho
Date: 2017.12.05T16:07:15

Reunião de

09 JAN. 2018

Doctº Agendado com o
Nº 4



Informação – Proposta n.º SM 48663

Sintra, 28.NOV. 2017

Assunto: Projecto de Primeira Alteração ao Regulamento da Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra (RMMS) – PROCESSO JURÍDICO Nº 528/2016

De: Técnico Superior Jurista Carlos Bordado, DJUR

Para: Exma. Senhora Chefe da DJUR, Dra. Lúcia Vargas

Na sequência da distribuição do processo em epígrafe ao subscritor em 8 de Agosto de 2016 foram desenvolvidas em articulação com a DCUL, actual DBMU, as diligências necessárias à correcta adequação jurídica do texto e à necessária, tendo em vista a concretização do documento em epígrafe. Assim, sou de informar V.Exa. que:

I

No âmbito da tramitação legalmente estabelecida relativamente ao documento em epígrafe, foi cumprida a prévia constituição de interessados de acordo com o estatuído no nº 1 do artigo 98º do CPA, com a publicitação de Aviso no site da Câmara Municipal de Sintra, em 31 de Agosto de 2016.

Entre 1 de Setembro de 2016 e 3 de Outubro de 2016, prazo que excede os usuais 30 dias para o efeito, não houve a constituição de quaisquer interessados nos termos legais.

II

O Projecto foi submetido à superior consideração do Exmº Senhor Vice-Presidente Vereador Rui Pereira em 6 de Janeiro de 2017, que à data era o eleito com competências delegadas e sub-delegadas na área da cultura, tendo merecido a sua concordância para que se procedesse à consulta pública.

Por despacho do Exmº Senhor Presidente da Câmara de 16 de Março de 2017 foi determinado que se procedesse à consulta pública.

Reunião de

09 JAN, 2018

Docº Agendado com o
Nº 4

O projeto da presente Alteração ao Regulamento foi submetido a consulta pública mediante publicação do Aviso n.º 4003/2017 na II Série do Diário da República, n.º 74, de 13 de Abril de 2017, nos termos e para os efeitos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, sem prejuízo da demais publicitação legal.

Não se verificou a ocorrência de quaisquer contributos no âmbito da consulta pública.

A Direcção-Geral do Património Cultural, a solicitação da Câmara Municipal de Sintra emitiu, em 13 de Novembro de 2017, parecer favorável sobre o projecto de Regulamento com sugestões pontuais, na sequência do qual foram introduzidas pela DJUR em estreita articulação com a DBMU, algumas melhorias de pormenor em matérias de ordem técnico-museológica.

O Projecto encontra-se, assim, em condições de aprovação por parte do deliberativo municipal sob proposta do executivo.

Face a todo o exposto, sou de propôr que seja colocada à superior consideração e concordância o texto do Projecto de Primeira Alteração ao Regulamento da Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra (RMMS), junto com minuta de Proposta formal a submeter a deliberação do Executivo Municipal ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para ulterior aprovação pela Assembleia Municipal de Sintra, ao abrigo da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º ambas do mesmo Regime.

À Consideração Superior de V.Exa.

O Técnico Superior Jurista



(Carlos Bordado)

Reunião de

09 JAN. 2018

Docº Agendado com o
Nº 4



**Projecto de
Primeira Alteração ao Regulamento da
Organização, Gestão e Funcionamento da
Rede de Museus Municipais de Sintra**

DELIBERADO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA EM
APROVADO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINTRA EM



Projecto de Primeira Alteração ao Regulamento da Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra (RMMS)

Preâmbulo

A importância cultural que os museus, independentemente do tipo de tutela, modelos, coleções e vocações, têm vindo a assumir na sociedade contemporânea é cada vez mais reconhecida. A nível autárquico, a realidade museológica tem vindo a comprovar e a consolidar a sua relevância estratégica no âmbito das políticas culturais.

Os museus municipais são detentores de um valiosíssimo património móvel e imóvel que urge preservar, estudar e divulgar, numa ação cultural dinâmica de diálogo e cumplicidade entre todos os seus intervenientes, constituindo-se como espaços abertos à sociedade assegurando fins culturais e educativos. Para o cumprimento destas exigências estas unidades dispõem de recursos financeiros, disponibilizados através do orçamento municipal, que asseguram a sua sustentabilidade e o cumprimento das suas funções museológicas.

Com efeito, e sem prejuízo do que precede, numa perspetiva de auxiliar a sustentabilidade do sistema, os espaços museológicos podem e devem explorar também as suas potencialidades de rentabilização, ao proporcionar o acesso aos diversos públicos a que se destinam, através da divulgação dos acervos museológicos e, igualmente, mediante a realização, em paralelo, de ações de carácter educativo, didático e lúdico.

Pretende-se que os Museus Municipais atinjam elevados níveis de qualidade nos serviços prestados bem como na promoção do acesso à cultura e no



enriquecimento do património cultural, não só pela sua organização, funcionamento e gestão como, igualmente, pela aplicação de boas práticas museológicas e alargamento dos seus públicos, contribuindo, assim, para um desenvolvimento integrado das comunidades locais. O presente Regulamento insere-se no cumprimento da legislação em vigor.

De facto, compete ao Estado, no âmbito dos deveres culturais constitucionalmente consagrados, e em colaboração com todos os agentes culturais, “promover a salvaguarda e a valorização do património cultural, tornando-o elemento vivificador da identidade cultural comum”, assim como “incentivar e assegurar o acesso de todos os cidadãos aos meios e instrumentos de ação cultural” e “apoiar as iniciativas que estimulem a criação individual e coletiva, nas suas múltiplas formas e expressões”, a que, concomitantemente, corresponde o direito, por parte de todos, à fruição e à criação cultural, bem como o dever de preservar, defender e valorizar aquele património.

No contexto das atribuições dos Municípios referentes à manutenção, recuperação e divulgação do património cultural, compete às Autarquias gerir os museus, nos termos a definir por lei, conforme determina o artigo 13.º, n.º 1, alínea e) e artigo 20.º, n.º 1, alínea b), e n.º 2, alínea e) da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro e de acordo com o artigo 53.º, n.º 2, alínea a) e artigo 64.º, n.º 2, alínea m) e n.º 7, alínea a), da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Por seu turno, na esteira da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro – que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural – é aprovada a Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto – que define a Lei Quadro dos Museus Portugueses. Ora, nos termos desta Lei, designadamente, dos artigos 1.º, alínea d), 3.º, 4.º, 7.º, 8.º e 94.º, n.º 3, pretende-se que os museus, vistos como instituições de carácter permanente,



com ou sem personalidade jurídica, sem fins lucrativos e dotados de uma estrutura organizacional, garantam, a um conjunto de bens culturais, um destino unitário de valorização, através das funções de investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação, prosseguindo objetivos científicos, educativos e lúdicos, de forma a facultar o acesso regular ao público e, assim, fomentar a democratização da cultura e o desenvolvimento sustentado da sociedade em geral.

Nestes termos, e com base nos artigos 52.º e 53.º da Lei Quadro dos Museus Portugueses, deve ser elaborado um Regulamento, o qual contemple a vocação de cada museu, o inerente enquadramento orgânico, as funções museológicas, o horário e o regime de acesso público, bem como a gestão de recursos humanos e financeiros. Conforme dispõe o artigo 12.º daquela Lei, os Museus devem formular e fazer aprovar, ou propor para aprovação das entidades de que dependem, uma Política de Incorporações, que deve ser definida de acordo com a sua vocação e consubstanciada num programa de atuação que permita imprimir coerência, por forma a dar continuidade à valorização do inerente acervo. Devem ser, igualmente, estabelecidas Normas e Procedimentos de Conservação Preventiva, as quais deverão definir os princípios e as prioridades da preservação das coleções e da avaliação de riscos, nos termos do artigo 28.º da Lei Quadro dos Museus Portugueses.

Há algum tempo, o Município de Sintra apresentou a adesão voluntária da Casa-Museu de Leal da Câmara, do Museu Anjos Teixeira e do Museu Ferreira de Castro à Rede Portuguesa de Museus, entretanto constituída, tendo sido a mesma admitida e, desde então, são os referidos museus considerados e listados na mencionada rede nacional.

Nestes termos, pretende-se contribuir para a definição e clarificação do enquadramento orgânico, da gestão e, ao nível da organização procedimental,



dos vários museus do Município de Sintra, justificando-se, assim, a criação de uma Rede de Museus Municipais de Sintra (adiante designada por RMMS), pelo que se entende útil e necessária a elaboração de um Regulamento que discipline a gestão dos diversos equipamentos museológicos do Município de Sintra e, bem assim, de outros, que venham, eventualmente, a integrar a rede.

A criação de oferta museológica e a promoção da sua fruição cultural, contribuem para o incrementar de uma cidadania responsável, estimulando o empenhamento dos cidadãos na salvaguarda, enriquecimento e divulgação da identidade cultural de um povo.

Por todo o exposto, o presente Regulamento foi sujeito a audiência dos interessados nos termos do artigo 117.º do Código de Procedimento Administrativo, designadamente através de consulta ao Instituto dos Museus e da Conservação I. P. e às entidades associativas de carácter museológico, sendo o mesmo, concomitantemente submetido, nos termos do disposto no artigo 118.º do mesmo diploma, à apreciação pública pelo prazo de trinta dias, através de publicação do Aviso n.º 22869/2009, na II Série do Diário da República, n.º 244, de 18 de dezembro de 2009. Foi recebido um contributo do Instituto dos Museus e da Conservação I. P. o qual considerou que o projeto "se encontra bem formulado, incluindo todos os elementos considerados relevantes para o efeito".

Assim, nos termos do disposto nos artigos 112.º, n.º 8 e 241.º da Constituição da República Portuguesa, no preceituado na alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º e da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal de Sintra, ouvida a Comissão Permanente de Assuntos Sociais, sob proposta da Câmara Municipal, foi aprovado por unanimidade, na sua 2.ª Sessão Ordinária de 27 de Abril de 2010, o Regulamento da Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra.



Após a aprovação do Regulamento supra, tornou-se necessário reponderar algumas das opções então tomadas, tendo em conta a experiência obtida no âmbito da respetiva aplicação desde a sua entrada em vigor. Nestes termos, e a título meramente exemplificativo, realce-se que, face às novas tendências no campo da museologia, é dada oportunidade aos visitantes de poderem efetuar a reprodução fotográfica e desenho à vista das peças, embora com meios técnicos que não tenham carácter profissional.

É ainda de dar nota que recentemente Município de Sintra apresentou adesão voluntária do Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas à Rede Portuguesa de Museus, tendo sido a mesma admitida. O MU.SA – Museu das Artes de Sintra prepara neste momento a sua candidatura.

Ao abrigo do nº 1 do artigo 98º do Código de Procedimento Administrativo foi determinado o início do procedimento de alteração ao Regulamento da Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra.

A publicitação do processo de constituição de interessados prevista no nº 1 do artigo 98º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de Janeiro, para a apresentação de eventuais contributos no prazo de 30 dias foi efectivada através da publicitação de Aviso, em 31 de Agosto de 2016, na página da Câmara Municipal de Sintra em www.cm-sintra.pt.

Tendo o período supra mencionado decorrido até 3 de Outubro de 2016 não se constituíram quaisquer interessados.

O projeto da presente Alteração ao Regulamento foi submetido a consulta pública mediante publicação do Aviso n.º 4003/2017 na II Série do Diário da



República, n.º74, de 13 de Abril de 2017, nos termos e para os efeitos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, sem prejuízo da demais publicitação legal.

Não se verificou a ocorrência de quaisquer contributos no âmbito da consulta pública.

A Direcção-Geral do Património Cultural, a solicitação da Câmara Municipal de Sintra emitiu, em 13 de Novembro de 2017, parecer favorável sobre o projecto de Regulamento com sugestões pontuais, na sequência do qual foram introduzidas algumas melhorias de pormenor.

Assim, a Assembleia Municipal de Sintra, sob proposta da Câmara Municipal de Sintra, aprovou na sua realizada em de de 201..., a **Primeira Alteração ao Regulamento de Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra**, tudo nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º e na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Foram objeto de alteração e aditamento:

O Preâmbulo;

O artigo 1.º;

As alíneas c) a f) do n.º 2 do artigo 3.º;

O artigo 7.º;

O artigo 8.º;

A alínea c) do n.º 2 e alínea c) do n.º 3 do artigo 21.º;

O artigo 27.º;

Os n.ºs 1 a 3 e n.º 12 do artigo 38.º;

O n.º 1 do artigo 39.º;



O artigo 40.º;

A alínea c) do n.º 6, n.º 7, n.º 9 e n.º 11 do artigo 44.º;

O n.º 1, a alínea b) do n.º 4, o n.º 5, o n.º 6 e o n.º 10 do artigo 47.º;

O n.ºs 2 e 4 do artigo 49.º;

As alíneas c) e g) do n.º 2 do artigo 50.º;

Os n.ºs 2 e 3 do artigo 52.º;

O n.º 1 do artigo 61.º;

O n.º 1 do artigo 63.º;

O n.º 2 do artigo 64.º;

O Anexo I;

O Anexo II;

O Anexo III;

O Anexo IV;

O Anexo V;

O Anexo VI;

O Anexo VII;

O Anexo VIII.

As alterações e aditamentos encontram-se integrados no Regulamento, o qual se republica como texto consolidado, a publicitar nos termos legais e a entrar em vigor no prazo de 15 dias após publicação de Aviso ou Aviso (extracto) em II Série do Diário da República. Assim:



Título I

Disposições Gerais

Capítulo I

Lei habilitante, objeto, âmbito de aplicação, missão, objetivos e conceito

Artigo 1.º

Lei Habilitante

O presente Regulamento é elaborado de acordo com o disposto na alínea e) do n.º 2 do artigo 23.º, na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º e na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, em conjugação com os artigos 70.º, 71.º, 93.º e 95.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro – que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do Património Cultural –, de harmonia com o direito internacional, designadamente, com a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, adotada na 32.ª Conferência Geral da UNESCO, em Paris, em 17 de outubro de 2003, aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º 12/2008 e ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 28/2008, de 26 de Março; com o Código de Ética para Museus, do Conselho Internacional de Museus (ICOM), aprovado pela 15.ª Assembleia Geral, de 4 de novembro de 1986; com as sucessivas modificações e revisões, nomeadamente pela 21.ª Assembleia Geral, realizada em Seul, na Coreia do Sul, em 8 de outubro de 2004; e com a legislação de desenvolvimento da Lei de Bases do Património Cultural, designadamente, com os Decretos-Lei n.ºs 138/2009 e 139/2009, de 15 de junho; de acordo com os artigos 1.º, alínea d), 3.º, 4.º, 7.º, 8.º, 12.º, 28.º, 52.º, 53.º e 94.º, n.º 3, da Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto – que aprova a Lei-quadro dos Museus Portugueses – e ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e, ainda, dos



artigos 96.º a 101.º e 135.º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de Janeiro

Artigo 2.º

Objeto

1. O presente Regulamento estabelece as regras relativas à estrutura, à organização, ao funcionamento, à gestão integrada, à política de incorporações, à normalização de procedimentos de preservação das coleções e à qualificação dos Museus que compõem a Rede de Museus Municipais de Sintra.
2. O presente Regulamento visa-se, igualmente, regular a recolha, o estudo e a preservação das suas coleções, enquanto património cultural, bem como a sua valorização, mediante a afirmação dos museus municipais como instituições culturais abertas a toda a sociedade.

Artigo 3.º

Âmbito de aplicação

1. O presente Regulamento estabelece as regras que subjazem aos princípios e funções dos museus, bem como às boas práticas museológicas aplicáveis à RMMS, tendo em vista a preservação, a defesa, a divulgação e a valorização das suas coleções.
2. A RMMS é composta pelos seguintes museus, cujo enquadramento, missão e vocação se encontram definidos no **Anexo I**, que deste Regulamento faz parte integrante para todos os efeitos legais:
 - a) Casa-Museu de Leal da Câmara
 - b) Museu Anjos Teixeira
 - c) Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas



- d) MU.SA – Museu das Artes de Sintra
- e) Museu Ferreira de Castro
- f) Museu de História Natural de Sintra

3. O presente Regulamento aplica-se, igualmente, a outros museus municipais que venham, eventualmente, a ser criados, nos termos legais, pelo Município de Sintra, e que ficarão afetos à RMMS, reunidos que estejam os requisitos exigíveis para o efeito.
4. O enquadramento, missão e a vocação dos museus referidos no número anterior devem ser definidos e constar do Anexo I, nos termos do n.º 2 deste artigo.

Artigo 4.º

Missão genérica da RMMS

A RMMS tem os seguintes objetivos:

- a) A valorização e a qualificação da realidade museológica municipal;
- b) A cooperação e a articulação entre os museus municipais de Sintra, com vista a melhorar e a rentabilizar a prestação do serviço ao público;
- c) A difusão da informação relativa aos museus;
- d) A promoção do rigor, do profissionalismo e das boas práticas e técnicas museológicas.

Artigo 5.º

Objetivos da RMMS

No enquadramento de uma visão integrada da política organizacional da RMMS, são tidos como objetivos:

1. A nível cultural:



- a) Valorizar e divulgar o Património do Município, da Região e do País;
- b) Desenvolver e dinamizar as relações com o público;
- c) Desenvolver ações com vista à melhor fruição e deleite do público;
- d) Implementar a investigação histórica, museológica e artística no Município;
- e) Proporcionar aos cidadãos uma identificação com a história e com o património cultural do Município de Sintra e, igualmente, com a história e com o património cultural nacionais;
- f) Promover o estudo, a investigação, a publicação e a conservação das coleções dos museus.

2. A nível educativo:

- a) Criar o hábito e fomentar o gosto em frequentar os museus, por parte das escolas e demais grupos inseridos em atividades lúdico-didáticas;
- b) Estabelecer parcerias com as escolas e demais instituições de âmbito cultural e didático-pedagógico, com vista à programação de atividades conjuntas;
- c) Criar sinergias para construir museus vivos;
- d) Proporcionar aos visitantes uma aprendizagem/apreensão de forma lúdica, mas com base científica;
- e) Sensibilizar os visitantes responsabilizando-os quanto à preservação das coleções e do património museológico.

3. A nível social:

- a) Promover o desenvolvimento integrado e sustentado local;
- b) Desenvolver parcerias com associações locais, com vista à implementação de estratégias de valorização da memória coletiva;
- c) Zelar e reforçar a identidade local ou regional, com vista à sua valorização e dinamização social;
- d) Tornar os museus de todos e para todos.



Artigo 6.º

Conceito de Museu

Em conformidade com a legislação em vigor e para os efeitos do presente Regulamento, entende-se por museu a instituição de carácter permanente, sem fins lucrativos, que apresenta as características e cumpre as funções museológicas previstas na lei, ainda que o respetivo acervo integre espécies vivas, tanto botânicas como zoológicas, testemunhos resultantes da materialização de ideias, representações de realidades existentes ou virtuais, assim como bens de património cultural imóvel, ambiental e paisagístico e dotada de uma estrutura organizacional que lhe permite:

- a) Garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais e valorizá-los através da investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação, com objetivos científicos, educativos e lúdicos;
- b) Facultar o acesso regular ao público e fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade.

Capítulo II

Responsabilidade e competência

Artigo 7.º

Responsabilidade

A gestão e administração da RMMS compete à Câmara Municipal de Sintra, através da Divisão de Bibliotecas e Museus Municipais, do Departamento de Turismo e Cultura, ou, em caso de alteração estrutural, à unidade orgânica, que em termos da Estrutura Nuclear ou Flexível, tenha essa incumbência.



Artigo 8.º

Competência

Incumbe à unidade orgânica referida no artigo anterior, em termos genéricos e de acordo com a Estrutura Nuclear e Flexível da Câmara Municipal de Sintra em vigor, promover e assegurar a execução da política museológica municipal, em cumprimento com as orientações da Câmara Municipal e em diálogo permanente com a Administração Central, com as Juntas de Freguesia do Município e com os seus agentes culturais e sociais, bem como promover uma oferta de qualidade nos museus, enquanto espaços de conhecimento e de comunicação, cumprindo, assim, a sua natureza de serviço público.

Título II

Regime geral de organização, gestão e funcionamento da RMMS

Capítulo I

Funções museológicas e gestão dos acervos

Secção I

Incorporação

Artigo 9.º

Definição e âmbito de aplicação

1. Entende-se por incorporação a integração formal de um bem cultural no acervo dos museus, constituindo-se como uma das funções museológicas essenciais a uma política de preservação e de salvaguarda da memória coletiva.
2. Os bens culturais depositados nos museus não são incorporados.



3. O depósito, a que se alude no número anterior, encontra-se especialmente previsto na Lei Quadro dos Museus Portugueses.

Artigo 10.º

Objetivos da incorporação

São objetivos específicos da incorporação:

- a) Dar continuidade a uma política de preservação dos bens culturais, de acordo com a vocação e especificidades dos museus municipais, imprimindo coerência, enriquecimento e valorização dos respetivos acervos e à sua contextualização;
- b) Integrar objetos que, embora possuam uma identidade singular, possam contribuir para a valorização das coleções existentes e, com elas, por qualquer forma, se relacionem, evidenciando passos de um processo de evolução.

Artigo 11.º

Modos de incorporação

Sem prejuízo de outras modalidades previstas na lei, a incorporação efetiva-se através de:

- a) Compra;
- b) Doação;
- c) Legado;
- d) Herança;
- e) Recolha;
- f) Achado;
- g) Transferência;
- h) Permuta;
- i) Afetação permanente;
- j) Exercício do direito de preferência;



k) Dação em cumprimento.

Artigo 12.º

Requisitos de incorporação

1. A incorporação deve obedecer aos seguintes requisitos:
 - a) Só pode ser efetuada mediante prova da existência legal do bem cultural e da sua proveniência e, quando possível, através da indicação do respetivo contexto geográfico e cronológico, bem como de outras referências que possam ser úteis para os fins de investigação ou apresentação em público;
 - b) Os objetos incorporados devem relacionar-se com os objetivos e com a missão e vocação dos museus municipais, nos termos do n.º 2 do art.º 3 do presente Regulamento;
 - c) Ser efetuada de acordo com qualquer uma das modalidades enunciadas no artigo anterior e constituir uma mais-valia para o acervo dos museus municipais;
 - d) Os bens culturais e museológicos devem encontrar-se em bom ou razoável estado de conservação, salvo se a unidade orgânica gestora da RMMS considerar que, apesar do seu mau estado, tais bens constituem, de forma inequívoca, um valor acrescentado às coleções dos museus municipais;
 - e) As incorporações sujeitas a condições especiais devem ser recusadas, se as mesmas forem consideradas contrárias aos objetivos e às missões dos museus municipais;
 - f) Verificabilidade de condições espaciais e ambientais adequadas à preservação do bem.



2. A aprovação da incorporação do bem, nos casos referidos no artigo 11.º, realiza-se através de deliberação da Câmara Municipal ou decisão do Vereador com competências na área da Cultura, nos termos da lei.

3. Qualquer que tenha sido o modo de incorporação, os bens culturais em causa devem estar devidamente acondicionados, de modo a não sofrerem danos no seu processo de deslocação para os museus.

Artigo 13.º

Avaliação prévia da incorporação

1. Para avaliar o interesse museológico da possível incorporação, a unidade orgânica gestora da RMMS deve, obrigatoriamente, emitir parecer técnico prévio à deliberação ou decisão previstas no n.º 2 do artigo anterior.

2. Sem prejuízo do previsto no número anterior e em casos de especial relevância, pode, sob proposta da unidade orgânica gestora dos museus municipais, ser nomeada pelo Vereador da Câmara com competências na área da Cultura uma comissão de avaliação composta por três elementos com capacidade reconhecida na respetiva área.

Artigo 14.º

Procedimentos do ato de incorporação

Após a aprovação da incorporação do bem, por qualquer uma das modalidades previstas no artigo 11.º, a unidade gestora da RMMS deve informar as unidades orgânicas gestoras do património móvel e financeiro da Câmara Municipal, para que estas procedam à atualização do respetivo cadastro.



Artigo 15.º

Registo do bem incorporado

1. A forma de procedimento na incorporação deve privilegiar a identificação primária dos bens e, posteriormente, o seu tratamento.
2. Os bens incorporados devem ser submetidos a um registo prévio onde se designe as propriedades essenciais da sua identificação, designadamente, mediante registo fotográfico.
3. O registo no inventário geral dos museus municipais deve ser efetuado após a formalização da incorporação.

Secção II

Inventário

Artigo 16.º

Objetivos

1. O acervo integrado e a integrar nos museus municipais deve ser objeto de inventário museológico, elaborado pela unidade orgânica gestora da RMMS, de acordo com as normas gerais de inventário previstas na Lei-Quadro dos Museus Portugueses e em demais legislação em vigor.
2. O inventário museológico visa a identificação e a individualização de cada bem cultural e integra a respetiva documentação, de acordo com as normas técnicas mais adequadas à sua natureza e características.



Artigo 17.º

Instrumentos de inventário

1. O número de registo de inventário e a ficha de inventário museológico constituem os instrumentos de descrição, de indicação do estado de conservação, de identificação e de individualização adequados para a elaboração do inventário geral dos bens que constituem os acervos dos museus municipais, tal como dos bens, que venham, por qualquer título, a integrar, no futuro, aqueles acervos.
2. O inventário museológico é tratado informaticamente, mediante a utilização de um software próprio de gestão de coleções.
3. O inventário museológico deve ser complementado por registos subsequentes, nomeadamente o registo fotográfico, que possibilitem aprofundar e disponibilizar informação sobre os bens culturais, assim como historiar o respetivo processamento e a atividade dos museus.
4. Compete ao Município de Sintra, nos termos legais, assegurar a disponibilidade dos dados referidos neste artigo ao Instituto dos Museus e da Conservação, I.P., ou a outra entidade referente à administração do património cultural que venha a suceder àquele instituto.

Artigo 18.º

Procedimentos de preenchimento do registo e ficha de inventário

O preenchimento do registo e ficha de inventário deve observar, com as devidas adaptações, as normas de inventário seguidas de acordo com as boas práticas museológicas vigentes.



Secção III

Conservação

Artigo 19.º

Dever de conservar

1. Os museus municipais, através da RMMS, garantem as condições adequadas e promovem as medidas preventivas necessárias à conservação dos bens culturais neles incorporados, de acordo com as normas e com as boas práticas museológicas em matéria de preservação das coleções, de avaliação de riscos e de procedimentos adequados vigentes.
2. A função de conservação prevista no presente Regulamento contempla a avaliação de riscos, relativamente aos edifícios onde se encontram instalados os museus municipais, às áreas funcionais, às coleções e ao fator humano.
3. Todas as soluções respeitantes à conservação das coleções dos museus municipais são da responsabilidade da unidade orgânica gestora da RMMS, precedidas, quando necessário ou se justifique nos termos da lei, de parecer e de consulta de conservadores / restauradores e/ou de entidades especializadas para o efeito.
4. No caso de bens culturais classificados ou em vias de classificação, nos termos do artigo 15.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, o projeto de conservação e/ou de restauro carece de autorização prévia do Instituto dos Museus e da Conservação, I. P., de acordo com o determinado pela Lei-quadro dos Museus Portugueses.



Artigo 20.º

Normas gerais

1. Compete à unidade orgânica gestora da RMMS no geral e, especialmente às equipas diretamente adstritas aos museus municipais, dar cumprimento às normas e procedimentos de preservação das coleções, quer dos edifícios, quer das coleções, designadamente quanto a iluminação, temperatura, humidade relativa, acondicionamento, equipamentos, segurança, cuidados primários e alarmes, tal como proceder à manutenção da reserva e à execução de vistorias regulares ao estado das coleções e, ainda, dos respetivos suportes, independentemente da sua natureza.

2. Quanto ao edifício, compete concretamente:

- a) Assegurar-se do isolamento das coberturas, portas e janelas;
- b) Evitar infiltrações ou excessos de humidade;
- c) Inspeccionar periodicamente as instalações elétricas, canalizações e fechaduras;
- d) Evitar e/ou controlar a nocividade de produtos a aplicar nos restauros do edifício;
- e) Garantir a segurança geral de todo o complexo.

3. Quanto às coleções, compete concretamente:

- a) Observar com periodicidade o estado de conservação da coleção, a tempo de se poder detetar, prevenir e corrigir eventuais anomalias;
- b) Controlar os níveis de temperatura, de humidade relativa, de luminosidade e de poluentes;
- c) Garantir a segurança geral de todas as coleções, tanto as expostas como as em situação de reserva;
- d) Registrar regularmente as alterações em suporte papel, digital ou outro.



Artigo 21.º

Procedimentos

1. Compete à unidade orgânica gestora da RMMS no geral e, especialmente às respetivas equipas diretamente adstritas aos museus municipais saber identificar, registar e, se possível, corrigir corretamente os diversos agentes de deterioração e anomalias que, eventualmente, se registem em cada museu, designadamente:

- a) Acomodação física das coleções;
- b) Humidade relativa;
- c) Luminosidade;
- d) Vandalismo;
- e) Movimentação e manuseamento de peças;
- f) Riscos de fogo;
- g) Poluentes;
- h) Riscos de intrusão;
- i) Infiltrações e inundações;
- j) Pragas, designadamente, mamíferos, insetos, fungos e bolores.

2. Compete, igualmente, à referida unidade orgânica e respetivas equipas manter:

- a) Em bom estado todo o equipamento de leitura de registos de controlo ambiental, designadamente higrómetros, higrógrafos, luxímetros e proceder à sua leitura diária/regular, de molde a se poder aferir toda a ambiência dos diversos espaços dos museus;
- b) Em bom estado e em funcionamento adequado os desumidificadores e os caloríferos existentes, quer nas salas de exposição, quer nas reservas;



- c) Em funcionamento e testar periodicamente os alarmes antifogo e anti-intrusão dos museus, sem prejuízo das atribuições do Serviço de Segurança e Saúde no Trabalho.

3. Compete, igualmente, à unidade orgânica gestora da RMMS e respetivas equipas zelar para que:

- a) Se evite a colocação de peças junto das paredes exteriores, sendo que, em caso de inevitabilidade, devem ser criadas condições objetivas para evitar a sua eventual degradação;
- b) As peças não sejam expostas diretamente sob luz natural;
- c) As peças não sejam colocadas diretamente no chão, a fim de se evitar eventuais danos físicos, contaminações por pragas, ou contacto com água ou outros produtos corrosivos;
- d) Se evite lavar pavimentos de madeira ou revestidos do mesmo material;
- e) Se evite o contacto das peças com produtos de limpeza ou com águas de lavagens;
- f) As peças não sejam manuseadas por parte do público, por investigadores e por funcionários não habilitados para o efeito;
- g) Não sejam alteradas as características específicas de cada peça, nem o seu local de conservação, designadamente de exposição ou reserva, sem autorização prévia e sem se assegurar que estão reunidas as condições de preservação ambiental e física para tal;
- h) Sejam colocados sempre os números de registo de entrada e dos inventários em áreas discretas das peças, de modo a que não as danifiquem, impeçam ou interfiram com a leitura e/ou perceção visual das mesmas;
- i) Não sejam executados quaisquer restauros sempre que subsistirem dúvidas quanto à sua pertinência, necessidade, adequabilidade,



oportunidade, conhecimentos técnicos, materiais a usar ou falta de meios ou de experiência sobre o assunto;

- j) Toda e qualquer ação de restauro seja apenas executada por elementos especializados ou sob a orientação destes, após conhecimento, análise prévia por parte da unidade orgânica gestora da RMMS e aprovação por parte do eleito com competências na área da Cultura;
- k) Em caso de deslocação de peças para o exterior dos museus, estas somente devem sair depois de assegurados todos os requisitos necessários para o efeito, designadamente estudo da peça, registo, protocolo, acomodação, condições ambientais, embalagem adequada, transporte, acautelamento do melhor trajeto e seguro.

4. As peças colocadas em reserva devem conservar-se em bom estado, sendo asseguradas, pelo menos, as seguintes condições:

- a) Climatização adequada dos espaços;
- b) Uso de suportes rígidos e arejados;
- c) Uso de papéis e cartões isentos de quaisquer ácidos;
- d) Manutenção das peças emolduradas sempre que possível;
- e) Proteção das peças com papel de seda ou vegetal adequado;
- f) Envolvimento das peças em papel flexível e não absorvente de humidade;
- g) Não permitir a sobreposição das peças;
- h) Manutenção das mesmas em local adequado, por forma a evitar eventuais riscos.



Secção IV
Segurança

Artigo 22.º
Plano de segurança

1. Os museus municipais possuem Planos de Segurança e Emergência Individuais, os quais são elaborados pela unidade orgânica gestora da Higiene e Segurança Ocupacional da Autarquia, em estreita colaboração com a unidade orgânica gestora da RMMS, com vista a garantir não só a proteção e a integridade dos bens culturais nos museus municipais incorporados, bem como, e em primeiro lugar, dos visitantes, do respetivo pessoal e das instalações.

2. Os edifícios dos museus municipais estão equipados com as condições de segurança indispensáveis e periodicamente testadas para garantir a respetiva proteção e integridade, designadamente, alarme anti-intrusão e alarme antifogo, nos termos do determinado pela Lei, em ordem a garantir a prevenção de perigos e a sua respetiva neutralização.

3. Os Planos de Segurança referidos no presente artigo são objeto de aprovação pelo Presidente da Câmara e pelo eleito com competências delegadas / subdelegadas na área da Cultura e são atualizados de acordo com a legislação em vigor.



Secção V

Interpretação e exposição

Artigo 23.º

Programa de exposições

1. A RMMS divulga os bens museológicos que constituem o seu acervo, através de uma programação global e anual de exposições, que inclui a definição de prioridades de agenda e a indicação da duração dos eventos a elaborar pela unidade orgânica gestora dos museus municipais de Sintra e a aprovar pelo eleito com competências próprias ou delegadas / subdelegadas na área da Cultura, tendo em consideração, designadamente:

- a) A planificação de atividades de índole museológica e museográfica;
- b) A planificação de atividades temporárias;
- c) A planificação de atividades lúdico-didáticas;
- d) As considerações acerca das necessidades ainda por satisfazer nos museus municipais.

2. Os espólios dos museus municipais permitem a realização de exposições de temática diversificada no âmbito das suas vocações, bem como o estudo da história e do património cultural do Município, de acordo com as características das coleções e com base em estudos de investigação, de modo a permitir uma variedade de públicos e a cumprir a sua função social.

3. O plano de exposições referido no número anterior pode, igualmente, contar com contribuições de outros museus ou instituições, locais, nacionais e/ou internacionais, ou, ainda, através da constituição de parcerias.

4. As exposições itinerantes da RMMS permitem ir ao encontro das pessoas, em locais de fácil acesso, com o intuito de promover a fruição e educação



culturais, tal como a sensibilização para a preservação de bens de todos e para todos.

Artigo 24.º

Difusão das coleções e iniciativas

1. A RMMS define, mediante aprovação pelo eleito com competências próprias ou delegadas / subdelegadas na área da Cultura, um plano de edição em diferentes suportes, adequado às missões e vocações dos museus municipais e desenvolvendo programas culturais diversificados.

2. A difusão dos museus municipais, bem como dos estudos e das investigações sobre as respetivas coleções é efetuada através, designadamente:

- a) Da publicação de edições próprias da Autarquia, que podem contar com a colaboração de entidades externas, tais como, guias, catálogos, cadernos pedagógicos, folhetos, roteiros, brochuras e outros;
- b) Da realização de ações de divulgação e de sensibilização, tais como colóquios, jornadas e congressos promovidos pela RMMS, ou integradas em outras iniciativas de caráter cultural, relacionadas em geral com o património cultural do Município e designadamente com fatores de degradação dos bens culturais, em especial;
- c) Da promoção de ações de âmbito pedagógico, no sentido de aproximar o público da memória coletiva do Município;
- d) Da divulgação online, nomeadamente, na página da Câmara Municipal de Sintra, em www.cm-sintra.pt, nas agendas locais e regionais, bem como em outros meios entendidos por convenientes.



Secção VI

Educação

Artigo 25.º

1. À RMMS compete implementar, mediante aprovação do eleito com competências próprias ou delegadas / subdelegadas na área da Cultura, um plano composto por um conjunto de iniciativas e atividades em torno da educação patrimonial, tendo como objeto de trabalho o património cultural municipal, de acordo com a missão e a vocação de cada um dos museus municipais.
2. O serviço educativo serve de mediador entre a concretização dos projetos que constituem o plano aprovado nos termos do número anterior e o público em geral.
3. A realização de visitas orientadas a grupos escolares ou outros, bem como a execução de atividades lúdico-didáticas, depende de marcação prévia com a antecedência a estipular pelo responsável da unidade orgânica gestora dos museus municipais;
4. A realização de ações nos museus solicitada por entidades externas, que não as referidas no número anterior, depende de marcação prévia e de aprovação do eleito com competências próprias ou delegadas / subdelegadas na área da Cultura.
5. A marcação das ações mencionadas nos números anteriores é precedida do preenchimento do formulário adequado, acompanhado de Termo de Responsabilidade constante do **Anexo II** ao presente Regulamento.



6. No final de cada atividade lúdico-didática promovida nos espaços museológicos, cada participante tem direito a um certificado de presença, devidamente assinado e carimbado pelo eleito com competências próprias ou delegadas / subdelegadas na área Cultura.

Capítulo II

Horário de funcionamento e áreas de acesso às instalações dos Museus Municipais

Artigo 26.º

Horário dos Museus Municipais

1. O horário de abertura dos museus municipais é definido por proposta da unidade orgânica gestora da RMMS, mediante aprovação do eleito com competências próprias ou delegadas / subdelegadas na área da Cultura, de acordo com os seguintes critérios:

- a) Garantia do acesso e visita regular;
- b) Compatibilidade com a vocação e com a localização dos museus municipais;
- c) Compatibilidade com as necessidades das várias categorias de visitantes.

2. O horário de abertura estabelecido nos termos dos números anteriores deve ser amplamente publicitado e afixado no exterior dos museus municipais.

Artigo 27.º

Ingresso

O acesso aos museus municipais está tabelado no Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra em vigor.



Artigo 28.º

Registo de visitantes

1. O registo de visitantes, bem como dos utentes de outros serviços, tem por objetivo o conhecimento dos públicos que visitam os museus municipais, com vista a melhorar a qualidade do seu funcionamento e atender às suas necessidades.
2. O registo é efetuado de forma informatizada e o posterior tratamento serve para estudo e análise dos tipos de públicos e sua subsequente avaliação estatística, devendo ser remetido ao Instituto dos Museus e da Conservação, I.P. e ao Instituto Nacional de Estatística, ou às entidades que vierem a suceder àqueles Institutos, nos termos da Lei Quadro dos Museus Portugueses.
3. A base de dados que suporta o registo de visitantes é objeto de registo junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados, nos termos da lei.

Artigo 29.º

Áreas de acesso às instalações dos Museus Municipais

1. Em cada museu da RMMS existem, dois tipos de áreas distintas:
 - a) Áreas de acesso ao público;
 - b) Áreas de acesso reservado ou condicionado.
2. Nas áreas de acesso ao público incluem-se as salas de exposição, as salas de apoio ao público e de serviço externo, designadamente portaria, receção, espaços polivalentes, cafetaria, loja e serviços de documentação, para além de outros espaços complementares, como jardins ou pátios.



3. As áreas de acesso reservado ou condicionado são adstritas apenas ao pessoal dos museus municipais, integrando os espaços dos gabinetes técnicos e das reservas.

4. Em casos excepcionais e devidamente fundamentados, podem ser estabelecidos nas áreas de acesso reservado ou condicionado, em consideração da carreira e hierarquia dos colaboradores, níveis de acesso a determinadas salas.

5. A determinação, em concreto, das áreas reservadas ou condicionadas e dos níveis de acesso, quando justificado, são aprovadas pelo eleito com competências próprias ou delegadas / subdelegadas na área da Cultura, sob proposta da unidade orgânica gestora dos museus municipais.

Capítulo III

Exercício do direito de acesso

Artigo 30.º

Serviços de Documentação

1. Os serviços de documentação inserem-se num plano global de divulgação da informação recolhida e produzida pelos museus municipais, tendo a sua expressão na realização regular de exposições temporárias e estudos sobre as coleções museológicas.

2. Os serviços de documentação têm, especificamente, a missão de pesquisar, seleccionar, processar e disponibilizar ao público a documentação reunida sobre aspetos da história e do património do Município, no âmbito da missão e vocação dos respetivos museus municipais.



3. Os serviços de documentação estão dotados de informação resultante da investigação, bem como de documentos textuais, audiovisuais e de bibliografia de apoio à investigação para consulta do público em geral.

Artigo 31.º

Acesso

O acesso aos documentos depende dos critérios estabelecidos no presente Regulamento e do disposto na legislação em vigor, designadamente, no âmbito da Lei Quadro dos Museus Portugueses, da Lei de Acesso a Documentos Administrativos, do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos e do Regime Geral dos Arquivos e do Património Arquivístico.

Artigo 32.º

Modalidades de acesso

O acesso aos documentos é efetuado através de:

- a) Consulta;
- b) Reprodução.

Artigo 33.º

Exercício da consulta

1. Toda e qualquer consulta é gratuita e deve ser efetuada no espaço dos serviços de documentação, ou de outros indicados para esse fim.
2. O atendimento e consulta direta da documentação efetiva-se durante o horário normal de abertura ao público dos museus municipais.
3. O acesso à documentação processa-se através da consulta:
 - a) Dos documentos originais, sempre que possível;
 - b) Das reproduções, em qualquer suporte tecnológico adequado;



c) Da consulta online.

Artigo 34.º

Requisitos de admissão

1. A admissão do acesso à documentação, por parte do público em geral, é facultada a nacionais e estrangeiros, maiores de dezoito anos, mediante o preenchimento do pedido de consulta, nos termos do formulário, constante do **Anexo III** ao presente Regulamento, bem como da apresentação dos respetivos documentos de identificação.

2. É permitida a admissão a menores de dezoito anos, desde que acompanhados por professores ou pelos seus responsáveis e mediante a autorização escrita do responsável pela unidade orgânica gestora dos museus municipais.

Artigo 35.º

Acesso e utilização dos fundos documentais

1. Os museus municipais facultam o acesso a documentos e à informação constante na ficha do objeto.

2. O acesso à documentação é condicionado sempre que os dados constantes do processo não sejam de acesso público nos termos da lei, nomeadamente quando a sua divulgação possa pôr em causa a integridade e/ou a segurança das coleções museológicas, ou quando a informação inerente aos objetos, designadamente os depositados ou doados aos museus municipais, tenham acopladas indicações restritivas impostas pelos depositantes ou doadores.

3. As espécies documentais identificadas como em mau estado de conservação ou os originais de espécies raras, constituem documentos de



consulta condicionada, só podendo ser acedidos em casos especiais, autorizados pelo eleito com competências próprias ou delegadas / subdelegadas na área da Cultura, após parecer favorável do responsável pela unidade orgânica gestora dos museus municipais.

4. A comunicação sobre a autorização para consulta dos documentos referidos no presente artigo deve ser dada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

5. Sempre que possível, as espécies referidas no número anterior devem ser consultadas através de suporte intermédio, designadamente, fotografia, microfilme ou imagem digital, de modo a preservar-se a integridade dos originais.

Artigo 36.º

Acesso às reservas

1. Os museus municipais possuem instalações em áreas individualizadas e estruturalmente adequadas às reservas organizadas, de modo a garantir a sua conservação e segurança.

2. As coleções museológicas que se conservarem em reserva são excecionalmente acessíveis ao público, mediante a observância dos seguintes critérios:

- a) Aos investigadores, para fins de estudo e de investigação, mediante solicitação escrita e identificação fundamentada do motivo da consulta, nos termos do formulário constante do **Anexo IV** do presente Regulamento e por marcação prévia, com acompanhamento em permanência, de um técnico dos respetivos museus municipais;
- b) Ao público em geral, mediante pedido escrito, nos termos do formulário indicado na alínea anterior e por marcação prévia, não



podendo os grupos exceder o máximo de cinco pessoas, sempre acompanhados por técnicos dos respetivos museus municipais.

3. O acesso às reservas deve ser recusado quando:

- a) As peças ou documentação solicitadas estejam indisponíveis, por motivo de restauro ou em exposição;
- b) As condições de conservação das peças solicitadas não o aconselhem ou, então, por razões de segurança;
- c) Houver indisponibilidade de acompanhamento por parte dos técnicos dos museus municipais, devidamente fundamentada;
- d) Por razões imprevistas, não se mostre possível ou aconselhável o acesso às mesmas.

4. A autorização para o acesso às reservas, nos termos do presente artigo, bem como a definição e determinação de quaisquer outras condições de acesso às mesmas, relacionadas, designadamente, com as regras de consulta e de manuseio, é concedida pelo eleito com competências próprias ou delegadas / subdelegadas na área da Cultura sob proposta da unidade orgânica gestora da RMMS, a qual deve ponderar o pedido à luz das regras e orientações vigentes da preservação de coleções, por forma a garantir a conservação e segurança dos bens culturais.

5. O indeferimento do pedido de acesso às reservas deve ser devidamente fundamentado, nos termos legais e do n.º 3 do presente artigo.

6. A concretização do acesso às reservas deve ser previamente acordado, entre o interessado e a unidade orgânica gestora dos museus municipais, tendo como limite temporal o horário de abertura dos museus municipais, estabelecido nos termos do artigo 26.º, n.º 1 deste Regulamento.



Artigo 37.º
Reprodução dos documentos

1. A reprodução dos documentos é executada nos suportes disponíveis, designadamente através de:

- a) Impressão;
- b) Processo fotográfico;
- c) Digitalização;
- d) Reprodução vídeo ou áudio.

2. A reprodução deve ser requerida nos termos do formulário que constitui o **Anexo V** ao presente Regulamento, justificando a sua finalidade e efetiva-se após:

- a) Autorização do eleito com competências próprias ou delegadas / subdelegadas na área da Cultura, sob proposta da unidade orgânica gestora dos museus municipais, tendo em atenção o estado de conservação dos materiais e componentes de escrita e de acordo com a legislação em vigor para o efeito;
- b) Pagamento de taxa, de acordo com o estipulado no Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra, em vigor.

3. A documentação reproduzida é entregue após boa cobrança da respetiva taxa pela unidade orgânica competente para o efeito, nos termos do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra, em vigor.

4. Todo o utilizador/investigador que publicar estudos ou trabalhos em que figurem informações ou documentos existentes nos museus municipais, obriga-se a mencionar as respetivas fontes, identificando a sua proveniência,



sugerindo-se a doação de dois exemplares das respetivas publicações à Câmara Municipal de Sintra.

5. Após a manifestação de vontade formal de doar por parte do utilizador/investigador, o Presidente da Câmara remete para aprovação do órgão executivo camarário, a proposta de aceitação da doação efetuada.

6. Após a aceitação pela Câmara Municipal da doação das publicações, a unidade orgânica competente no âmbito do Departamento de Administração Financeira e Patrimonial do Município procede à inventariação dos bens, ao nível do património móvel municipal e emite ao utilizador/investigador uma declaração/recibo em como o Município aceitou e recebeu as publicações doadas, para todos os efeitos legais, designadamente, no âmbito do estatuto do mecenato.

Artigo 38.º

Reprodução de peças museológicas e/ou de espaços dos Museus Municipais

1. Os visitantes podem proceder à reprodução de peças museológicas e/ou de espaços dos museus municipais, através de:

- a) Reprodução fotográfica sem flash;
- b) Desenho à vista;
- c) Captação de imagem e som através de vídeo, sem iluminação artificial.

2. É permitida a utilização privada das imagens colhidas pelos visitantes em contexto doméstico, familiar ou educativo.

3. É interdito o recurso a qualquer tipo de técnica fotográfica, vídeo, som, ou processo com resultados semelhantes, com material profissional,



designadamente com recurso a tripés, bastões e outro material que permita a reprodução de elevada qualidade, exceto em casos devidamente autorizados por escrito pela Câmara Municipal de Sintra.

4. Sem prejuízo do disposto na legislação em vigor, designadamente no âmbito do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, a realização da reprodução referida no número anterior, nomeadamente de espécies museológicas, de vistas gerais dos Museus Municipais ou de exposições temporárias, efetiva-se mediante autorização do eleito com competências próprias ou delegadas / subdelegadas na área da Cultura, sob proposta da unidade orgânica gestora dos museus municipais.

5. A autorização a que se refere o número anterior deve ser requerida, por escrito, nos termos do formulário constante do **Anexo VI** ao presente Regulamento e que se encontra disponível na página da Câmara Municipal de Sintra em www.cm-sintra.pt.

6. As imagens recolhidas não podem ser utilizadas para outros fins que não os autorizados e, onde forem reproduzidas, deverá constar sempre uma referência clara à sua proveniência, à propriedade do bem e/ou da imagem e à identificação do museu municipal em apreço.

7. Sempre que existam direitos de autor sobre os bens culturais a reproduzir, o requerente deve obter, previamente, a autorização do detentor dos respetivos direitos de autor.

8. As reproduções cedidas ou executadas só podem ser utilizadas para os fins autorizados.

9. Os trabalhos de realização dos processos de reprodução referidos serão acompanhados pelo responsável da unidade orgânica gestora dos museus



municipais e/ou por técnicos dos museus, cabendo, somente a estes, o manuseamento dos bens culturais a reproduzir.

10. Aplica-se à presente reprodução, o estipulado nos números 3 a 6 do artigo anterior, com as devidas adaptações.

11. Aquando da reprodução de peças, os níveis de iluminação exigidos devem respeitar as orientações nacionais e internacionais no âmbito da conservação preventiva.

12. Por decisão do eleito com competências próprias ou delegadas / subdelegadas na área da Cultura, sob proposta do responsável do museu, pode, a título excecional, ser interdita a recolha de imagens, quando estejam em causa peças inéditas e que ainda não tenham sido objeto de estudo e investigação.

Capítulo IV

Gestão dos Recursos Humanos e Financeiros

Artigo 39.º

Estruturação orgânica dos serviços dos Museus Municipais

1. Sem prejuízo do disposto na Estrutura Nuclear e Flexível da Câmara Municipal de Sintra, os museus municipais são, nos termos da Lei Quadro dos Museus Portugueses, dirigidos tecnicamente por um director, com a categoria de técnico superior, o qual depende directamente do Chefe da Divisão de Bibliotecas e Museus Municipais, ou, então, em caso de alteração estrutural, à unidade orgânica, que em termos da Estrutura Nuclear ou Flexível, tenha essa incumbência, de acordo com o disposto no artigo 7.º do presente Regulamento.

2. A orgânica dos Museus Municipais integrará as seguintes áreas funcionais:



- a) Diretiva;
- b) Administrativa;
- c) Expositiva;
- d) Serviço de documentação;
- e) Reservas;
- f) Estudo e investigação;
- g) Conservação e restauro;
- h) Sociocultural e educativa;
- i) Lazer.

3. Os museus municipais dispõem de pessoal devidamente habilitado, de acordo com a legislação em vigor.

Artigo 40.º

Formação profissional

A Divisão de Formação da Câmara Municipal de Sintra deve, nos termos da legislação aplicável, proporcionar aos colaboradores dos museus municipais formação especializada adequada, de acordo com a sua vocação, missão, tipo e dimensão dos mesmos.

Artigo 41.º

Angariação de recursos financeiros

1. O museu elabora, de acordo com o respetivo programa de atividades, projetos suscetíveis de serem apoiados através do mecenato cultural, ou de outros programas de financiamento.

2. Toda e qualquer proposta de angariação de recursos financeiros deve ser expressamente aprovada pela Câmara Municipal de Sintra, sob proposta do



eleito com competências próprias ou delegadas / subdelegadas na área da Cultura.

Capítulo V

Empréstimo temporário de bens museológicos

Artigo 42.º

Condicionamentos

1. Sem prejuízo do estatuído na Lei-quadro dos Museus Portugueses e demais legislação em vigor, o empréstimo temporário de bens pertencentes às coleções da RMMS só pode ser efetuado para exposições, a realizar pelas unidades orgânicas da Câmara Municipal de Sintra ou, então, por entidades externas, desde que sejam asseguradas as condições de segurança e de conservação que a RMMS entenda adequadas.
2. Sempre que dos bens culturais solicitados a título de empréstimo existam meios de suporte que não os originais, dá-se preferência à cedência destes últimos.
3. O Município de Sintra, através da unidade orgânica gestora dos museus municipais, reserva-se o direito de não emprestar bens culturais incorporados nas suas coleções, consideradas únicas ou os originais de espécies raras.
4. Ao presente Capítulo aplicam-se, subsidiariamente, e com as devidas adaptações, as disposições contidas no Código Civil referentes à figura jurídica do comodato.



Artigo 43.º

Empréstimo interno

1. O empréstimo temporário de bens culturais afetos aos museus municipais a outras unidades orgânicas da Câmara Municipal de Sintra deve ser precedido de preenchimento do formulário constante do **Anexo VII** ao presente Regulamento, no qual se especificam as condições e o fim do empréstimo.
2. Todo e qualquer pedido de empréstimo de bens museológicos por parte das unidades orgânicas referidas no número anterior deve ser expressamente autorizado pelo eleito com competências delegadas / subdelegadas na área da Cultura, na sequência de parecer da unidade orgânica gestora dos museus municipais.
3. Após a entrega dos bens culturais requisitados aos museus municipais, é da inteira responsabilidade das unidades orgânicas requisitantes a conservação física e a manutenção da sua integridade, nos termos do presente Regulamento.

Artigo 44.º

Empréstimo externo

1. Os bens culturais podem ser utilizados em exposições ou em outros eventos a realizar por entidades externas, nas condições e nos termos a estabelecer em protocolo a celebrar entre o Município e a entidade interessada, de forma a ficar assegurada convenientemente a salvaguarda da integridade dos bens cedidos, bem como a sua devolução, ressalvando-se, no entanto, os aspetos indicados no presente artigo, a ajustar pelas partes contraentes.
2. Todo e qualquer pedido de empréstimo de bens museológicos, por parte de entidades externas, deve ser expressamente protocolado, sendo o competente



instrumento jurídico aprovado pela Câmara Municipal de Sintra, sob proposta do eleito com competências próprias ou delegadas / subdelegadas na área da Cultura.

3. Os pedidos de empréstimo devem ser dirigidos ao Presidente da Câmara com, pelo menos, três meses de antecedência relativamente à abertura da exposição a que se destinam.

4. A Autarquia não empresta bens culturais para exposições itinerantes por mais de seis meses e sempre mediante fundamentação prévia, tendo em vista a preservação da integridade das peças e de acordo com todas as condições previstas no presente artigo para o empréstimo externo.

5. Os bens culturais emprestados devem ser expostos unicamente nos locais expressamente destinados para o efeito e, como tal, previamente indicados e reconhecidos como adequados por ambas as partes.

6. A entidade interessada deve garantir, desde o momento em que os bens são levantados, até à sua efetiva entrega e durante todo o tempo em que a exposição decorrer, as seguintes condições:

- a) Os bens objeto de empréstimo devem estar protegidos por uma apólice de seguro contra todos os riscos, só podendo os mesmos serem levantados após a entrega da referida apólice ou de documento comprovativo de que a mesma foi emitida;
- b) A Autarquia fixa o valor de cada bem, objeto de empréstimo, devendo a entidade interessada efetuar o contrato de seguro pelo valor previamente estabelecido;
- c) Os bens são levantados nas instalações dos museus municipais por pessoal da entidade interessada devidamente credenciado, mediante a assinatura do formulário constante do **Anexo VII** ao presente Regulamento, do qual consta o estado de conservação dos bens emprestados, bem como mediante a entrega de fotocópia do termo de



responsabilidade e de qualquer outro documento necessário à concretização do empréstimo;

d) O acondicionamento deve ser realizado pelos museus municipais devendo os documentos ser acondicionados de igual forma, no final da exposição, por parte da entidade interessada;

e) Um técnico dos museus municipais, caso necessário e quando possível ou se justifique, deve sempre acompanhar a montagem e a desmontagem da exposição que é executada pela entidade interessada;

f) Os termos e as condições do transporte são acordados pela Câmara Municipal, representada pelos museus municipais e pela entidade interessada;

g) Todo o documento original, cujo empréstimo tenha sido autorizado, deve ser reproduzido em microfilme, em fotografia ou em qualquer outro suporte, pela Câmara Municipal antes da sua entrega, ficando o negativo original na posse da Autarquia;

h) Na eventualidade de, por razões de conservação, se mostrar necessário realizar algum tipo de restauro nos bens a ceder, compete à entidade interessada diligenciar em conformidade;

i) É da responsabilidade da entidade interessada encarregar-se do procedimento para a autorização de saída temporária, bem como com os trâmites alfandegários, sempre que exigidos;

j) A entidade interessada na exposição deve seguir as recomendações emitidas pelos museus municipais para a correta exposição dos documentos emprestados, ao nível da conservação, concretamente no que concerne aos parâmetros de controlo ambiental e de deterioração biológica;

k) A entidade interessada deve garantir a segurança e a preservação dos bens expostos, mediante uma vigilância permanente, através de adequados sistemas de segurança, correta instalação em vitrinas, ou suportes adequados à exposição de peças, segundo as regras em vigor para o efeito, de modo a não danificar as obras emprestadas.



7. A Autarquia, através da unidade orgânica gestora dos museus municipais e recorrendo, se necessário, ao apoio técnico do Serviço de Segurança e Saúde no Trabalho e da Polícia Municipal de Sintra, reserva-se o direito de proceder à verificação das condições de vigilância, segurança e ambiente das instalações onde decorre a exposição antes de autorizar o empréstimo dos bens.

8. Sempre que a entidade interessada não oferecer as condições mínimas dentro dos parâmetros especificados pelos museus municipais, podem ser oferecidas alternativas, concretamente através da exposição de reproduções.

9. Sem prejuízo do disposto no artigo 37.º e 38.º do presente Regulamento, os bens expostos não podem ser reproduzidos profissionalmente sem autorização prévia e expressa do eleito com competências próprias ou delegadas / subdelegadas na área da Cultura, após parecer da unidade orgânica gestora dos museus municipais.

10. Sempre que seja solicitada e autorizada a reprodução dos bens culturais para constar no catálogo da exposição, entende-se que a mesma é dada exclusivamente para esse fim.

11. Concluída a exposição, os bens são devolvidos nas instalações dos museus municipais, no prazo acordado, devendo a respetiva unidade orgânica gestora proceder a uma revisão do estado de conservação antes de assinar o auto de devolução (constante do **Anexo VII** ao presente Regulamento).

12. Os bens devem ser mantidos e transportados em condições de segurança e ambiente semelhantes àsquelas a que tenham estado sujeitos durante o período de exposição.



13. Qualquer anomalia ou irregularidade nos bens emprestados, desde a efetiva entrega e durante o tempo em que a exposição decorrer, será da inteira e exclusiva responsabilidade da entidade interessada.

Artigo 45.º

Despesas a suportar pela entidade interessada

1. A entidade interessada deve suportar todas as despesas relativas a:
 - a) Seguros e autorizações indispensáveis;
 - b) Acondicionamento, embalagem, transporte e montagem e desmontagem dos bens;
 - c) Deslocação e estadia, quando necessário, de um técnico dos museus municipais, encarregado de acompanhar a exposição;
 - d) Fotografia ou microfilmagem, ou qualquer outro suporte de reprodução da documentação;
 - e) Restauro dos bens a expor, se estes necessitarem de intervenção.

2. O montante estimado, nos termos do número anterior, é apresentado pela entidade interessada e aprovado pelo eleito com competências próprias ou delegadas / subdelegadas na área da Cultura, mediante parecer da unidade orgânica gestora dos museus municipais.

3. A preparação das peças com vista ao empréstimo só se iniciará após o pagamento, por parte da entidade interessada, de 50% do total da despesa estimada.



Capítulo VI

Cedência de espaços nos Museus Municipais

Secção I

Cedência de utilização de espaços nos Museus Municipais para realização de Festas de Aniversário

Artigo 46.º

Aplicação espacial e temporal

1. Os jardins, os pátios e/ou as salas polivalentes dos museus municipais, desde que disponíveis, podem ser objeto de cedência para a realização de festas de aniversário, nos termos e com os condicionamentos estipulados no presente Regulamento, de forma a proporcionar o acesso a novos públicos, através da divulgação dos acervos museológicos e, igualmente, mediante a realização, em paralelo, de ações de caráter educativo, didático e lúdico.
2. O âmbito temporal de aplicação deste tipo de cedência restringe-se, em cada ano civil, aos meses de Abril a Outubro.
3. Em casos devidamente fundamentados, podem ser pontual e excecionalmente autorizados pelo eleito com competências próprias ou delegadas / subdelegadas na área da Cultura, na sequência de parecer do dirigente da unidade orgânica gestora dos museus municipais, eventos em meses diversos dos referidos no número dois do presente artigo.



Artigo 47.º

Fins e conteúdo

1. As festas de aniversário referidas no artigo anterior destinam-se a crianças, com idades compreendidas entre os 3 (três) e os 14 (catorze) anos.
2. Apenas são admitidos grupos, até um máximo de 25 (vinte e cinco) crianças e 4 (quatro) adultos como acompanhantes, sendo estes últimos totalmente responsáveis por aquelas durante o decurso da festa.
3. A duração da festa de aniversário não pode exceder as 3 (três) horas.
4. A festa de aniversário é composta por três momentos distintos:
 - a) Visita guiada ao museu;
 - b) Realização de uma atividade lúdico-didáticas;
 - c) Lanche.
5. A atividade lúdico-didática referida na alínea b) do número anterior é escolhida pelos interessados de entre os projetos lúdico-didáticos disponíveis em cada museu municipal e aprovados para o ano respetivo e, ainda, dentro das ações asseguradas pelo serviço educativo da RMMS.
6. Os projetos e ações referidos no número anterior podem ser consultados na página da Câmara Municipal de Sintra na internet em www.cm-sintra.pt, ou solicitados à Divisão de Cultura.
7. A organização do lanche referido na alínea c) do número 4, designadamente, quanto ao bolo de aniversário, as fotografias e os convites, bem como todos os materiais inerentes, são da inteira responsabilidade dos interessados.



8. Durante o lanche o grupo de crianças e adultos apenas podem usufruir dos jardins, dos espaços exteriores e das salas polivalentes, nos museus em que tal seja possível.

9. Desde o seu início ao seu termo, a festa de aniversário é acompanhada por pessoal da RMMS, o qual somente se responsabiliza pelo acompanhamento da festa em termos logísticos e pedagógicos.

10. No final do evento, o grupo tem direito a um Certificado de Participação personalizado da festa de aniversário nos museus municipais, devidamente assinado e carimbado pelo eleito com competências próprias ou delegadas / subdelegadas na área da Cultura.

Artigo 48.º

Condições de utilização

1. A utilização dos espaços implica o cumprimento das normas previstas no presente Regulamento e pressupõe a conservação das instalações e dos equipamentos, a observância das regras gerais de conduta cívica, bem como a preservação da imagem pública do serviço autárquico.

2. Sem prejuízo do referido no número anterior e nos artigos 34.º e 35.º da Lei 47/2004, de 19 de agosto, em cada museu municipal, dada a natureza do acervo exposto, podem ser determinadas pela unidade orgânica gestora dos museus municipais, restrições específicas, as quais devem ser prévia e devidamente publicitadas.



Artigo 49.º

Condições dos espaços

1. Todos os espaços museológicos, definidos nos termos do artigo 46.º deste Regulamento, nos quais decorram festas de aniversário devem:

- a) Dispor de equipamento básico de primeiros socorros;
- b) Dispor de um seguro de responsabilidade civil que cubra os riscos de acidentes com as crianças e seus acompanhantes.

2. Sempre que possível, a entrada do respetivo Museu Municipal deve estar controlada por sistema de videovigilância de modo a prevenir o afastamento ou desaparecimento dos menores, isto sem prejuízo da atribuição a cada criança, quando necessário, de uma pulseira de identificação da qual conste:

- a) Nome;
- b) N.º de telefone / telemóvel do encarregado de educação;
- c) Nome do museu;
- d) Data e hora de início da visita;
- e) Telefone do museu.

3. O sistema de videovigilância deve ser operado por pessoal habilitado e deve estar autorizado pela Comissão Nacional de Proteção de Dados.

4. Sem prejuízo das competências legalmente estabelecidas atinentes a outras entidades, a aferição da conformidade dos espaços quanto às condições de segurança referidas nas alíneas a) e b) do número 1 é efetuada pela unidade orgânica gestora da Segurança e Saúde no Trabalho, da Câmara Municipal de Sintra.



Artigo 50.º

Pedido

1. O pedido deve ser formulado mediante requerimento adequado, disponibilizado na página da Câmara Municipal de Sintra, dirigido ao Vereador com competências na área da Cultura, com a antecedência mínima de 15 dias relativamente à data de realização do evento.

2. O requerimento mencionado no número anterior obedece ao preenchimento do formulário existente, acompanhado de Termo de Responsabilidade constante do **Anexo VIII** ao presente Regulamento e contém informação escrita pormenorizada sobre a atividade a desenvolver, designadamente:

- a) A identificação completa do requerente (nome, n.º BI e cartão de contribuinte ou cartão de cidadão);
- b) Morada e contactos (telefone e e-mail);
- c) Identificação do museu municipal, a data e a hora, onde se pretende realizar a festa de aniversário;
- d) Estimativa do número de participantes, entre crianças e adultos;
- e) Identidade do aniversariante e idade que completa na data referida na alínea anterior para emissão do certificado de grupo;
- f) Identidade das crianças convidadas para emissão do certificado;
- g) Atividade lúdico-didática que prefere, mediante a indicação, em concreto, do projeto pedagógico ou ação escolhida.

3. O requerimento será acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Exibição do bilhete de identidade e cartão de identificação fiscal ou cartão do cidadão;
- b) Exibição do passaporte em substituição do referido na alínea anterior, quando se trate de cidadão estrangeiro;



4. Com a entrega do requerimento é paga, a título de preparo, 50% do valor da taxa estabelecida em sede de Tabela de Taxas, Licenças e Outras Receitas do Município de Sintra vigente.

Artigo 51.º

Tramitação Inicial

1. Os requerimentos e demais elementos instrutórios devem ser entregues no Gabinete de Apoio ao Município e Controlo de Processos e suas Delegações, por via postal, e-mail com componente digitalizado ou entregue presencialmente.

2. Assim que rececionado e registado no sistema de gestão documental, sendo então pago o preparo da competente taxa, o pedido é remetido, independentemente de despacho, pelo meio mais célere à unidade orgânica gestora dos museus municipais.

Artigo 52.º

Instrução do pedido

1. Após colher o parecer do responsável do museu em causa, a unidade orgânica gestora dos museus municipais, informa o pedido e sujeita-o a despacho do eleito com competência decisória própria, delegada / subdelegada na área da Cultura.

2. Na sequência do despacho, a unidade orgânica gestora dos museus municipais, informa o requerente, via e-mail ou telefone, do deferimento ou não da pretensão, bem como do prazo para liquidar o remanescente da taxa junto do Gabinete de Apoio ao Município ou suas Delegações, dependendo de onde se encontra a residência do requerente.



3. O procedimento de informação concomitante ao referido no número anterior deve ser desenvolvido junto ao Gabinete de Apoio ao Município e Departamento de Administração Finanças e Património.

Artigo 53.º

Desistência do pedido

1. As desistências têm de ser efetuadas, impreterivelmente, por escrito, através e-mail ou carta, no máximo até dois dias úteis antes da realização da festa de aniversário.

2. No caso previsto no número anterior aplica-se o n.º 5 do art.º 22.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra em vigor.

Artigo 54.º

Taxas

1. Pela realização de festas de aniversário em Museus Municipais é devida uma taxa correspondente ao benefício decorrente da utilização dos espaços, às ações que integram a festa e à emissão de certificado, fixada de acordo com os princípios da proporcionalidade e equivalência jurídica.

2. A taxa referida no número anterior é estabelecida anualmente em sede de Tabela de Taxas, Licenças e Outras Receitas do Município de Sintra.

3. As isenções e reduções subjetivas previstas no n.º 5 do art.º 14.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra vigente são aplicáveis no âmbito da presente Secção.



4. As isenções e reduções subjetivas previstas no art.º 16.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra vigente, não se aplicam no âmbito da presente Secção.

Secção II

Cedência da utilização das Salas Polivalentes dos Museus Municipais para fins culturais

Artigo 55.º

Aplicação espacial, procedimento e tramitação

1. As salas polivalentes consistem em espaços com capacidade para 30 pessoas sentadas e destinam-se, prioritariamente, à realização de atividades dos museus municipais.
2. A cedência das salas polivalentes a terceiros deve ser solicitada por escrito ao Presidente da Câmara Municipal para posterior análise e autorização, com as seguintes condicionantes:
 - a) Apenas destinada a realizações de âmbito cultural;
 - b) Sempre dentro do horário normal de abertura ao público do museu.
3. Aplicam-se a esta Secção, com as devidas adaptações, as regras estabelecidas na Secção I deste Capítulo, bem como, e subsidiariamente, com as devidas adaptações, as disposições do Regulamento de Organização, Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Lívio de Moraes.



Capítulo VII

Entidades associativas, voluntariado e constituição de parcerias

Artigo 56.º

Associações e voluntariado

1. A RMMS apoia a participação de associações de amigos dos museus municipais, de grupos de interesse especializado, de voluntariado, ou de outras formas de colaboração sistemática da comunidade e dos públicos, nas atividades dos museus municipais.

2. A participação referida no número anterior deve ser integrada no âmbito de projetos, programas, atividades e outras formas de intervenção propostas pela RMMS, de acordo com a legislação em vigor e mediante a aprovação de protocolo de cooperação por parte da Câmara Municipal de Sintra, sob proposta do eleito com competências próprias ou delegadas / subdelegadas na área da Cultura.

Artigo 57.º

Parcerias

Na perspetiva da divulgação dos acervos tratados e expostos e com o objetivo da fruição do património cultural, contribuindo para o conhecimento, preservação, defesa, valorização e transmissão da nossa identidade nacional, a RMMS pode, mediante aprovação da Câmara Municipal de Sintra, sob proposta do eleito com competências próprias ou delegadas / subdelegadas na área da Cultura, criar formas de interação, através, designadamente:

- a) Do intercâmbio de informação e colaboração técnica, mediante a implementação de programas e projetos de investigação científica, cultural e de educação, bem como através da criação e suporte de uma rede de informação com outras entidades nacionais ou estrangeiras, tais como universidades e centros de investigação,



para o desenvolvimento do estudo e investigação sistemática das suas coleções;

- b) Da constituição de parcerias, designadamente com outros museus municipais e/ou nacionais, centros de documentação, bibliotecas municipais e/ou nacionais, e Juntas de Freguesia do Município, mediante a implementação de uma infraestrutura tecnológica de ligação entre tais entidades, de forma a permitir o acesso ao inerente património cultural;
- c) Da constituição de parcerias que estabeleçam o modo de colaboração, as obrigações e prestações mútuas, a repartição de encargos, no âmbito da disponibilização, por parte dos museus municipais, de oportunidades de prática profissional aos estabelecimentos de ensino que ministrem cursos de formação nas áreas de museologia, da conservação e restauro de bens culturais e bem assim de outras áreas disciplinares relacionadas com as suas valências e coleções.

Capítulo VIII

Deveres dos utilizadores

Artigo 58.º

Obrigações

É obrigação dos visitantes e utentes dos museus municipais cumprir as normas estabelecidas no presente Regulamento e observar as sinaléticas informativas e proibitivas apostas nas respetivas instalações, bem como manter em bom estado e fazer bom e prudente uso das mesmas, dos bens e dos equipamentos.



Capítulo IX

Incumprimento

Artigo 59.º

Infrações

1. Sem prejuízo do disposto na legislação em vigor é expressamente proibido no interior e nos espaços exteriores adstritos aos museus municipais:

- a) Praticar quaisquer atos que perturbem o seu normal funcionamento;
- b) Entrar no interior dos museus municipais com malas, sacos, mochilas, objetos de grandes dimensões, facas, canivetes e saca-rolhas;
- c) Entrar em áreas de acesso condicionado ou reservado;
- d) Tocar nos objetos museológicos expostos, exceto nos preparados especificamente para esses fins, tais como as réplicas museológicas expostas em exposições com esse intuito, ou nos locais de lazer;
- e) Transportar bebidas e comidas para o interior das salas dos museus municipais, com exceção dos eventos cujos objetos incluam essa atividade;
- f) Fazer uso de telemóveis no interior dos museus municipais, concretamente nas respectivas áreas expositivas e nas salas polivalentes, neste último caso, durante a realização de iniciativas, salvo para registo fotográfico ou divulgativo, ou sempre que a sua utilização se justifique, apoie ou enriqueça as visitas;
- g) Vender artigos no decorrer das iniciativas, exceto quando a venda seja devidamente autorizada;
- h) Deitar lixo fora dos locais apropriados;
- i) A entrada de animais nos espaços interiores dos museus municipais, salvo os cães de assistência;
- j) Provocar ruídos que possam prejudicar as iniciativas, que incomodem o público ou lesem o trabalho dos técnicos;
- k) Utilizar fontes de ignição;



- l) Qualquer comportamento suscetível de afetar o evento e o seu pleno usufruto pela assistência;
 - m) Circular com carrinhos de bebé no interior das salas de exposição.
2. Tendo em conta a criação de condições de segurança nos museus municipais, durante as festas de aniversário não é permitida a introdução de:
- a) Objetos cortantes, perfurantes ou contundentes, designadamente talheres de metal;
 - b) Copos e garrafas de vidro;
 - c) Pratos de cerâmica, vidro ou metal.
3. Não são também permitidas ações por parte dos utilizadores ou entidades que:
- a) Violam a integridade de pessoas e bens;
 - b) Possam por em causa a segurança do espaço ou dos seus equipamentos;
 - c) Apelem ao desrespeito do decoro e da moral públicas;
 - d) Transmitam mensagens de carácter político, religioso, ou clubístico;
 - e) Transmitam mensagens de carácter discriminatório, designadamente em função da raça, género ou orientação sexual.
4. Os objetos referidos na alínea b) do número 1 devem ser depositados à entrada, na receção e acolhimento, sendo dado ao visitante um comprovativo do depósito que o habilita a levantar o bem à saída.



Capítulo X

Fiscalização, sanções e tutela contraordenacional

Artigo 60.º

Fiscalização

1. A verificação do cumprimento do presente Regulamento compete ao responsável pela unidade orgânica gestora dos museus municipais, ao responsável de cada um dos museus e a todo o pessoal que aí preste serviço.
2. Em caso de manifesta necessidade, designadamente de levantamento de auto de notícia por contraordenação, o responsável pela unidade orgânica gestora dos museus municipais ou o responsável de cada um dos museus podem solicitar a presença da Polícia Municipal de Sintra, ou da autoridade policial territorialmente competente.

Artigo 61.º

Sanções aplicáveis às infrações cometidas pelos particulares

1. Compete à Câmara Municipal de Sintra zelar pelo cumprimento deste Regulamento.
2. As infrações ao disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 59.º são sancionadas com a advertência verbal.
3. O visitante/utente que, depois de ter sido avisado pelos colaboradores dos museus municipais, nos termos do número anterior, não acatar as normas regulamentares aplicáveis, será convidado a retirar-se das instalações.



4. À reincidência da infração anterior será aplicada a suspensão do acesso aos museus municipais, por um prazo de um dia a uma semana.
5. À reincidência da infração referida no n.º 4 do presente artigo, será aplicada a suspensão do acesso aos museus municipais, por um prazo de uma semana a um mês.
6. À reincidência da infração indicada no n.º 5 do presente artigo será aplicada a sanção da interdição do acesso aos museus municipais.
7. A aplicação das sanções às infrações previstas, sem prejuízo da responsabilidade civil, criminal e contraordenacional que ao caso couber, é da competência:
 - a) Dos colaboradores da unidade orgânica gestora dos museus municipais, no caso das sanções previstas nos n.ºs 2 e 3 do presente artigo;
 - b) Do eleito com competências próprias ou delegadas / subdelegadas na área da Cultura, no caso da sanção prevista nos n.ºs 4 a 6 do presente artigo.

Artigo 62.º

Sanções aplicáveis quanto à utilização dos espaços

1. Quem viole quaisquer normas do presente Regulamento aquando da utilização dos espaços objeto de cedência nos museus municipais, fica impedido de os utilizar, num período de um a dois anos.
2. Quem não utilize o espaço nas datas que lhe foram destinadas ou que desista da realização da iniciativa, sem fundamentada justificação, fica impossibilitado de utilizar tal espaço, no período de dois anos consecutivos.



3. O eleito com competências próprias ou delegadas / subdelegadas na área da cultura revoga o ato de autorização de cedência da utilização do espaço, de imediato e sem pré-aviso, sempre que o mesmo esteja a ser utilizado para um fim diverso do autorizado, ficando a entidade impedida de o utilizar, no período de três anos consecutivos.

4. No caso previsto no número anterior, procede-se, de imediato, à suspensão do evento, recorrendo, se necessário à Polícia Municipal de Sintra, tendo em conta que se está em presença de instalações municipais integradas no património da Autarquia.

5. A aplicação das sanções previstas no presente artigo, sem prejuízo da responsabilidade civil, criminal e contraordenacional que ao caso couber, é da competência do eleito com competências próprias ou delegadas / subdelegadas na área da cultura, na sequência de participação do dirigente da unidade orgânica gestora dos museus municipais.

Artigo 63.º

Contraordenações

1. Sem prejuízo da responsabilidade civil ou penal que ao caso assista, os comportamentos descritos nas alíneas constantes do n.º 3 do art.º 59.º são sancionáveis nos termos do presente regulamento como contraordenação com coima de 30,00 € (trinta euros) a 100,00 € (cem euros).

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, as contraordenações e respetivas coimas, bem como as demais sanções acessórias que se encontrem previstas na Lei Quadro dos Museus Portugueses, são aplicáveis aos comportamentos verificados nos museus municipais, sempre que os respetivos tipos legais e demais pressupostos se encontrem preenchidos.



3. O regime geral das contraordenações previsto na Lei de Bases do Património Cultural aplica-se subsidiariamente ao disposto nos números anteriores.

Artigo 64.º

Processo contraordenacional

1. A decisão sobre a instauração do processo de contraordenação, aplicação das coimas e das sanções acessórias é da competência do Presidente da Câmara, sendo delegável e subdelegável, nos termos da lei.
2. A determinação da instrução dos processos de contraordenação referidos no presente Regulamento compete ao Presidente da Câmara Municipal, nos termos da lei;
3. O produto das coimas, mesmo quando estas sejam fixadas em juízo, constitui receita do Município.

Artigo 65.º

Medida da coima

1. A determinação da medida da coima far-se-á em função da gravidade da contraordenação, da culpa, da situação económica do agente e do benefício económico que este retirou da prática da contraordenação.
2. A coima deve sempre exceder o benefício económico que o agente retirou da prática da contraordenação.
3. A tentativa e a negligência são puníveis.



Título III

Disposições finais e transitórias

Artigo 66.º

Revogação

São revogadas as normas de execução e de procedimentos de carácter intraorgânico adotados pelos serviços que contrariem as disposições deste Regulamento.

Artigo 67.º

Integração de lacunas e interpretação

1. Em tudo o que não estiver previsto no presente Regulamento, regem as disposições legais aplicáveis.
2. As dúvidas suscitadas na interpretação deste Regulamento e a resolução de casos omissos serão resolvidos por despacho do eleito com competências próprias ou delegadas / subdelegadas na área da Cultura.

Artigo 68.º

Avaliação e revisão

1. A Câmara Municipal apresenta, de cinco em cinco anos, à Assembleia Municipal um relatório sobre a aplicação do presente Regulamento, sendo, igualmente, apreciada a necessidade de revisão ou alteração.
2. Sem prejuízo do que decorrer das opções que venham a ser assumidas pelo legislador, o presente Regulamento é obrigatoriamente revisto no prazo máximo de 10 anos.



Artigo 69.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no prazo de 15 dias úteis sobre a sua publicitação nos termos legais.



Anexo I

Enquadramento, Missão e Vocação dos Equipamentos Museológicos que compõem a Rede de Museus Municipais de Sintra (RMMS), nos termos do artigo 3.º do presente Regulamento

Definição da Missão e Vocação da Casa-Museu de Leal da Câmara

1. A Casa-Museu de Leal da Câmara tem por missão a investigação, conservação, documentação, valorização, divulgação, aquisição e difusão dos testemunhos materiais e orais atinentes à vida e à obra de Mestre Leal da Câmara, numa perspectiva geral, com o objectivo de construir e transmitir uma memória correta de um percurso humanista e artístico de vida, para fins de estudo, educação e fruição.
2. Nas colecções que se conservam na Casa-Museu, quer em exibição, quer em reserva, contam-se a obra gráfica (croquis, guaches, aquarelas, carvões, óleos, pastéis, desenhos, litografias, cartazes, maquetas e gravuras), as quais abrangem um intervalo cronológico localizado entre os finais do século XIX e os últimos anos da década de 1940, a par de todo o recheio da casa (mobiliário, cerâmicas, tecidos, madeiras, vidros, metais, azulejos) e da documentação pessoal do Mestre (fotografias, fichas de aulas, documentos de identificação, correspondência e textos de conferências), bem como bastos documentos e objectos atidos à vida privada do artista e da doadora, D. Júlia de Azevedo, para além da biblioteca do casal (livros, revistas, bilhetes-postais).
3. A Casa-Museu assenta na sua exposição de longa duração, serviço de documentação, publicações, conferências, actividades lúdico-didácticas e actividades temporárias (exposições e parcerias).
4. A área temática da Casa-Museu de Leal da Câmara prende-se com a vida e com a obra do Artista e, de igual modo, com a História e com a Cultura dos séculos XIX e XX.

Definição da Missão e da Vocação do Museu Anjos Teixeira

1. O Museu Anjos Teixeira tem por missão a investigação, conservação, documentação, valorização, divulgação, aquisição e difusão dos testemunhos materiais e orais atinentes às vidas e às obras dos Mestres Escultores contemporâneos Artur Gaspar dos Anjos Teixeira e Pedro Augusto dos Anjos Teixeira (pai e filho), numa perspectiva geral, com o



objectivo de construir e transmitir uma memória correta de dois percursos humanistas e artísticos de vida, para fins de estudo, educação e fruição.

2. Estão conservadas no Museu Anjos Teixeira, tanto em exibição como em reserva, colecções variadas: a obra gráfica (desenhos, maquetas e serigrafias) dos escultores Artur e Pedro Anjos Teixeira; bem como pinturas de artistas vários, a qual abrange um período cronológico situado entre o final do século XIX e os últimos anos da década de 90 do século XX; um vasto espólio documental de ambos os Mestres (fotografias, correspondência, manuscritos e recortes de jornal); e bem assim objectos da vida privada do artista e doador, Pedro Anjos Teixeira, entre eles a sua biblioteca pessoal e algum mobiliário. O Museu conserva, ainda, uma ampla colecção de escultura da autoria dos Mestres Artur e Pedro Anjos Teixeira e também de Artistas Vários, assim como uma colecção de medalhística de Pedro Anjos Teixeira.
3. O Museu assenta na sua exposição de longa duração, serviço de documentação, publicações, conferências, actividades lúdico-didáticas e actividades temporárias (exposições e parcerias).
4. A área temática do Museu Anjos Teixeira prende-se com a vida e obra dos patronos do Museu e, de igual modo, com a História e com a Cultura dos séculos XIX e XX.

Definição da Missão e da Vocação do Museu Ferreira de Castro

1. O Museu Ferreira de Castro tem por vocação a conservação, investigação, valorização e divulgação do vasto espólio castriano, para fins de estudo, educação e lazer.
2. O acervo do Museu Ferreira de Castro é constituído pelos espécimes que concernem ao seu percurso de escritor: manuscritos de romances e esboços literários, correspondência activa e passiva, cobrindo um período temporal que vai das décadas de 1910 à de 1970, com cerca de cinco mil correspondentes, primeiras edições dos seus livros, traduções, parte da sua biblioteca pessoal com obras dedicadas pelos autores, imprensa periódica e recortes de jornais, retratos e outra pintura, escultura, objectos de escrita e pessoais e documentos pessoais vários.
3. O Museu assenta na sua exposição permanente, serviço de documentação, publicações, conferências, actividades lúdico-didáticas e actividades temporárias (exposições temáticas e parcerias com outras instituições).



4. A área temática do Museu Ferreira de Castro prende-se com a vida e a obra do escritor e, ainda, com a literatura, a História e a Cultura do século XX.

Definição da Missão e da Vocação do Museu de História Natural de Sintra

1. O Museu de História Natural de Sintra tem por missão a investigação, conservação, documentação, valorização, divulgação, aquisição e difusão dos testemunhos materiais atinentes à vida na terra, com o objetivo de construir e transmitir uma memória da história da terra primitiva e da evolução da vida.

2. O seu acervo é constituído pela colecção privada de paleontologia do Dr. Miguel Barbosa e de sua mulher Dr.^a Fernanda Barbosa, o qual foi adquirido pela Câmara Municipal de Sintra, numa primeira fase, em 1982, e numa segunda fase, por doações realizadas nos finais de 1999.

O espólio tem origem geográfica diversificada, destacando-se a colecção de objectos de História Natural constituído por fósseis, minerais, conchas e alguns animais naturalizados.

Juntam-se a este acervo municipal uma colecção de malacologia adquirida a João Balsa e alguns fundos da colecção de mineralogia de Pires Soares, no entanto, a "Colecção Miguel Barbosa" é por si o motor do processo de constituição do Museu de História Natural de Sintra.

3. O Museu de História Natural de Sintra assenta na sua exposição de longa duração, serviço de documentação, publicações, loja, conferências, atividades lúdico-didáticas e atividades temporárias (exposições e parcerias).

4. A área temática do Museu de História Natural de Sintra prende-se com o percurso de vida do Colecionador Dr. Miguel Barbosa, patrono do Museu.

Definição da Missão e da Vocação do MU.SA – Museu das Artes de Sintra

1. O MU.SA – Museu das Artes de Sintra é, na sua essência, um espaço cultural que integra uma exposição de longa duração de obras pertencentes à Coleção Municipal de Arte, a Livraria Municipal (que atribui particular destaque às publicações relativas a Sintra), a Galeria Municipal



de Arte (espaço destinado a acolher exposições temporárias) e o Lab Arte (espaço destinado à experimentação artística).

2. O MU.SA – Museu das Artes de Sintra expõe o acervo da Coleção Municipal de Arte que consiste, maioritariamente, em obras de pintura (sobretudo a óleo e acrílico) e desenho (predominantemente a lápis e à pena). Conta, ainda, com obras de outras técnicas, como, por exemplo, a fotografia, a escultura e a gravura. As obras de maior importância pertencem ao período balizado entre os finais do século XIX e os meados do século XX.

3. O MU.SA – Museu das Artes de Sintra tem por missão a valorização e divulgação de obras de arte contemporânea, assente em exposições de longa duração e exposições temporárias, bem como a promoção da investigação, conservação, documentação, publicação, conferências, atividades lúdico-didáticas e de espetáculos diversos como música, teatro, dança, poesia ou cinema.

4. O principal tema de interesse do MU.SA – Museu das Artes de Sintra é a arte contemporânea e as artes performativas.

5. O MU.SA – Museu das Artes de Sintra, no âmbito do seu serviço educativo, tem como principais objetivos:

a) Promover e sensibilizar o público para o estudo, a investigação, a publicação e a conservação das coleções que exhibe;

b) Desenvolver e dinamizar relações com os diversos públicos;

c) Promover junto dos cidadãos uma relação com a história da arte, a arte, a história e o património cultural do município sintrense;

d) Promover o hábito de frequentar espaços museológicos, proporcionando aos visitantes uma aprendizagem e/ou apreensão de conhecimentos, inclusive de forma lúdica, nunca descuidando a componente científica;

e) Sensibilizar os visitantes para a preservação/conservação do património artístico, património histórico e a memória comum, valorizando a identidade local e regional.

Definição da Missão e da Vocação do Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas

1. O Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas (MASMO) é, na sua essência, um Museu de Arqueologia, que tem como objetivos primordiais a inventariação, recolha, conservação, salvaguarda, estudo e divulgação do Património Arqueológico da Região de Sintra.



2. Os acervos do MASMO são constituídos pelas seguintes coleções:

- a) Coleção de Arqueologia, abrangendo um extenso período cronológico desde o Paleolítico Médio; passando pelo Neolítico antigo, médio e final; Calcolítico; Idade do Bronze e Idade do Ferro; Romanidade; Alta Idade Média, Período Islâmico, Período Medieval Português; e Idades Moderna e Contemporânea. Destaca-se a coleção de Epigrafia que inclui exemplares de diferentes fases culturais, salientando-se os das épocas Etrusca e Romana e da Antiguidade Tardia.
- b) O Museu conserva ainda uma vasta coleção de osteologia, designadamente humana, balizada cronologicamente entre a Pré-história recente e o século XIX.
- c) Possui também coleções de objetos de excecional valor no âmbito da Numismática, História da Arte, História Antiga e Etnografia, bem como um núcleo biblioteconómico consagrado ao Livro Antigo.

3. O MASMO é uma instituição vocacionada para o inventário, conservação, salvaguarda, estudo e divulgação do Património Arqueológico da Região de Sintra, incluindo os testemunhos mantidos in situ, tendo ainda por missão a investigação e divulgação nas áreas da Arqueologia, Antropologia, História Antiga, Etnografia e História da Arte.

4. No âmbito do MASMO incluem-se ainda os seguintes objetivos:

- a) Promover o estudo, a investigação, a publicação e a conservação das coleções;
- b) Desenvolver e dinamizar as relações com o público;
- c) Proporcionar aos cidadãos uma identificação com a História e o Património Cultural do Município de Sintra e, igualmente, com a História e com o Património Cultural Nacionais;
- d) Criar o hábito e fomentar o gosto em frequentar o Museu por parte das escolas e demais grupos inseridos em atividades lúdico-didáticas;
- e) Proporcionar aos visitantes uma aprendizagem/apreensão de conhecimentos, inclusive de forma lúdica, mas sempre com base científica;
- f) Sensibilizar os visitantes, despertando-os para a necessidade de preservar o património histórico, as raízes culturais e a memória comum;
- g) Zelar e reforçar a identidade local e regional, com vista à sua valorização e dinamização social.



ANEXO II

Termo de responsabilidade (Atividades lúdico-didáticas)

_____ (nome), com o NIF _____, sede/ morada _____
em _____ (localidade), representada por _____ (nome e qualidade), com o BI
n.º _____, emitido em ____/____/_____, ou cartão de cidadão n.º
_____, válido até _____, residente na _____, em _____
(localidade), no âmbito da utilização do/a (Designação do Museu), para efeitos da realização de
atividade lúdico-didática, para o dia _____, no período compreendido entre as
_____ e as _____, declara sob compromisso de honra e para os devidos efeitos que:

- a) Mantém o interesse na frequência por parte de (n.º de participantes que integram a
ação) na atividade lúdico-didática designada por (Designação da Atividade) a realizar
na data e hora previstas;
- b) Tomou conhecimento do Regulamento da Organização, Gestão e Funcionamento da
Rede de Museus Municipais de Sintra e aceitou o seu conteúdo;
- c) Se responsabiliza pelos participantes na atividade lúdico-didática;
- d) Se responsabiliza por todos os danos em equipamentos, instalações ou peças, que
comprovadamente se verifiquem no espaço museológico, ocorridos durante a ação,
conexos com a sua realização ou com os participantes que o integram, assumindo os
encargos decorrentes.

Sintra, _____ de _____ de _____.

O Declarante: _____

(Artigo 25.º, n.º 5 do Regulamento de Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra)



ANEXO III

**Pedido de consulta de documentação nas instalações do
Museu Municipal / designação do Museu**

Pedido externo

Consulta n.º ____/____

Nome: _____ Morada: _____ NIF: _____ BI n.º: _____
Data: ____/____/____ Contacto: _____

O (a) requerente _____

Pedido interno

Consulta n.º ____/____

Nome: _____
Unidade Orgânica: _____

Descrição e fundamentação do pedido: _____

Data: ____/____/____

Estado de conservação: _____

Designação do documento: _____

N.º de Inventário-Geral: _____

Suporte Tecnológico: _____

Sintra, ____/____/____ Funcionário do Museu Municipal: _____

(Artigo 34.º, n.º 1 do Regulamento de Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra)



ANEXO IV

Pedido de consulta de peças das coleções museológicas em exposição ou reserva nas instalações do Museu Municipal / designação do Museu)

Pedido externo

Consulta n.º ____/____

Nome: _____ Morada: _____ NIF: _____ BI n.º: _____
Data: ____/____/____

O (a) requerente _____

Pedido interno

Nome: _____

Unidade Orgânica: _____

Descrição e fundamentação do Pedido: _____

Estado de conservação: _____

Designação da peça: _____

N.º de Inventário-Geral: _____

Suporte Tecnológico: _____

Sintra, ____/____/____ Funcionário do Museu Municipal: _____

(Artigo 36.º, n.º 2 do Regulamento de Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra)



ANEXO V

Pedido para reprodução de documentos conservados no Museu Municipal / designação do Museu

Pedido n.º ____/____

Nome: _____ Morada: _____

NIF: _____ BI n.º: _____ Data: ____/____/____

Solicita-se a reprodução da seguinte documentação: _____

Finalidade e fundamentação: _____

Estado de conservação: _____

N.º de Inventário-Geral: _____

Observações: _____

Suporte tecnológico: _____

O/a requerente: _____

Funcionário do Museu Municipal: _____

Despacho/Autorização: _____ Data: ____/____/____

(Artigo 37.º, n.º 2 do Regulamento de Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra)

Nota: A documentação reproduzida é entregue após cobrança, pela unidade orgânica competente para o efeito, das taxas previstas no Regulamento e Tabela de Taxas e outras Receitas do Município de Sintra em vigor.



ANEXO VI

Pedido para reprodução de bens museológicos e/ou de imagens dos espaços dos Museus Municipais

Pedido n.º _____ / _____

Nome: _____ Morada: _____

NIF: _____ BI n.º: _____ Data: ____/____/____

Solicita-se a reprodução do seguinte: _____

Finalidade e fundamentação: _____

Estado de conservação: _____

N.º de Inventário-Geral: _____

Observações: _____

Suporte Tecnológico: _____

O/ A requerente: _____

Funcionário do Museu Municipal: _____

Despacho/Autorização: _____ Data: ____/____/____

(Artigo 38.º, n.º 5 do Regulamento de Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra)



ANEXO VII

Pedido de empréstimo de bens culturais do Museu Municipal / Nome do Museu

Nota: Elaborado em duplicado

Pedido externo

Pedido n.º ____/____

Nome: _____ Morada: _____

____ NIF: _____ BI n.º: _____ Data: ____/____/____

O (a) requisitante (recebeu): _____

Pedido interno

Pedido n.º ____/____

Nome: _____

Unidade orgânica: _____

O (a) requisitante (recebeu): _____

Descrição, indicação das condições (com referência ao estado de conservação do bem cultural através de descrição de talhada, ao registo fotográfico geral e pormenorizado) e fundamentação do pedido: _____

Estado de conservação: _____

N.º de Inventário-Geral: _____

Suporte Tecnológico: _____

Sintra, ____/____/____ Funcionário do Museu Municipal (entregou): _____

Despacho / Autorização: _____ Data: ____/____/____

Devolução após empréstimo (entregou): _____

Sintra, ____/____/____ Funcionário do Museu Municipal (recebeu): _____

(Artigo 43.º, n.º 1 do Regulamento de Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra)



ANEXO VIII

Termo de responsabilidade (Festa de aniversário)

_____ (nome), com o
NIF _____, sede/ morada _____ em _____ (localidade),
representada por _____ (nome e qualidade), com o BI n.º _____,
emitido em ____/____/_____, ou cartão de cidadão _____, válido até
_____, residente na _____, em _____ (localidade), no âmbito da
utilização (Designação do Museu), para efeitos da realização de Festa de Aniversário, para o
dia _____, no período compreendido entre as _____ e as _____, declara
sob compromisso de honra e para os devidos efeitos que:

- e) Mantém o interesse na ocupação dos espaços autorizados (Designação do Museu) na data prevista, dia (Data);
- f) Tomou conhecimento do Regulamento da Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra e aceitou o seu conteúdo;
- g) Se responsabiliza por todos os danos ocorridos durante o evento e que assumirá todos os encargos decorrentes da indevida utilização dos espaços a utilizar ou danificação de materiais que comprovadamente se verifiquem.

Sintra, _____ de _____ de _____

O Declarante: _____

(Artigo 50.º, n.º 2 do Regulamento de Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra)



**Projecto de
Primeira Alteração ao Regulamento da
Organização, Gestão e Funcionamento da
Rede de Museus Municipais de Sintra**

INÍCIO DO PROCEDIMENTO – ARTº 98º CPA

Discussão Pública - Projeto de Regulamento e Tabela de Taxas para 2016 (6)

ARQUIVO (27)

Aviso – Primeiras Alterações ao Regulamento de Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra

Transferir

Início de procedimento e constituição de interessados, de acordo com o Artigo 98º CPA, aprovado pelo Decreto-Lei nº4/2015 de 7 de janeiro

Aviso

Transferir

Apresentação de contributos para as Terceiras Alterações ao Regulamento Municipal do Programa "A Descoberta dos Tempos Livres" - Componente de Apoio às Famílias

Aviso n.º 10028/2016 - Diário da República n.º 155/2016, Série II de 2016-08-12

Transferir

[Aviso n.º 10028/2016 - Diário da República n.º 155/2016, Série II de 2016-08-12](#)

Município de Sintra

Aviso de abertura do período de discussão do projeto de loteamento com registo do processo DRU SM/290/2014 (ALT/1/2014) de alteração ao alvará de loteamento n.º 14/1974, sito no Casal de Colaride. União das Freguesias de Aguaiava e Mira Sintra em nome da SOFARIMEX, Lda



AVISO

Basílio Horta, Presidente da Câmara Municipal de Sintra, torna público, ao abrigo do nº 1 do artigo 98º do Código de Procedimento Administrativo, que decidiu que se proceda às Primeiras Alterações ao Regulamento de Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra.

A constituição de interessados prevista no nº 1 do artigo 98º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de Janeiro, bem como a apresentação de eventuais contributos pode ocorrer no prazo de 30 dias contados a partir da data do presente Aviso, por entrega presencial no Gabinete de Apoio ao Município e suas delegações, através do fax 219238551, ou ainda através do e-mail municipe@cm-sintra.pt.

Em todas as comunicações, dirigidas ao Presidente da Câmara, deve ser indicado o procedimento a que mesmas se reportam, sob pena de rejeição liminar.

Paços do Concelho de Sintra. 30 de Agosto de 2016.

O PRESIDENTE DA CÂMARA



(Basílio Horta)



SINTRA
Câmara Municipal



Projecto de
Primeira Alteração ao Regulamento da
Organização, Gestão e Funcionamento da
Rede de Museus Municipais de Sintra

CONSULTA PÚBLICA – ARTº 101º CPA



2 — A decisão indicará expressamente:

- a) A especificação e quantidades dos produtos a fornecer;
- b) O limite máximo do montante da despesa.

3 — Os produtos podem ser levantados em estabelecimentos locais pelo titular do pedido de apoio, conforme estabelecido no artigo 7.º deste Regulamento.

Artigo 7.º

Dos estabelecimentos

1 — Os estabelecimentos fornecedores terão que cumprir os seguintes critérios:

- a) Ter sede ou estabelecimento aberto no concelho de Penela;
- b) Estar devidamente registado para efeitos fiscais e de segurança social;
- c) Disponibilizar a tabela de preços sempre que solicitado pelo Serviço de Ação Social do Município;
- d) Fornecer os bens ao beneficiário, de acordo com a requisição emitida pelo Município de Penela;
- e) Emitir fatura onde conste o nome, número do Bilhete de Identidade ou Cartão de Cidadão e Número de Identificação Fiscal do Beneficiário.

2 — Não é permitido o fornecimento de bens diferentes dos constantes da requisição, salvo em situações devidamente justificadas, em que é admitido o fornecimento de sucedâneo, mas nunca a preço superior ao bem substituído.

Artigo 8.º

Recuperação de habitação

1 — O apoio à recuperação da habitação obedece ao seguinte procedimento:

- a) Verificação da titularidade do imóvel;
- b) Avaliação técnica das condições de habitabilidade do imóvel;
- c) Identificação das quantidades e tipos de materiais e do volume de trabalhos necessários e suficientes à recuperação e validação dos orçamentos apresentados;
- d) Articulação com o beneficiário, bem como com os familiares diretos, para determinação da repartição dos encargos e das obrigações recíprocas;
- e) Contratualização do apoio.

Artigo 9.º

Pagamento

1 — A concessão dos apoios municipais no âmbito do presente programa reveste a forma de subsídio aos beneficiários.

2 — O pagamento do subsídio é efetuado diretamente aos fornecedores dos bens ou prestadores dos serviços.

3 — A dotação financeira para o PSAB será anualmente inscrita no orçamento municipal.

CAPÍTULO III

Disposições finais

Artigo 10.º

Sanções

1 — A requisição só é válida até à data nela indicada.

2 — O Município não se responsabiliza pelo fornecimento de bens em desconformidade com o estabelecido no n.º 2 do artigo 7.º

3 — A prestação de falsas declarações implicará a imediata exclusão do beneficiário e a consequente participação às entidades competentes, sem prejuízo da devolução das quantias de que indevidamente beneficiou.

4 — A venda do imóvel beneficiado num prazo inferior a 5 anos após a conclusão das obras de recuperação, constitui o beneficiário ou os seus herdeiros na obrigação de ressarcir o município do montante do subsídio atribuído.

Artigo 11.º

Casos Omissos

Os casos omissos no presente regulamento serão deliberados pela Câmara Municipal, ouvido o Núcleo Executivo da Rede Social.

Artigo 12.º

Entrada em vigor

O presente regulamento, que será publicado na página oficial do Município (www.cm-penela.pt) e através dos demais meios legalmente estabelecidos, entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação no *Diário da República*.

310371745

MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA

Aviso n.º 4001/2017

Para os efeitos do disposto na alínea c) do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que por meu despacho de 28 de setembro de 2016, foi renovada a comissão de serviço, nos termos do disposto no artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 64/2011, de 22 de dezembro, 68/2013, de 29 de agosto e 128/2015, de 03 de setembro e adaptada à administração local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, pelo período de três anos e com efeitos a 30 de dezembro de 2016, no cargo de Chefe da Unidade de Desenvolvimento Social da trabalhadora Elsa Cristina Barreto Lima Freitas de Amorim.

27 de dezembro de 2016. — O Presidente da Câmara, *António Vas-salo Abreu*.

310368821

MUNICÍPIO DE SARDOAL

Aviso n.º 4002/2017

Na competência que me é conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, após terem sido anulados os atos administrativos do Procedimento Concursal para um lugar de Técnico Superior de Comunicação Empresarial a contrato indeterminado, foi aprovado com três votos a favor e duas abstenções na reunião de Câmara realizada no dia 9 de março de 2017, a abertura de novo procedimento concursal na mesma área.

13 de março de 2017. — O Presidente da Câmara, *António Miguel Cabedal Borges*.

310355942

MUNICÍPIO DE SINTRA

Aviso n.º 4003/2017

Basílio Horta, Presidente da Câmara Municipal de Sintra, torna público que, ao abrigo do Ponto XX da delegação de competências da Câmara Municipal de Sintra no seu Presidente, constante da Proposta n.º 1/2013, aprovada pelo Órgão Executivo na sua reunião de 25 de outubro de 2013, é submetido a consulta pública, o Projeto de Primeira Alteração ao Regulamento de Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra, nos termos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, durante o prazo de 30 dias úteis a contar da data da publicação do presente Aviso em 2.ª série do *Diário da República*, estando o texto disponível mediante afixação do Edital n.º 9/2017 nos locais de estilo e no sítio eletrónico oficial do município www.cm-sintra.pt.

Qualquer interessado pode apresentar, durante o período de consulta pública, por escrito, sugestões sobre quaisquer questões que possam ser consideradas relevantes no âmbito do presente procedimento, conforme disposto no n.º 2 do citado artigo 101.º do Novo Código do Procedimento Administrativo, endereçados ao Presidente da Câmara Municipal de Sintra, por entrega presencial no Gabinete de Apoio ao Município e suas delegações ou remessa postal para o Departamento Jurídico e de Notariado da Câmara Municipal de Sintra, Largo Dr. Vergílio Horta, 2714-501 Sintra, através do fax 219238645 e do e-mail djn@cm-sintra.pt.

17 de março de 2017. — O Presidente da Câmara, *Basílio Horta*.

310368327

Primeira Alteração ao Regulamento de Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra – Consulta Pública, de Acordo com o Artº101º do CPA Aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro

Transferir

Aviso

Projeto de Primeira Alteração ao Regulamento de Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra
Alteração ao Regulamento de Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra

Edital 54/2017

Transferir

Notificação de proprietários

Edital 53/2017

Transferir

Notificação de proprietários

Informação Estatística e Avaliação dos Serviços de Atendimento no sítio da internet - fevereiro de 2017

Transferir

Edital 36/2017



Informação – Proposta n.º SM 766
Sintra, 6.JAN-2017

Assunto: Projecto de Primeira Alteração ao Regulamento de Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra – SUBMISSÃO A CONSULTA PÚBLICA – Processo Jurídico n.º 528/2016

De: Técnico Superior Jurista Carlos Bordado

Para: Exma. Senhora Chefe da DJUR – Dra. Sílvia Lourenço

I

Tendo em vista a concretização do documento em epígrafe, sou de informar V.Exa. que no âmbito da tramitação legalmente estabelecida relativamente ao documento em epígrafe, foi cumprida a prévia constituição de interessados de acordo com o estatuído no n.º 1 do artigo 98º do CPA, com a publicitação de Aviso no site da Câmara Municipal de Sintra, em 31 de Agosto de 2016.

Entre o dia 31 de Agosto de 2016 e 3 de Outubro de 2016, prazo que excede os usuais 30 dias para o efeito, não houve a constituição de quaisquer interessados nos termos legais.

Assim, foi elaborado o texto junto, integrando os contributos escritos, colhidos junto do DCD / DCUL.

II

Em termos de motivação da presente alteração é de dar nota que, seis anos após a aprovação, por unanimidade, do Regulamento da Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra pela Assembleia Municipal de Sintra, na sua 2.ª Sessão Ordinária de 27 de Abril de 2010, tornou-se necessário reponderar algumas das opções então tomadas, tendo em conta a experiência obtida no âmbito da respetiva aplicação desde a sua entrada em vigor. Nestes termos, e a título meramente exemplificativo, realce-se que, face às novas tendências no campo da museologia, sendo dada oportunidade aos visitantes de poderem efetuar a reprodução fotográfica e desenho à vista das peças, embora com meios técnicos que não tenham carácter profissional.

É ainda de dar nota que recentemente Município de Sintra apresentou adesão voluntária do Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas à Rede Portuguesa de Museus, tendo sido a mesma admitida. O MU.SA – Museu das Artes de Sintra prepara neste momento a sua candidatura, factos que devem ter a devida expressão no plano regulamentar.

Atentas as mudanças do quadro legislativo (Regime Jurídico aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro e novo CPA) e à orgânica municipal, aproveitou-se ainda esta oportunidade para actualizar as remissões normativas e de designação estrutural nesse âmbito.

Assim, foram objeto de alteração e aditamento:

- O *Preâmbulo*;
- O *artigo 1.º*;
- As *alíneas c) a f) do n.º 2 do artigo 3.º*;
- O *artigo 7.º*;
- O *artigo 8.º*;
- A *alínea c) do n.º 2 e alínea c) do n.º 3 do artigo 21.º*;
- O *artigo 27.º*;
- Os *n.ºs 1 a 3 e n.º 12 do artigo 38.º*;
- O *n.º 1 do artigo 39.º*;
- O *artigo 40.º*;
- A *alínea c) do n.º 6, n.º 7, n.º 9 e n.º 11 do artigo 44.º*;
- O *n.º 1, a alínea b) do n.º 4, o n.º 5, o n.º 6 e o n.º 10 do artigo 47.º*;
- O *n.ºs 2 e 4 do artigo 49.º*;
- As *alíneas c) e g) do n.º 2 do artigo 50.º*;
- Os *n.ºs 2 e 3 do artigo 52.º*;
- O *n.º 1 do artigo 61.º*;
- O *n.º 1 do artigo 63.º*;
- O *n.º 2 do artigo 64.º*;
- O *Anexo I*;
- O *Anexo II*;
- O *Anexo III*;
- O *Anexo IV*;
- O *Anexo V*;
- O *Anexo VI*;
- O *Anexo VII*;
- O *Anexo VIII*.

- Seja autorizada e efectuada através do DCP a publicitação de Aviso num jornal a indicar no respectivo despacho a apôr na presente ip;
- Seja autorizada e efectuada através do GCOR a inserção obrigatória do texto do projecto na página da Câmara Municipal em www.cm-sintra.pt. Isto sem prejuízo do tratamento noticioso que for entendido por necessário;
- Seja autorizada a publicação de Aviso na II Série do DR (somente com a indicação de que o Projecto se encontra em consulta pública e não transcrevendo a sua integralidade atentos os relevantes custos que daí poderiam advir) a promover com a colaboração do DCP;
- Seja autorizada a publicitação de Edital, nos locais de estilo a promover através da DAAD/SAAG;
- Seja dada informação ao Executivo Municipal da submissão do Projecto a Consulta Pública;
- Seja solicitado, através do DCD, através de ofício a elaborar por essa unidade orgânica, o Parecer do Instituto de Museus e Conservação IP sobre as alterações ora Propostas;
- Que das diligências supra seja dado conhecimento à DCUL para os devidos efeitos.

À Consideração Superior de V.Exa.

O Técnico Superior Jurista



(Carlos Bordado)

Em Anexo para subscrição por parte do Exmº Senhor Presidente, caso seja entendido:

- Aviso para publicação em II Série de DR;
- Edital ;
- Aviso para o Jornal que o Exmº Senhor Presidente determine no respectivo despacho;
- Informação à Câmara.

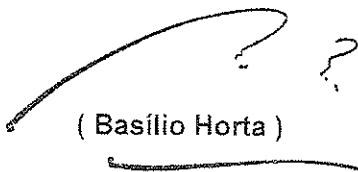
AVISO

Basílio Horta, Presidente da Câmara Municipal de Sintra, torna público que, ao abrigo do Ponto XX da delegação de competências da Câmara Municipal de Sintra no seu Presidente, constante da Proposta nº 1/2013, aprovada pelo Órgão Executivo na sua reunião de 25 de Outubro de 2013, é submetido a consulta pública, o **Projecto de Primeira Alteração ao Regulamento de Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra**, nos termos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de Janeiro, durante o prazo de 30 dias úteis a contar da data da publicação de Aviso em II Série do Diário da República, estando o Projecto afixado através do Edital nº 9 / 2017 nos locais de estilo e ainda disponível no sítio electrónico oficial do Município www.cm-sintra.pt.

Qualquer interessado pode apresentar, durante o período de consulta pública, por escrito, sugestões sobre quaisquer questões que possam ser consideradas relevantes no âmbito do presente procedimento, conforme disposto no n.º 2 do citado artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, endereçados ao Presidente da Câmara Municipal de Sintra, por entrega presencial no Gabinete de Apoio ao Município e suas delegações ou remessa postal para o Departamento Jurídico e de Notariado da Câmara Municipal de Sintra, Largo Dr. Vergílio Horta, 2714-501 Sintra, através do fax 219238645 e do e-mail din@cm-sintra.pt.

Paços do Município de Sintra, _____ de Março de 2017.

O PRESIDENTE DA CÂMARA


(Basílio Horta)



MUNICÍPIO DE SINTRA

Aviso n.º / 2017

Basílio Horta, Presidente da Câmara Municipal de Sintra, torna público que, ao abrigo do Ponto XX da delegação de competências da Câmara Municipal de Sintra no seu Presidente, constante da Proposta n.º 1/2013, aprovada pelo Órgão Executivo na sua reunião de 25 de outubro de 2013, é submetido a consulta pública, o **Projeto de Primeira Alteração ao Regulamento de Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra**, nos termos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, durante o prazo de 30 dias úteis a contar da data da publicação do presente Aviso em II Série do Diário da República, estando o texto disponível mediante afixação do Edital n.º 9 / 2017 nos locais de estilo e no sítio eletrónico oficial do município www.cm-sintra.pt.

Qualquer interessado pode apresentar, durante o período de consulta pública, por escrito, sugestões sobre quaisquer questões que possam ser consideradas relevantes no âmbito do presente procedimento, conforme disposto no n.º 2 do citado artigo 101.º do Novo Código do Procedimento Administrativo, endereçados ao Presidente da Câmara Municipal de Sintra, por entrega presencial no Gabinete de Apoio ao Município e suas delegações ou remessa postal para o Departamento Jurídico e de Notariado da Câmara Municipal de Sintra, Largo Dr. Vergílio Horta, 2714-501 Sintra, através do fax 219238645 e do e-mail din@cm-sintra.pt.

Paços do Município de Sintra, _____ de março de 2017.

O PRESIDENTE DA CÂMARA


(Basílio Horta)



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL

EDITAL n.º 9 /2017

Basílio Horta, Presidente da Câmara Municipal de Sintra, torna público que, ao abrigo do Ponto XX da delegação de competências da Câmara Municipal de Sintra no seu Presidente, constante da Proposta nº 1/2013, aprovada pelo Órgão Executivo na sua reunião de 25 de Outubro de 2013, é submetido a consulta pública, o **Projecto de Primeira Alteração ao Regulamento de Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra**, em anexo, nos termos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de Janeiro, durante o prazo de 30 dias úteis a contar da data da publicação de Aviso em II Série do Diário da República, estando o texto, ora afixado nos locais de estilo e ainda disponível no sítio electrónico oficial do Município www.cm-sintra.pt.

Qualquer interessado pode apresentar, durante o período de consulta pública, por escrito, sugestões sobre quaisquer questões que possam ser consideradas relevantes no âmbito do presente procedimento, conforme disposto no n.º 2 do citado artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, endereçados ao Presidente da Câmara Municipal de Sintra, por entrega presencial no Gabinete de Apoio ao Múncipe e suas delegações ou remessa postal para o Departamento Jurídico e de Notariado da Câmara Municipal de Sintra, Largo Dr. Vergílio Horta, 2714-501 Sintra, através do fax 219238645 e do e-mail djn@cm-sintra.pt.

Paços do Município de Sintra, 16 de Março de 2017.

O PRESIDENTE DA CÂMARA



(Basílio Horta)



Certidão de Afixação

- (1) Célia Guerra Luz
(2) Assistente Técnico

----Certifico que, nesta data, afixei no Gabinete de Apoio ao Município, (3) o Edital nº 9/2017, (4) emanado do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sintra, Dr. Basílio Horta, (5) referente ao Projeto de Primeira Alteração ao Regulamento de Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra.-----
-----Por ser verdade e para os devidos efeitos passo a presente que assino.-----
-----Sintra, 17 de março de 2017.-----

(6)  _____

(1) Nome. (2) Categoria. (3) Edital, Aviso, etc. (4) Entidade que publica o documento. (5) Indicação do assunto. (6) Assinatura e selo branco ou carimbo.

1

(1) _____

Certidão de Afixação

(2)

(3)

----Certifico que, nesta data, afixei nos locais públicos do costume (4) o **Edital** n.º 9/2017, (5) emanado do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Basílio Horta, (6) referente ao Projeto de Primeira Alteração ao Regulamento de Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra.-----

----Por ser verdade e para os devidos efeitos passo a presente que assino.----

-----, ____ / ____ / 2017.-----

(7) _____

(1) Identificação da Junta de Freguesia/União das Freguesias (2) Nome (3) Categoria. (4) Edital, Aviso, etc. (5) Entidade que publica o documento. (6) Indicação do assunto. (7) Assinatura e selo branco ou carimbo.



Exmo. Senhor
M.I. Presidente da Junta / União de
Freguesia(s)
(TODAS)

Sua referência

Sua comunicação de

Nossa referência
DAAD/SAAG/17225

ASSUNTO: AFIXAÇÃO DE EDITAL

Roga-se a V. Exa. o obséquio de mandar proceder à afixação nos lugares públicos do costume, do **Edital nº9/2017**, referente ao Projeto de Primeira Alteração ao Regulamento de Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra.

Requer-se o envio da certidão de afixação que se anexa.

Com os melhores cumprimentos,

**POR DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS
NOS TERMOS DO DESPACHO Nº 10 - P/2014, DE 06 DE JANEIRO**

O VEREADOR

(Eduardo Quinta Nova)

/CL

1



(1) _____

Certidão de Afixação

(2)

Valter Manuel Antunes Januário
Presidente da Junta de Freguesia Algueirão-Mem Martins

(3)

----Certifico que, nesta data, afixei nos locais públicos do costume (4) o Edital n.º 9/2017, (5) emanado do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Basílio Horta, (6) referente ao Projeto de Primeira Alteração ao Regulamento de Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra.-----

----Por ser verdade e para os devidos efeitos passo a presente que assino.----

----- 27 MAR. 2017, ____ / ____ / 2017.-----

O Presidente da Junta de Freguesia

(7) _____

(1) Identificação da Junta de Freguesia/União das Freguesias (2) Nome (3) Categoria. (4) Edital, Aviso, etc. (5) Entidade que publica o documento. (6) Indicação do assunto. (7) Assinatura e selo branco ou carimbo.

11
CS

1

(1) Junta da Freguesia de Casal Cambra

Certidão de Afixação

(2) **FERNANDA SANTOS**
Presidente da Junta de Freguesia
de Casal de Cambra

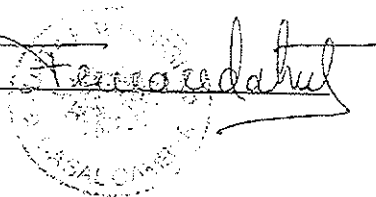
(3)

---Certifico que, nesta data, afixei nos locais públicos do costume (4) o Edital n.º 9/2017, (5) emanado do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Basílio Horta, (6) referente ao Projeto de Primeira Alteração ao Regulamento de Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra.-----

---Por ser verdade e para os devidos efeitos passo a presente que assino,---

---C. Cambra 27/03 / 2017.-----

(7)



(1) Identificação da Junta de Freguesia/União das Freguesias (2) Nome (3) Categoria. (4) Edital, Aviso, etc. (5) Entidade que publica o documento. (6) Indicação do assunto. (7) Assinatura e selo branco ou carimbo.

1

(1) Junta de Freguesia de Colares

Certidão de Afixação

(2) Junta de Freguesia de Colares
(3) Assistente Técnico
Ana Luísa da Silva Pereira

----Certifico que, nesta data, afixei nos locais públicos do costume (4) o Edital n.º 9/2017, (5) emanado do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Basílio Horta, (6) referente ao Projeto de Primeira Alteração ao Regulamento de Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra.-----

----Por ser verdade e para os devidos efeitos passo a presente que assino.----

-----Colares 24/3, / 2017.-----

(7)

[Assinatura]

(1) Identificação da Junta de Freguesia/União das Freguesias (2) Nome (3) Categoria. (4) Edital, Aviso, etc. (5) Entidade que publica o documento. (6) Indicação do assunto. (7) Assinatura e selo branco ou carimbo.

(1) JUNTA DE FREGUESIA DE RIO
DE MOURO

Certidão de Afixação

(2) BRUNO ALEXANDRE NOBRE PADRESA

(3) PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA

----Certifico que, nesta data, afixei nos locais públicos do costume (4) o Edital n.º 9/2017, (5) emanado do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Basílio Horta, (6) referente ao Projeto de Primeira Alteração ao Regulamento de Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra.-----

----Por ser verdade e para os devidos efeitos passo a presente que assino.----

----RIO DE MOURO 05/04/2017.-----

(7) 

(1) Identificação da Junta de Freguesia/União das Freguesias (2) Nome (3) Categoria. (4) Edital, Aviso, etc. (5) Entidade que publica o documento. (6) Indicação do assunto. (7) Assinatura e selo branco ou carimbo.



16/03/2017

União das Freguesias de Agualva e Mira Sintra

Certidão de Afixação

Carlos Miguel Casimiro Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Agualva e Mira Sintra, certifica que nesta data, afixou nos locais de estilo, o **Editais nº9/2017**, referente ao Projeto de Primeira Alteração ao Regulamento de Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra.-----

Por ser verdade e para os devidos efeitos passo a presente que assino.-----

Agualva-Cacém, 27 de março de 2017. -----

O Presidente,

Carlos Casimiro

/AA

(1) Junta Freguesia Amadora, Póvoa de Santa Rita e Montebom

Certidão de Afixação

(2) Rua Alexandre de Gusmão

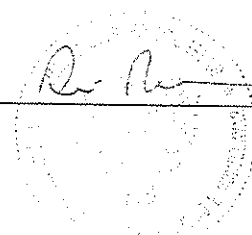
(3) Presidente Junta de Freguesia

----Certifico que, nesta data, afixei nos locais públicos do costume (4) o Edital n.º 9/2017, (5) emanado do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Basílio Horta, (6) referente ao Projeto de Primeira Alteração ao Regulamento de Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra.-----

----Por ser verdade e para os devidos efeitos passo a presente que assino.----

----Amadora, 20 / 03 / 2017.-----

(7)



(1) Identificação da Junta de Freguesia/União das Freguesias (2) Nome (3) Categoria. (4) Edital, Aviso, etc. (5) Entidade que publica o documento. (6) Indicação do assunto. (7) Assinatura e selo branco ou carimbo.

(1) União das Freguesias do Cação e S. Marcos

Certidão de Afixação

(2) Jose Estrela Duarte

(3) Presidente,

---Certifico que, nesta data, afixei nos locais públicos do costume (4) o Edital n.º 9/2017, (5) emanado do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Basílio Horta, (6) referente ao Projeto de Primeira Alteração ao Regulamento de Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra.-----

---Por ser verdade e para os devidos efeitos passo a presente que assino.---

--- Cacem , 29 103 / 2017.-----

(7) _____



(1) Identificação da Junta de Freguesia/União das Freguesias (2) Nome (3) Categoria. (4) Edital, Aviso, etc. (5) Entidade que publica o documento. (6) Indicação do assunto. (7) Assinatura e selo branco ou carimbo.

1A
cd

1

(1) FREGUESIA DE MASSARÁ E MOSTE ABRÃOCertidão de Afixação

(2) SONAIA ALMEIDA

(3) ASSISTENTE TÉCNICA

----Certifico que, nesta data, afixei nos locais públicos do costume (4) o Edital n.º 9/2017, (5) emanado do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Basílio Horta, (6) referente ao Projeto de Primeira Alteração ao Regulamento de Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra.-----

---Por ser verdade e para os devidos efeitos passo a presente que assino.---

--- Massará, 24 / 03 / 2017.-----



(1) Identificação da Junta de Freguesia/União das Freguesias (2) Nome (3) Categoria. (4) Edital, Aviso, etc. (5) Entidade que publica o documento. (6) Indicação do assunto. (7) Assinatura e selo branco ou carimbo.

1

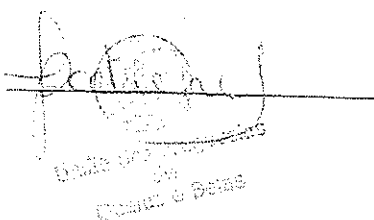
(1) UNIÃO DAS FREGUESIAS DE QUELIZ E BELASCertidão de Afixação(2) MARIA ISABEL AUDRADE SERRANO RODRIGUES(3) ASSISTENTE TÉCNICA

----Certifico que, nesta data, afixei nos locais públicos do costume (4) o Edital n.º 9/2017, (5) emanado do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Basílio Horta, (6) referente ao Projeto de Primeira Alteração ao Regulamento de Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra.-----

----Por ser verdade e para os devidos efeitos passo a presente que assino.----

----QUELIZ E BELAS, 27 / 03 / 2017.-----

(7)



União das Freguesias
de
QUELIZ e BELAS

(1) Identificação da Junta de Freguesia/União das Freguesias (2) Nome (3) Categoria. (4) Edital, Aviso, etc. (5) Entidade que publica o documento. (6) Indicação do assunto. (7) Assinatura e selo branco ou carimbo.

1

**Certidão de Afixação**

(2) Fernando Nunes Miguel Andrade, Assistente Técnico
Da União das Freguesias de S. JOÃO DAS LAMPAS e TERRUGEM

(3)

----Certifico que, nesta data, afixei nos locais públicos do costume (4) o Edital n.º 9/2017, (5) emanado do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Basílio Horta, (6) referente ao Projeto de Primeira Alteração ao Regulamento de Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra.-----

----Por ser verdade e para os devidos efeitos passo a presente que assino.----

-----S. João das Lampas 28/03/2017.-----

(1) Identificação da Junta de Freguesia/União das Freguesias (2) Nome (3) Categoria. (4) Edital, Aviso, etc. (5) Entidade que publica o documento. (6) Indicação do assunto. (7) Assinatura e selo branco ou carimbo.

1

(1) _____

Certidão de Afixação(2) *Ednardo Graças*(3) *Presidente*

----Certifico que, nesta data, afixei nos locais públicos do costume (4) o Edital n.º 9/2017, (5) emanado do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Basílio Horta, (6) referente ao Projeto de Primeira Alteração ao Regulamento de Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra.-----

----Por ser verdade e para os devidos efeitos passo a presente que assino.----

-----*Sintra*_____, 24 10 3 / 2017.-----

(7) _____


(1) Identificação da Junta de Freguesia/União das Freguesias (2) Nome (3) Categoria. (4) Edital, Aviso, etc. (5) Entidade que publica o documento. (6) Indicação do assunto. (7) Assinatura e selo branco ou carimbo.



Ao abrigo do nº 2 do artigo 64º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro, o processo referente SM766/2017 é constituído por 20 folhas, as quais se encontram numeradas e rubricadas.

SAAG, 20 de abril de 2017

Célia Luz

(Assistente Técnico)

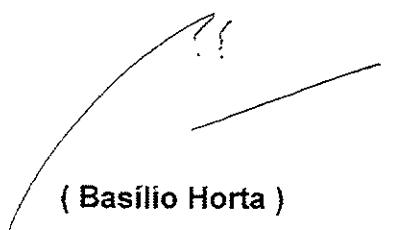


INFORMAÇÃO À CÂMARA

Levo ao conhecimento dos Exm^{os} Senhores Vereadores que, ao abrigo do abrigo do Ponto XX da delegação de competências da Câmara Municipal de Sintra no seu Presidente, constante da Proposta n.º 1/2013, aprovada pelo Órgão Executivo na sua reunião de 25 de Outubro de 2013, decidi que o **Projecto de Primeira Alteração ao Regulamento de Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra**, fosse submetido a consulta pública nos termos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, durante o prazo de 30 (trinta) dias úteis.

Paços do Concelho de Sintra, 16 de março de 2017.

O PRESIDENTE DA CÂMARA



(Basílio Horta)



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



Reunião de

30 MAR. 2017

Ponto 1 da Ordem do Dia
Informação Nº 2



Projecto de
Primeira Alteração ao Regulamento da
Organização, Gestão e Funcionamento da
Rede de Museus Municipais de Sintra

APROVADO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA EM *[assinatura]*
APROVADO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINTRA EM *[assinatura]*



Projecto de Primeira Alteração ao Regulamento da Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra (RMMS)

Preâmbulo

A importância cultural que os museus, independentemente do tipo de tutela, modelos, coleções e vocações, têm vindo a assumir na sociedade contemporânea é cada vez mais reconhecida. A nível autárquico, a realidade museológica tem vindo a comprovar e a consolidar a sua relevância estratégica no âmbito das políticas culturais.

Os museus municipais são detentores de um valiosíssimo património móvel e imóvel que urge preservar, estudar e divulgar, numa ação cultural dinâmica de diálogo e cumplicidade entre todos os seus intervenientes, constituindo-se como espaços abertos à sociedade assegurando fins culturais e educativos. Para o cumprimento destas exigências estas unidades dispõem de recursos financeiros, disponibilizados através do orçamento municipal, que asseguram a sua sustentabilidade e o cumprimento das suas funções museológicas.

Com efeito, e sem prejuízo do que precede, numa perspetiva de auxiliar a sustentabilidade do sistema, os espaços museológicos podem e devem explorar também as suas potencialidades de rentabilização, ao proporcionar o acesso aos diversos públicos a que se destinam, através da divulgação dos acervos museológicos e, igualmente, mediante a realização, em paralelo, de ações de carácter educativo, didático e lúdico.

Pretende-se que os Museus Municipais atinjam elevados níveis de qualidade nos serviços prestados bem como na promoção do acesso à cultura e no



enriquecimento do património cultural, não só pela sua organização, funcionamento e gestão como, igualmente, pela aplicação de boas práticas museológicas e alargamento dos seus públicos, contribuindo, assim, para um desenvolvimento integrado das comunidades locais. O presente Regulamento insere-se no cumprimento da legislação em vigor.

De facto, compete ao Estado, no âmbito dos deveres culturais constitucionalmente consagrados, e em colaboração com todos os agentes culturais, “promover a salvaguarda e a valorização do património cultural, tornando-o elemento vivificador da identidade cultural comum”, assim como “incentivar e assegurar o acesso de todos os cidadãos aos meios e instrumentos de ação cultural” e “apoiar as iniciativas que estimulem a criação individual e coletiva, nas suas múltiplas formas e expressões”, a que, concomitantemente, corresponde o direito, por parte de todos, à fruição e à criação cultural, bem como o dever de preservar, defender e valorizar aquele património.

No contexto das atribuições dos Municípios referentes à manutenção, recuperação e divulgação do património cultural, compete às Autarquias gerir os museus, nos termos a definir por lei, conforme determina o artigo 13.º, n.º 1, alínea e) e artigo 20.º, n.º 1, alínea b), e n.º 2, alínea e) da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro e de acordo com o artigo 53.º, n.º 2, alínea a) e artigo 64.º, n.º 2, alínea m) e n.º 7, alínea a), da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Por seu turno, na esteira da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro – que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural – é aprovada a Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto – que define a Lei Quadro dos Museus Portugueses. Ora, nos termos desta Lei, designadamente, dos artigos 1.º, alínea d), 3.º, 4.º, 7.º, 8.º e 94.º, n.º 3, pretende-se que os museus, vistos como instituições de carácter permanente,



com ou sem personalidade jurídica, sem fins lucrativos e dotados de uma estrutura organizacional, garantam, a um conjunto de bens culturais, um destino unitário de valorização, através das funções de investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação, prosseguindo objetivos científicos, educativos e lúdicos, de forma a facultar o acesso regular ao público e, assim, fomentar a democratização da cultura e o desenvolvimento sustentado da sociedade em geral.

Nestes termos, e com base nos artigos 52.º e 53.º da Lei Quadro dos Museus Portugueses, deve ser elaborado um Regulamento, o qual contemple a vocação de cada museu, o inerente enquadramento orgânico, as funções museológicas, o horário e o regime de acesso público, bem como a gestão de recursos humanos e financeiros. Conforme dispõe o artigo 12.º daquela Lei, os Museus devem formular e fazer aprovar, ou propor para aprovação das entidades de que dependem, uma Política de Incorporações, que deve ser definida de acordo com a sua vocação e consubstanciada num programa de atuação que permita imprimir coerência, por forma a dar continuidade à valorização do inerente acervo. Devem ser, igualmente, estabelecidas Normas e Procedimentos de Conservação Preventiva, as quais deverão definir os princípios e as prioridades da preservação das coleções e da avaliação de riscos, nos termos do artigo 28.º da Lei Quadro dos Museus Portugueses.

Há algum tempo, o Município de Sintra apresentou a adesão voluntária da Casa-Museu de Leal da Câmara, do Museu Anjos Teixeira e do Museu Ferreira de Castro à Rede Portuguesa de Museus, entretanto constituída, tendo sido a mesma admitida e, desde então, são os referidos museus considerados e listados na mencionada rede nacional.

Nestes termos, pretende-se contribuir para a definição e clarificação do enquadramento orgânico, da gestão e, ao nível da organização procedimental,



dos vários museus do Município de Sintra, justificando-se, assim, a criação de uma Rede de Museus Municipais de Sintra (adiante designada por RMMS), pelo que se entende útil e necessária a elaboração de um Regulamento que discipline a gestão dos diversos equipamentos museológicos do Município de Sintra e, bem assim, de outros, que venham, eventualmente, a integrar a rede.

A criação de oferta museológica e a promoção da sua fruição cultural, contribuem para o incrementar de uma cidadania responsável, estimulando o empenhamento dos cidadãos na salvaguarda, enriquecimento e divulgação da identidade cultural de um povo.

Por todo o exposto, o presente Regulamento foi sujeito a audiência dos interessados nos termos do artigo 117.º do Código de Procedimento Administrativo, designadamente através de consulta ao Instituto dos Museus e da Conservação I. P. e às entidades associativas de carácter museológico, sendo o mesmo, concomitantemente submetido, nos termos do disposto no artigo 118.º do mesmo diploma, à apreciação pública pelo prazo de trinta dias, através de publicação do Aviso n.º 22869/2009, na II Série do Diário da República, n.º 244, de 18 de dezembro de 2009. Foi recebido um contributo do Instituto dos Museus e da Conservação I. P. o qual considerou que o projeto “se encontra bem formulado, incluindo todos os elementos considerados relevantes para o efeito”.

Assim, nos termos do disposto nos artigos 112.º, n.º 8 e 241.º da Constituição da República Portuguesa, no preceituado na alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º e da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal de Sintra, ouvida a Comissão Permanente de Assuntos Sociais, sob proposta da Câmara Municipal, foi aprovado por unanimidade, na sua 2.ª Sessão Ordinária de 27 de Abril de 2010, o *Regulamento da Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra*.



Após a aprovação do Regulamento supra, tornou-se necessário reponderar algumas das opções então tomadas, tendo em conta a experiência obtida no âmbito da respetiva aplicação desde a sua entrada em vigor. Nestes termos, e a título meramente exemplificativo, realce-se que, face às novas tendências no campo da museologia, é dada oportunidade aos visitantes de poderem efetuar a reprodução fotográfica e desenho à vista das peças, embora com meios técnicos que não tenham caráter profissional.

É ainda de dar nota que recentemente Município de Sintra apresentou adesão voluntária do Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas à Rede Portuguesa de Museus, tendo sido a mesma admitida. O MU.SA – Museu das Artes de Sintra prepara neste momento a sua candidatura.

Ao abrigo do nº 1 do artigo 98º do Código de Procedimento Administrativo foi determinado o início do procedimento de alteração ao Regulamento da Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra.

A publicitação do processo de constituição de interessados prevista no nº 1 do artigo 98º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de Janeiro, para a apresentação de eventuais contributos no prazo de 30 dias foi efectivada através da publicitação de Aviso, em 31 de Agosto de 2016, na página da Câmara Municipal de Sintra em www.cm-sintra.pt.

Tendo o período supra mencionado decorrido até 3 de Outubro de 2016 não se constituíram quaisquer interessados.

Sobre o projeto da presente Alteração ao Regulamento foram ouvidos os interessados, designadamente o Instituto dos Museus e da Conservação I. P.,



tendo o mesmo sido submetido a *consulta pública* mediante publicação do Aviso n.º 1204/2016 na II Série do Diário da República, n.º 107, de 15 de maio de 2016, nos termos e para os efeitos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, respetivamente.

Participaram a *deliberação*.

Assim, a Assembleia Municipal de Sintra, sob proposta da Câmara Municipal de Sintra, aprovou na sua *sessão* realizada em *sessão* de maio de 2016, a **Primeira Alteração ao Regulamento de Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra**, tudo nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º e na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Foram objeto de alteração e aditamento:

O Preâmbulo;

O artigo 1.º;

As alíneas c) a f) do n.º 2 do artigo 3.º;

O artigo 7.º;

O artigo 8.º;

A alínea c) do n.º 2 e alínea c) do n.º 3 do artigo 21.º;

O artigo 27.º;

Os n.ºs 1 a 3 e n.º 12 do artigo 38.º;

O n.º 1 do artigo 39.º;

O artigo 40.º;

A alínea c) do n.º 6, n.º 7, n.º 9 e n.º 11 do artigo 44.º;

O n.º 1, a alínea b) do n.º 4, o n.º 5, o n.º 6 e o n.º 10 do artigo 47.º;

O n.ºs 2 e 4 do artigo 49.º;

As alíneas c) e g) do n.º 2 do artigo 50.º;

Os n.ºs 2 e 3 do artigo 52.º;



- O n.º 1 do artigo 61.º;
- O n.º 1 do artigo 63.º;
- O n.º 2 do artigo 64.º;
- O Anexo I;
- O Anexo II;
- O Anexo III;
- O Anexo IV;
- O Anexo V;
- O Anexo VI;
- O Anexo VII;
- O Anexo VIII.

As alterações e aditamentos encontram-se integrados no Regulamento, o qual se republica como texto consolidado, a publicitar nos termos legais e a entrar em vigor no prazo de 15 dias após publicação em II Série do Diário da República. Assim:

Título I

Disposições Gerais

Capítulo I

Lei habilitante, objeto, âmbito de aplicação, missão, objetivos e conceito

Artigo 1.º

Lei Habilitante

O presente Regulamento é elaborado de acordo com o disposto na alínea e) do n.º 2 do artigo 23.º, na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º e na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, em conjugação com os artigos 70.º, 71.º, 93.º e 95.º da Lei n.º



107/2001, de 8 de Setembro – que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do Património Cultural –, de harmonia com o direito internacional, designadamente, com a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, adotada na 32.ª Conferência Geral da UNESCO, em Paris, em 17 de outubro de 2003, aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º 12/2008 e ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 28/2008, de 26 de Março; com o Código de Ética para Museus, do Conselho Internacional de Museus (ICOM), aprovado pela 15.ª Assembleia Geral, de 4 de novembro de 1986; com as sucessivas modificações e revisões, nomeadamente pela 21.ª Assembleia Geral, realizada em Seul, na Coreia do Sul, em 8 de outubro de 2004; e com a legislação de desenvolvimento da Lei de Bases do Património Cultural, designadamente, com os Decretos-Lei n.ºs 138/2009 e 139/2009, de 15 de junho; de acordo com os artigos 1.º, alínea d), 3.º, 4.º, 7.º, 8.º, 12.º, 28.º, 52.º, 53.º e 94.º, n.º 3, da Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto – que aprova a Lei Quadro dos Museus Portugueses – e ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e, ainda, dos artigos 96.º a 101.º e 135.º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de Janeiro

Artigo 2.º

Objeto

1. O presente Regulamento estabelece as regras relativas à estrutura, à organização, ao funcionamento, à gestão integrada, à política de incorporações, à normalização de procedimentos de preservação das coleções e à qualificação dos Museus que compõem a Rede de Museus Municipais de Sintra.
2. O presente Regulamento visa-se, igualmente, regular a recolha, o estudo e a preservação das suas coleções, enquanto património cultural,



bem como a sua valorização, mediante a afirmação dos museus municipais como instituições culturais abertas a toda a sociedade.

Artigo 3.º

Âmbito de aplicação

1. O presente Regulamento estabelece as regras que subjazem aos princípios e funções dos museus, bem como às boas práticas museológicas aplicáveis à RMMS, tendo em vista a preservação, a defesa, a divulgação e a valorização das suas coleções.
2. A RMMS é composta pelos seguintes museus, cujo enquadramento, missão e vocação se encontram definidos no **Anexo I**, que deste Regulamento faz parte integrante para todos os efeitos legais:
 - a) Casa-Museu de Leal da Câmara
 - b) Museu Anjos Teixeira
 - c) Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas
 - d) MU.SA – Museu das Artes de Sintra
 - e) Museu Ferreira de Castro
 - f) Museu de História Natural de Sintra
3. O presente Regulamento aplica-se, igualmente, a outros museus municipais que venham, eventualmente, a ser criados, nos termos legais, pelo Município de Sintra, e que ficarão afetos à RMMS, reunidos que estejam os requisitos exigíveis para o efeito.
4. O enquadramento, missão e a vocação dos museus referidos no número anterior devem ser definidos e constar do Anexo I, nos termos do n.º 2 deste artigo.



Artigo 4.º

Missão genérica da RMMS

A RMMS tem os seguintes objetivos:

- a) A valorização e a qualificação da realidade museológica municipal;
- b) A cooperação e a articulação entre os museus municipais de Sintra, com vista a melhorar e a rentabilizar a prestação do serviço ao público;
- c) A difusão da informação relativa aos museus;
- d) A promoção do rigor, do profissionalismo e das boas práticas e técnicas museológicas.

Artigo 5.º

Objetivos da RMMS

No enquadramento de uma visão integrada da política organizacional da RMMS, são tidos como objetivos:

1. A nível cultural:

- a) Valorizar e divulgar o Património do Município, da Região e do País;
- b) Desenvolver e dinamizar as relações com o público;
- c) Desenvolver ações com vista à melhor fruição e deleite do público;
- d) Implementar a investigação histórica, museológica e artística no Município;
- e) Proporcionar aos cidadãos uma identificação com a história e com o património cultural do Município de Sintra e, igualmente, com a história e com o património cultural nacionais;
- f) Promover o estudo, a investigação, a publicação e a conservação das coleções dos museus.

2. A nível educativo:



- a) Criar o hábito e fomentar o gosto em frequentar os museus, por parte das escolas e demais grupos inseridos em atividades lúdico-didáticas;
- b) Estabelecer parcerias com as escolas e demais instituições de âmbito cultural e didático-pedagógico, com vista à programação de atividades conjuntas;
- c) Criar sinergias para construir museus vivos;
- d) Proporcionar aos visitantes uma aprendizagem/apreensão de forma lúdica, mas com base científica;
- e) Sensibilizar os visitantes responsabilizando-os quanto à preservação das coleções e do património museológico.

3. A nível social:

- a) Promover o desenvolvimento integrado e sustentado local;
- b) Desenvolver parcerias com associações locais, com vista à implementação de estratégias de valorização da memória coletiva;
- c) Zelar e reforçar a identidade local ou regional, com vista à sua valorização e dinamização social;
- d) Tornar os museus de todos e para todos.

Artigo 6.º

Conceito de Museu

Em conformidade com a legislação em vigor e para os efeitos do presente Regulamento, entende-se por museu a instituição de carácter permanente, sem fins lucrativos, que apresenta as características e cumpre as funções museológicas previstas na lei, ainda que o respetivo acervo integre espécies vivas, tanto botânicas como zoológicas, testemunhos resultantes da materialização de ideias, representações de realidades existentes ou virtuais, assim como bens de património cultural imóvel, ambiental e paisagístico e dotada de uma estrutura organizacional que lhe permite:



- a) Garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais e valorizá-los através da investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação, com objetivos científicos, educativos e lúdicos;
- b) Facultar o acesso regular ao público e fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade.

Capítulo II

Responsabilidade e competência

Artigo 7.º

Responsabilidade

A gestão e administração da RMMS compete à Câmara Municipal de Sintra, através da Divisão de Cultura, do Departamento de Cultura, Juventude e Desporto ou, em caso de alteração estrutural, à unidade orgânica que, em termos da Estrutura Nuclear ou Flexível, tenha essa incumbência.

Artigo 8.º

Competência

Incumbe à unidade orgânica referida no artigo anterior, em termos genéricos e de acordo com a Estrutura Nuclear e Flexível da Câmara Municipal de Sintra em vigor, promover e assegurar a execução da política museológica municipal, em cumprimento com as orientações da Câmara Municipal e em diálogo permanente com a Administração Central, com as Juntas de Freguesia do Município e com os seus agentes culturais e sociais, bem como promover uma oferta de qualidade nos museus, enquanto espaços de conhecimento e de comunicação, cumprindo, assim, a sua natureza de serviço público.



Título II

Regime geral de organização, gestão e funcionamento da RMMS

Capítulo I

Funções museológicas e gestão dos acervos

Secção I

Incorporação

Artigo 9.º

Definição e âmbito de aplicação

1. Entende-se por incorporação a integração formal de um bem cultural no acervo dos museus, constituindo-se como uma das funções museológicas essenciais a uma política de preservação e de salvaguarda da memória coletiva.
2. Os bens culturais depositados nos museus não são incorporados.
3. O depósito, a que se alude no número anterior, encontra-se especialmente previsto na Lei Quadro dos Museus Portugueses.

Artigo 10.º

Objetivos da incorporação

São objetivos específicos da incorporação:

- a) Dar continuidade a uma política de preservação dos bens culturais, de acordo com a vocação e especificidades dos museus municipais, imprimindo coerência, enriquecimento e valorização dos respetivos acervos e à sua contextualização;
- b) Integrar objetos que, embora possuam uma identidade singular, possam contribuir para a valorização das coleções existentes e, com elas, por qualquer forma, se relacionem, evidenciando passos de um processo de evolução.



Artigo 11.º

Modos de incorporação

Sem prejuízo de outras modalidades previstas na lei, a incorporação efetiva-se através de:

- a) Compra;
- b) Doação;
- c) Legado;
- d) Herança;
- e) Recolha;
- f) Achado;
- g) Transferência;
- h) Permuta;
- i) Afetação permanente;
- j) Exercício do direito de preferência;
- k) Dação em cumprimento.

Artigo 12.º

Requisitos de incorporação

1. A incorporação deve obedecer aos seguintes requisitos:

- a) Só pode ser efetuada mediante prova da existência legal do bem cultural e da sua proveniência e, quando possível, através da indicação do respetivo contexto geográfico e cronológico, bem como de outras referências que possam ser úteis para os fins de investigação ou apresentação em público;
- b) Os objetos incorporados devem relacionar-se com os objetivos e com a missão e vocação dos museus municipais, nos termos do n.º 2 do art.º 3 do presente Regulamento;



- c) Ser efetuada de acordo com qualquer uma das modalidades enunciadas no artigo anterior e constituir uma mais-valia para o acervo dos museus municipais;
- d) Os bens culturais e museológicos devem encontrar-se em bom ou razoável estado de conservação, salvo se a unidade orgânica gestora da RMMS considerar que, apesar do seu mau estado, tais bens constituem, de forma inequívoca, um valor acrescentado às coleções dos museus municipais;
- e) As incorporações sujeitas a condições especiais devem ser recusadas, se as mesmas forem consideradas contrárias aos objetivos e às missões dos museus municipais;
- f) Verificabilidade de condições espaciais e ambientais adequadas à preservação do bem.

2. A aprovação da incorporação do bem, nos casos referidos no artigo 11.º, realiza-se através de deliberação da Câmara Municipal ou decisão do Vereador com competências na área da Cultura, nos termos da lei.

3. Qualquer que tenha sido o modo de incorporação, os bens culturais em causa devem estar devidamente acondicionados, de modo a não sofrerem danos no seu processo de deslocação para os museus.

Artigo 13.º

Avaliação prévia da incorporação

1. Para avaliar o interesse museológico da possível incorporação, a unidade orgânica gestora da RMMS deve, obrigatoriamente, emitir parecer técnico prévio à deliberação ou decisão previstas no n.º 2 do artigo anterior.

2. Sem prejuízo do previsto no número anterior e em casos de especial relevância, pode, sob proposta da unidade orgânica gestora dos museus



municipais, ser nomeada pelo Vereador da Câmara com competências na área da Cultura uma comissão de avaliação composta por três elementos com capacidade reconhecida na respetiva área.

Artigo 14.º

Procedimentos do ato de incorporação

Após a aprovação da incorporação do bem, por qualquer uma das modalidades previstas no artigo 11.º, a unidade gestora da RMMS deve informar as unidades orgânicas gestoras do património móvel e financeiro da Câmara Municipal, para que estas procedam à atualização do respetivo cadastro.

Artigo 15.º

Registo do bem incorporado

1. A forma de procedimento na incorporação deve privilegiar a identificação primária dos bens e, posteriormente, o seu tratamento.
2. Os bens incorporados devem ser submetidos a um registo prévio onde se designe as propriedades essenciais da sua identificação, designadamente, mediante registo fotográfico.
3. O registo no inventário geral dos museus municipais deve ser efetuado após a formalização da incorporação.



Secção II

Inventário

Artigo 16.º

Objetivos

1. O acervo integrado e a integrar nos museus municipais deve ser objeto de inventário museológico, elaborado pela unidade orgânica gestora da RMMS, de acordo com as normas gerais de inventário previstas na Lei Quadro dos Museus Portugueses e em demais legislação em vigor.
2. O inventário museológico visa a identificação e a individualização de cada bem cultural e integra a respetiva documentação, de acordo com as normas técnicas mais adequadas à sua natureza e características.

Artigo 17.º

Instrumentos de inventário

1. O número de registo de inventário e a ficha de inventário museológico constituem os instrumentos de descrição, de indicação do estado de conservação, de identificação e de individualização adequados para a elaboração do inventário geral dos bens que constituem os acervos dos museus municipais, tal como dos bens, que venham, por qualquer título, a integrar, no futuro, aqueles acervos.
2. O inventário museológico é tratado informaticamente, mediante a utilização de um *software* próprio de gestão de coleções.
3. O inventário museológico deve ser complementado por registos subsequentes, nomeadamente o registo fotográfico, que possibilitem



aprofundar e disponibilizar informação sobre os bens culturais, assim como historiar o respetivo processamento e a atividade dos museus.

4. Compete ao Município de Sintra, nos termos legais, assegurar a disponibilidade dos dados referidos neste artigo ao Instituto dos Museus e da Conservação, I.P., ou a outra entidade referente à administração do património cultural que venha a suceder àquele instituto.

Artigo 18.º

Procedimentos de preenchimento do registo e ficha de inventário

O preenchimento do registo e ficha de inventário deve observar, com as devidas adaptações, as normas de inventário seguidas de acordo com as boas práticas museológicas vigentes.

Secção III

Conservação

Artigo 19.º

Dever de conservar

1. Os museus municipais, através da RMMS, garantem as condições adequadas e promovem as medidas preventivas necessárias à conservação dos bens culturais neles incorporados, de acordo com as normas e com as boas práticas museológicas em matéria de preservação das coleções, de avaliação de riscos e de procedimentos adequados vigentes.

2. A função de conservação prevista no presente Regulamento contempla a avaliação de riscos, relativamente aos edifícios onde se encontram instalados os museus municipais, às áreas funcionais, às coleções e ao fator humano.



3. Todas as soluções respeitantes à conservação das coleções dos museus municipais são da responsabilidade da unidade orgânica gestora da RMMS, precedidas, quando necessário ou se justifique nos termos da lei, de parecer e de consulta de conservadores / restauradores e/ou de entidades especializadas para o efeito.

4. No caso de bens culturais classificados ou em vias de classificação, nos termos do artigo 15.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, o projeto de conservação e/ou de restauro carece de autorização prévia do Instituto dos Museus e da Conservação, I. P., de acordo com o determinado pela Lei Quadro dos Museus Portugueses.

Artigo 20.º

Normas gerais

1. Compete à unidade orgânica gestora da RMMS no geral e, especialmente às equipas diretamente adstritas aos museus municipais, dar cumprimento às normas e procedimentos de preservação das coleções, quer dos edifícios, quer das coleções, designadamente quanto a iluminação, temperatura, humidade relativa, acondicionamento, equipamentos, segurança, cuidados primários e alarmes, tal como proceder à manutenção da reserva e à execução de vistorias regulares ao estado das coleções e, ainda, dos respetivos suportes, independentemente da sua natureza.

2. Quanto ao edifício, compete concretamente:

- a) Assegurar-se do isolamento das coberturas, portas e janelas;
- b) Evitar infiltrações ou excessos de humidade;
- c) Inspeccionar periodicamente as instalações elétricas, canalizações e fechaduras;



- d) Evitar e/ou controlar a nocividade de produtos a aplicar nos restauros do edifício;
- e) Garantir a segurança geral de todo o complexo.

3. Quanto às coleções, compete concretamente:

- a) Observar com periodicidade o estado de conservação da coleção, a tempo de se poder detetar, prevenir e corrigir eventuais anomalias;
- b) Controlar os níveis de temperatura, de humidade relativa, de luminosidade e de poluentes;
- c) Garantir a segurança geral de todas as coleções, tanto as expostas como as em situação de reserva;
- d) Registrar regularmente as alterações em suporte papel, digital ou outro.

Artigo 21.º

Procedimentos

1. Compete à unidade orgânica gestora da RMMS no geral e, especialmente às respetivas equipas diretamente adstritas aos museus municipais saber identificar, registar e, se possível, corrigir corretamente os diversos agentes de deterioração e anomalias que, eventualmente, se registem em cada museu, designadamente:

- a) Acomodação física das coleções;
- b) Humidade relativa;
- c) Luminosidade;
- d) Vandalismo;
- e) Movimentação e manuseamento de peças;
- f) Riscos de fogo;
- g) Poluentes;
- h) Riscos de intrusão;
- i) Infiltrações e inundações;



j) Pragas, designadamente, mamíferos, insetos, fungos e bolores.

2. Compete, igualmente, à referida unidade orgânica e respetivas equipas manter:

- a) Em bom estado todo o equipamento de leitura de registos de controlo ambiental, designadamente higrómetros, higrógrafos, luxímetros e proceder à sua leitura diária/regular, de molde a se poder aferir toda a ambiência dos diversos espaços dos museus;
- b) Em bom estado e em funcionamento adequado os desumidificadores e os caloríferos existentes, quer nas salas de exposição, quer nas reservas;
- c) Em funcionamento e testar periodicamente os alarmes antifogo e anti-intrusão dos museus, sem prejuízo das atribuições do Serviço de Segurança e Saúde no Trabalho.

3. Compete, igualmente, à unidade orgânica gestora da RMMS e respetivas equipas zelar para que:

- a) Se evite a colocação de peças junto das paredes exteriores, sendo que, em caso de inevitabilidade, devem ser criadas condições objetivas para evitar a sua eventual degradação;
- b) As peças não sejam expostas diretamente sob luz natural;
- c) As peças não sejam colocadas diretamente no chão, a fim de se evitar eventuais danos físicos, contaminações por pragas, ou contacto com água ou outros produtos corrosivos;
- d) Se evite lavar pavimentos de madeira ou revestidos do mesmo material;
- e) Se evite o contacto das peças com produtos de limpeza ou com águas de lavagens;



- f) As peças não sejam manuseadas por parte do público, por investigadores e por funcionários não habilitados para o efeito;
 - g) Não sejam alteradas as características específicas de cada peça, nem o seu local de conservação, designadamente de exposição ou reserva, sem autorização prévia e sem se assegurar que estão reunidas as condições de preservação ambiental e física para tal;
 - h) Sejam colocados sempre os números de registo de entrada e dos inventários em áreas discretas das peças, de modo a que não as danifiquem, impeçam ou interfiram com a leitura e/ou perceção visual das mesmas;
 - i) Não sejam executados quaisquer restauros sempre que subsistirem dúvidas quanto à sua pertinência, necessidade, adequabilidade, oportunidade, conhecimentos técnicos, materiais a usar ou falta de meios ou de experiência sobre o assunto;
 - j) Toda e qualquer ação de restauro seja apenas executada por elementos especializados ou sob a orientação destes, após conhecimento, análise prévia por parte da unidade orgânica gestora da RMMS e aprovação por parte do eleito com competências na área da Cultura;
 - k) Em caso de deslocação de peças para o exterior dos museus, estas somente devem sair depois de assegurados todos os requisitos necessários para o efeito, designadamente estudo da peça, registo, protocolo, acomodação, condições ambientais, embalagem adequada, transporte, acautelamento do melhor trajeto e seguro.
4. As peças colocadas em reserva devem conservar-se em bom estado, sendo asseguradas, pelo menos, as seguintes condições:
- a) Climatização adequada dos espaços;
 - b) Uso de suportes rígidos e arejados;



- c) Uso de papéis e cartões isentos de quaisquer ácidos;
- d) Manutenção das peças emolduradas sempre que possível;
- e) Proteção das peças com papel de seda ou vegetal adequado;
- f) Envolvimento das peças em papel flexível e não absorvente de humidade;
- g) Não permitir a sobreposição das peças;
- h) Manutenção das mesmas em local adequado, por forma a evitar eventuais riscos.

Secção IV

Segurança

Artigo 22.º

Plano de segurança

1. Os museus municipais possuem Planos de Segurança e Emergência Individuais, os quais são elaborados pela unidade orgânica gestora da Higiene e Segurança Ocupacional da Autarquia, em estreita colaboração com a unidade orgânica gestora da RMMS, com vista a garantir não só a proteção e a integridade dos bens culturais nos museus municipais incorporados, bem como, e em primeiro lugar, dos visitantes, do respetivo pessoal e das instalações.

2. Os edifícios dos museus municipais estão equipados com as condições de segurança indispensáveis e periodicamente testadas para garantir a respetiva proteção e integridade, designadamente, alarme anti-intrusão e alarme antifogo, nos termos do determinado pela Lei, em ordem a garantir a prevenção de perigos e a sua respetiva neutralização.

3. Os Planos de Segurança referidos no presente artigo são objeto de aprovação pelo Presidente da Câmara e pelo eleito com competências



delegadas / subdelegadas na área da Cultura e são atualizados de acordo com a legislação em vigor.

Secção V

Interpretação e exposição

Artigo 23.º

Programa de exposições

1. A RMMS divulga os bens museológicos que constituem o seu acervo, através de uma programação global e anual de exposições, que inclui a definição de prioridades de agenda e a indicação da duração dos eventos a elaborar pela unidade orgânica gestora dos museus municipais de Sintra e a aprovar pelo eleito com competências próprias ou delegadas / subdelegadas na área da Cultura, tendo em consideração, designadamente:

- a) A planificação de atividades de índole museológica e museográfica;
- b) A planificação de atividades temporárias;
- c) A planificação de atividades lúdico-didáticas;
- d) As considerações acerca das necessidades ainda por satisfazer nos museus municipais.

2. Os espólios dos museus municipais permitem a realização de exposições de temática diversificada no âmbito das suas vocações, bem como o estudo da história e do património cultural do Município, de acordo com as características das coleções e com base em estudos de investigação, de modo a permitir uma variedade de públicos e a cumprir a sua função social.

3. O plano de exposições referido no número anterior pode, igualmente, contar com contribuições de outros museus ou instituições, locais, nacionais e/ou internacionais, ou, ainda, através da constituição de parcerias.



4. As exposições itinerantes da RMMS permitem ir ao encontro das pessoas, em locais de fácil acesso, com o intuito de promover a fruição e educação culturais, tal como a sensibilização para a preservação de bens de todos e para todos.

Artigo 24.º

Difusão das coleções e iniciativas

1. A RMMS define, mediante aprovação pelo eleito com competências próprias ou delegadas / subdelegadas na área da Cultura, um plano de edição em diferentes suportes, adequado às missões e vocações dos museus municipais e desenvolvendo programas culturais diversificados.

2. A difusão dos museus municipais, bem como dos estudos e das investigações sobre as respetivas coleções é efetuada através, designadamente:

- a) Da publicação de edições próprias da Autarquia, que podem contar com a colaboração de entidades externas, tais como, guias, catálogos, cadernos pedagógicos, folhetos, roteiros, brochuras e outros;
- b) Da realização de ações de divulgação e de sensibilização, tais como colóquios, jornadas e congressos promovidos pela RMMS, ou integradas em outras iniciativas de caráter cultural, relacionadas em geral com o património cultural do Município e designadamente com fatores de degradação dos bens culturais, em especial;
- c) Da promoção de ações de âmbito pedagógico, no sentido de aproximar o público da memória coletiva do Município;
- d) Da divulgação *online*, nomeadamente, na página da Câmara Municipal de Sintra, em www.cm-sintra.pt, nas agendas locais e regionais, bem como em outros meios entendidos por convenientes.



Secção VI

Educação

Artigo 25.º

1. À RMMS compete implementar, mediante aprovação do eleito com competências próprias ou delegadas / subdelegadas na área da Cultura, um plano composto por um conjunto de iniciativas e atividades em torno da educação patrimonial, tendo como objeto de trabalho o património cultural municipal, de acordo com a missão e a vocação de cada um dos museus municipais.
2. O serviço educativo serve de mediador entre a concretização dos projetos que constituem o plano aprovado nos termos do número anterior e o público em geral.
3. A realização de visitas orientadas a grupos escolares ou outros, bem como a execução de atividades lúdico-didáticas, depende de marcação prévia com a antecedência a estipular pelo responsável da unidade orgânica gestora dos museus municipais;
4. A realização de ações nos museus solicitada por entidades externas, que não as referidas no número anterior, depende de marcação prévia e de aprovação do eleito com competências próprias ou delegadas / subdelegadas na área da Cultura.
5. A marcação das ações mencionadas nos números anteriores é precedida do preenchimento do formulário adequado, acompanhado de Termo de Responsabilidade constante do **Anexo II** ao presente Regulamento.



6. No final de cada atividade lúdico-didática promovida nos espaços museológicos, cada participante tem direito a um certificado de presença, devidamente assinado e carimbado pelo eleito com competências próprias ou delegadas / subdelegadas na área Cultura.

Capítulo II

Horário de funcionamento e áreas de acesso às instalações dos Museus Municipais

Artigo 26.º

Horário dos Museus Municipais

1. O horário de abertura dos museus municipais é definido por proposta da unidade orgânica gestora da RMMS, mediante aprovação do eleito com competências próprias ou delegadas / subdelegadas na área da Cultura, de acordo com os seguintes critérios:

- a) Garantia do acesso e visita regular;
- b) Compatibilidade com a vocação e com a localização dos museus municipais;
- c) Compatibilidade com as necessidades das várias categorias de visitantes.

2. O horário de abertura estabelecido nos termos dos números anteriores deve ser amplamente publicitado e afixado no exterior dos museus municipais.

Artigo 27.º

Ingresso

O acesso aos museus municipais está tabelado no Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra em vigor.



Artigo 28.º

Registo de visitantes

1. O registo de visitantes, bem como dos utentes de outros serviços, tem por objetivo o conhecimento dos públicos que visitam os museus municipais, com vista a melhorar a qualidade do seu funcionamento e atender às suas necessidades.
2. O registo é efetuado de forma informatizada e o posterior tratamento serve para estudo e análise dos tipos de públicos e sua subsequente avaliação estatística, devendo ser remetido ao Instituto dos Museus e da Conservação, I.P. e ao Instituto Nacional de Estatística, ou às entidades que vierem a suceder àqueles Institutos, nos termos da Lei Quadro dos Museus Portugueses.
3. A base de dados que suporta o registo de visitantes é objeto de registo junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados, nos termos da lei.

Artigo 29.º

Áreas de acesso às instalações dos Museus Municipais

1. Em cada museu da RMMS existem, dois tipos de áreas distintas:
 - a) Áreas de acesso ao público;
 - b) Áreas de acesso reservado ou condicionado.
2. Nas áreas de acesso ao público incluem-se as salas de exposição, as salas de apoio ao público e de serviço externo, designadamente portaria, receção, espaços polivalentes, cafetaria, loja e serviços de documentação, para além de outros espaços complementares, como jardins ou pátios.



3. As áreas de acesso reservado ou condicionado são adstritas apenas ao pessoal dos museus municipais, integrando os espaços dos gabinetes técnicos e das reservas.

4. Em casos excepcionais e devidamente fundamentados, podem ser estabelecidos nas áreas de acesso reservado ou condicionado, em consideração da carreira e hierarquia dos colaboradores, níveis de acesso a determinadas salas.

5. A determinação, em concreto, das áreas reservadas ou condicionadas e dos níveis de acesso, quando justificado, são aprovadas pelo eleito com competências próprias ou delegadas / subdelegadas na área da Cultura, sob proposta da unidade orgânica gestora dos museus municipais.

Capítulo III

Exercício do direito de acesso

Artigo 30.º

Serviços de Documentação

1. Os serviços de documentação inserem-se num plano global de divulgação da informação recolhida e produzida pelos museus municipais, tendo a sua expressão na realização regular de exposições temporárias e estudos sobre as coleções museológicas.

2. Os serviços de documentação têm, especificamente, a missão de pesquisar, selecionar, processar e disponibilizar ao público a documentação reunida sobre aspetos da história e do património do Município, no âmbito da missão e vocação dos respetivos museus municipais.



3. Os serviços de documentação estão dotados de informação resultante da investigação, bem como de documentos textuais, audiovisuais e de bibliografia de apoio à investigação para consulta do público em geral.

Artigo 31.º

Acesso

O acesso aos documentos depende dos critérios estabelecidos no presente Regulamento e do disposto na legislação em vigor, designadamente, no âmbito da Lei Quadro dos Museus Portugueses, da Lei de Acesso a Documentos Administrativos, do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos e do Regime Geral dos Arquivos e do Património Arquivístico.

Artigo 32.º

Modalidades de acesso

O acesso aos documentos é efetuado através de:

- a) Consulta;
- b) Reprodução.

Artigo 33.º

Exercício da consulta

1. Toda e qualquer consulta é gratuita e deve ser efetuada no espaço dos serviços de documentação, ou de outros indicados para esse fim.
2. O atendimento e consulta direta da documentação efetiva-se durante o horário normal de abertura ao público dos museus municipais.
3. O acesso à documentação processa-se através da consulta:
 - a) Dos documentos originais, sempre que possível;
 - b) Das reproduções, em qualquer suporte tecnológico adequado;



c) Da consulta *online*.

Artigo 34.º

Requisitos de admissão

1. A admissão do acesso à documentação, por parte do público em geral, é facultada a nacionais e estrangeiros, maiores de dezoito anos, mediante o preenchimento do pedido de consulta, nos termos do formulário, constante do **Anexo III** ao presente Regulamento, bem como da apresentação dos respetivos documentos de identificação.
2. É permitida a admissão a menores de dezoito anos, desde que acompanhados por professores ou pelos seus responsáveis e mediante a autorização escrita do responsável pela unidade orgânica gestora dos museus municipais.

Artigo 35.º

Acesso e utilização dos fundos documentais

1. Os museus municipais facultam o acesso a documentos e à informação constante na ficha do objeto.
2. O acesso à documentação é condicionado sempre que os dados constantes do processo não sejam de acesso público nos termos da lei, nomeadamente quando a sua divulgação possa pôr em causa a integridade e/ou a segurança das coleções museológicas, ou quando a informação inerente aos objetos, designadamente os depositados ou doados aos museus municipais, tenham acopladas indicações restritivas impostas pelos depositantes ou doadores.
3. As espécies documentais identificadas como em mau estado de conservação ou os originais de espécies raras, constituem documentos de



consulta condicionada, só podendo ser acedidos em casos especiais, autorizados pelo eleito com competências próprias ou delegadas / subdelegadas na área da Cultura, após parecer favorável do responsável pela unidade orgânica gestora dos museus municipais.

4. A comunicação sobre a autorização para consulta dos documentos referidos no presente artigo deve ser dada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

5. Sempre que possível, as espécies referidas no número anterior devem ser consultadas através de suporte intermédio, designadamente, fotografia, microfilme ou imagem digital, de modo a preservar-se a integridade dos originais.

Artigo 36.º

Acesso às reservas

1. Os museus municipais possuem instalações em áreas individualizadas e estruturalmente adequadas às reservas organizadas, de modo a garantir a sua conservação e segurança.

2. As coleções museológicas que se conservarem em reserva são excecionalmente acessíveis ao público, mediante a observância dos seguintes critérios:

- a) Aos investigadores, para fins de estudo e de investigação, mediante solicitação escrita e identificação fundamentada do motivo da consulta, nos termos do formulário constante do **Anexo IV** do presente Regulamento e por marcação prévia, com acompanhamento em permanência, de um técnico dos respetivos museus municipais;
- b) Ao público em geral, mediante pedido escrito, nos termos do formulário indicado na alínea anterior e por marcação prévia, não



podendo os grupos exceder o máximo de cinco pessoas, sempre acompanhados por técnicos dos respetivos museus municipais.

3. O acesso às reservas deve ser recusado quando:

- a) As peças ou documentação solicitadas estejam indisponíveis, por motivo de restauro ou em exposição;
- b) As condições de conservação das peças solicitadas não o aconselhem ou, então, por razões de segurança;
- c) Houver indisponibilidade de acompanhamento por parte dos técnicos dos museus municipais, devidamente fundamentada;
- d) Por razões imprevistas, não se mostre possível ou aconselhável o acesso às mesmas.

4. A autorização para o acesso às reservas, nos termos do presente artigo, bem como a definição e determinação de quaisquer outras condições de acesso às mesmas, relacionadas, designadamente, com as regras de consulta e de manuseio, é concedida pelo eleito com competências próprias ou delegadas / subdelegadas na área da Cultura sob proposta da unidade orgânica gestora da RMMS, a qual deve ponderar o pedido à luz das regras e orientações vigentes da preservação de coleções, por forma a garantir a conservação e segurança dos bens culturais.

5. O indeferimento do pedido de acesso às reservas deve ser devidamente fundamentado, nos termos legais e do n.º 3 do presente artigo.

6. A concretização do acesso às reservas deve ser previamente acordado, entre o interessado e a unidade orgânica gestora dos museus municipais, tendo como limite temporal o horário de abertura dos museus municipais, estabelecido nos termos do artigo 26.º, n.º 1 deste Regulamento.



Artigo 37.º
Reprodução dos documentos

1. A reprodução dos documentos é executada nos suportes disponíveis, designadamente através de:
 - a) Impressão;
 - b) Processo fotográfico;
 - c) Digitalização;
 - d) Reprodução vídeo ou áudio.

2. A reprodução deve ser requerida nos termos do formulário que constitui o **Anexo V** ao presente Regulamento, justificando a sua finalidade e efetiva-se após:
 - a) Autorização do eleito com competências próprias ou delegadas / subdelegadas na área da Cultura, sob proposta da unidade orgânica gestora dos museus municipais, tendo em atenção o estado de conservação dos materiais e componentes de escrita e de acordo com a legislação em vigor para o efeito;
 - b) Pagamento de taxa, de acordo com o estipulado no Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra, em vigor.

3. A documentação reproduzida é entregue após boa cobrança da respetiva taxa pela unidade orgânica competente para o efeito, nos termos do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra, em vigor.

4. Todo o utilizador/investigador que publicar estudos ou trabalhos em que figurem informações ou documentos existentes nos museus municipais, obriga-se a mencionar as respetivas fontes, identificando a sua proveniência, sugerindo-se a doação de dois exemplares das respetivas publicações à Câmara Municipal de Sintra.



5. Após a manifestação de vontade formal de doar por parte do utilizador/investigador, o Presidente da Câmara remete para aprovação do órgão executivo camarário, a proposta de aceitação da doação efetuada.

6. Após a aceitação pela Câmara Municipal da doação das publicações, a unidade orgânica competente no âmbito do Departamento de Administração Financeira e Patrimonial do Município procede à inventariação dos bens, ao nível do património móvel municipal e emite ao utilizador/investigador uma declaração/recibo em como o Município aceitou e recebeu as publicações doadas, para todos os efeitos legais, designadamente, no âmbito do estatuto do mecenato.

Artigo 38.º

Reprodução de peças museológicas e/ou de espaços dos Museus Municipais

1. Os visitantes podem proceder à reprodução de peças museológicas e/ou de espaços dos museus municipais, através de:

- a) Reprodução fotográfica sem *flash*;
- b) Desenho à vista;
- c) Captação de imagem e som através de vídeo, sem iluminação artificial.

2. É permitida a utilização privada das imagens colhidas pelos visitantes em contexto doméstico, familiar ou educativo.

3. É interdito o recurso a qualquer tipo de técnica fotográfica, vídeo, som, ou processo com resultados semelhantes, com material profissional, designadamente com recurso a tripés, bastões e outro material que permita a reprodução de elevada qualidade, exceto em casos devidamente autorizados por escrito pela Câmara Municipal de Sintra.



4. Sem prejuízo do disposto na legislação em vigor, designadamente no âmbito do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, a realização da reprodução referida no número anterior, nomeadamente de espécies museológicas, de vistas gerais dos Museus Municipais ou de exposições temporárias, efetiva-se mediante autorização do eleito com competências próprias ou delegadas / subdelegadas na área da Cultura, sob proposta da unidade orgânica gestora dos museus municipais.
5. A autorização a que se refere o número anterior deve ser requerida, por escrito, nos termos do formulário constante do **Anexo VI** ao presente Regulamento e que se encontra disponível na página da Câmara Municipal de Sintra em www.cm-sintra.pt.
6. As imagens recolhidas não podem ser utilizadas para outros fins que não os autorizados e, onde forem reproduzidas, deverá constar sempre uma referência clara à sua proveniência, à propriedade do bem e/ou da imagem e à identificação do museu municipal em apreço.
7. Sempre que existam direitos de autor sobre os bens culturais a reproduzir, o requerente deve obter, previamente, a autorização do detentor dos respetivos direitos de autor.
8. As reproduções cedidas ou executadas só podem ser utilizadas para os fins autorizados.
9. Os trabalhos de realização dos processos de reprodução referidos serão acompanhados pelo responsável da unidade orgânica gestora dos museus municipais e/ou por técnicos dos museus, cabendo, somente a estes, o manuseamento dos bens culturais a reproduzir.



10. Aplica-se à presente reprodução, o estipulado nos números 3 a 6 do artigo anterior, com as devidas adaptações.

11. Aquando da reprodução de peças, os níveis de iluminação exigidos devem respeitar as orientações nacionais e internacionais no âmbito da conservação preventiva.

12. Por decisão do eleito com competências próprias ou delegadas / subdelegadas na área da Cultura, sob proposta do responsável do museu, pode, a título excecional, ser interdita a recolha de imagens, quando estejam em causa peças inéditas e que ainda não tenham sido objeto de estudo e investigação.

Capítulo IV

Gestão dos Recursos Humanos e Financeiros

Artigo 39.º

Estruturação orgânica dos serviços dos Museus Municipais

1. Sem prejuízo do disposto na Estrutura Nuclear e Flexível da Câmara Municipal de Sintra, os museus municipais são, nos termos da Lei Quadro dos Museus Portugueses, dirigidos tecnicamente por um responsável, com a categoria de técnico superior, o qual depende diretamente do Chefe da Divisão de Cultura, de acordo com o disposto no artigo 7.º do presente Regulamento.

2. A orgânica dos Museus Municipais integrará as seguintes áreas funcionais:

- a) Diretiva;
- b) Administrativa;
- c) Expositiva;
- d) Serviço de documentação;
- e) Reservas;



- f) Estudo e investigação;
- g) Conservação e restauro;
- h) Sociocultural e educativa;
- i) Lazer.

3. Os museus municipais dispõem de pessoal devidamente habilitado, de acordo com a legislação em vigor.

Artigo 40.º

Formação profissional

A Divisão de Formação da Câmara Municipal de Sintra deve, nos termos da legislação aplicável, proporcionar aos colaboradores dos museus municipais formação especializada adequada, de acordo com a sua vocação, missão, tipo e dimensão dos mesmos.

Artigo 41.º

Angariação de recursos financeiros

1. O museu elabora, de acordo com o respetivo programa de atividades, projetos suscetíveis de serem apoiados através do mecenato cultural, ou de outros programas de financiamento.
2. Toda e qualquer proposta de angariação de recursos financeiros deve ser expressamente aprovada pela Câmara Municipal de Sintra, sob proposta do eleito com competências próprias ou delegadas / subdelegadas na área da Cultura.



Capítulo V

Empréstimo temporário de bens museológicos

Artigo 42.º

Condicionamentos

1. Sem prejuízo do estatuído na Lei Quadro dos Museus Portugueses e demais legislação em vigor, o empréstimo temporário de bens pertencentes às coleções da RMMS só pode ser efetuado para exposições, a realizar pelas unidades orgânicas da Câmara Municipal de Sintra ou, então, por entidades externas, desde que sejam asseguradas as condições de segurança e de conservação que a RMMS entenda adequadas.

2. Sempre que dos bens culturais solicitados a título de empréstimo existam meios de suporte que não os originais, dá-se preferência à cedência destes últimos.

3. O Município de Sintra, através da unidade orgânica gestora dos museus municipais, reserva-se o direito de não emprestar bens culturais incorporados nas suas coleções, consideradas únicas ou os originais de espécies raras.

4. Ao presente Capítulo aplicam-se, subsidiariamente, e com as devidas adaptações, as disposições contidas no Código Civil referentes à figura jurídica do comodato.

Artigo 43.º

Empréstimo interno

1. O empréstimo temporário de bens culturais afetos aos museus municipais a outras unidades orgânicas da Câmara Municipal de Sintra deve ser precedido



de preenchimento do formulário constante do **Anexo VII** ao presente Regulamento, no qual se especificam as condições e o fim do empréstimo.

2. Todo e qualquer pedido de empréstimo de bens museológicos por parte das unidades orgânicas referidas no número anterior deve ser expressamente autorizado pelo eleito com competências delegadas / subdelegadas na área da Cultura, na sequência de parecer da unidade orgânica gestora dos museus municipais.

3. Após a entrega dos bens culturais requisitados aos museus municipais, é da inteira responsabilidade das unidades orgânicas requisitantes a conservação física e a manutenção da sua integridade, nos termos do presente Regulamento.

Artigo 44.º

Empréstimo externo

1. Os bens culturais podem ser utilizados em exposições ou em outros eventos a realizar por entidades externas, nas condições e nos termos a estabelecer em protocolo a celebrar entre o Município e a entidade interessada, de forma a ficar assegurada convenientemente a salvaguarda da integridade dos bens cedidos, bem como a sua devolução, ressalvando-se, no entanto, os aspetos indicados no presente artigo, a ajustar pelas partes contraentes.

2. Todo e qualquer pedido de empréstimo de bens museológicos, por parte de entidades externas, deve ser expressamente protocolado, sendo o competente instrumento jurídico aprovado pela Câmara Municipal de Sintra, sob proposta do eleito com competências próprias ou delegadas / subdelegadas na área da Cultura.



3. Os pedidos de empréstimo devem ser dirigidos ao Presidente da Câmara com, pelo menos, três meses de antecedência relativamente à abertura da exposição a que se destinam.

4. A Autarquia não empresta bens culturais para exposições itinerantes por mais de seis meses e sempre mediante fundamentação prévia, tendo em vista a preservação da integridade das peças e de acordo com todas as condições previstas no presente artigo para o empréstimo externo.

5. Os bens culturais emprestados devem ser expostos unicamente nos locais expressamente destinados para o efeito e, como tal, previamente indicados e reconhecidos como adequados por ambas as partes.

6. A entidade interessada deve garantir, desde o momento em que os bens são levantados, até à sua efetiva entrega e durante todo o tempo em que a exposição decorrer, as seguintes condições:

- a) Os bens objeto de empréstimo devem estar protegidos por uma apólice de seguro contra todos os riscos, só podendo os mesmos serem levantados após a entrega da referida apólice ou de documento comprovativo de que a mesma foi emitida;
- b) A Autarquia fixa o valor de cada bem, objeto de empréstimo, devendo a entidade interessada efetuar o contrato de seguro pelo valor previamente estabelecido;
- c) Os bens são levantados nas instalações dos museus municipais por pessoal da entidade interessada devidamente credenciado, mediante a assinatura do formulário constante do **Anexo VII** ao presente Regulamento, do qual consta o estado de conservação dos bens emprestados, bem como mediante a entrega de fotocópia do termo de responsabilidade e de qualquer outro documento necessário à concretização do empréstimo;



- d) O acondicionamento deve ser realizado pelos museus municipais devendo os documentos ser acondicionados de igual forma, no final da exposição, por parte da entidade interessada;
- e) Um técnico dos museus municipais, caso necessário e quando possível ou se justifique, deve sempre acompanhar a montagem e a desmontagem da exposição que é executada pela entidade interessada;
- f) Os termos e as condições do transporte são acordados pela Câmara Municipal, representada pelos museus municipais e pela entidade interessada;
- g) Todo o documento original, cujo empréstimo tenha sido autorizado, deve ser reproduzido em microfilme, em fotografia ou em qualquer outro suporte, pela Câmara Municipal antes da sua entrega, ficando o negativo original na posse da Autarquia;
- h) Na eventualidade de, por razões de conservação, se mostrar necessário realizar algum tipo de restauro nos bens a ceder, compete à entidade interessada diligenciar em conformidade;
- i) É da responsabilidade da entidade interessada encarregar-se do procedimento para a autorização de saída temporária, bem como com os trâmites alfandegários, sempre que exigidos;
- j) A entidade interessada na exposição deve seguir as recomendações emitidas pelos museus municipais para a correta exposição dos documentos emprestados, ao nível da conservação, concretamente no que concerne aos parâmetros de controlo ambiental e de deterioração biológica;
- k) A entidade interessada deve garantir a segurança e a preservação dos bens expostos, mediante uma vigilância permanente, através de adequados sistemas de segurança, correta instalação em vitrinas, ou suportes adequados à exposição de peças, segundo as regras em vigor para o efeito, de modo a não danificar as obras emprestadas.



7. A Autarquia, através da unidade orgânica gestora dos museus municipais e recorrendo, se necessário, ao apoio técnico do Serviço de Segurança e Saúde no Trabalho e da Polícia Municipal de Sintra, reserva-se o direito de proceder à verificação das condições de vigilância, segurança e ambiente das instalações onde decorre a exposição antes de autorizar o empréstimo dos bens.

8. Sempre que a entidade interessada não oferecer as condições mínimas dentro dos parâmetros especificados pelos museus municipais, podem ser oferecidas alternativas, concretamente através da exposição de reproduções.

9. Sem prejuízo do disposto no artigo 37.º e 38.º do presente Regulamento, os bens expostos não podem ser reproduzidos profissionalmente sem autorização prévia e expressa do eleito com competências próprias ou delegadas / subdelegadas na área da Cultura, após parecer da unidade orgânica gestora dos museus municipais.

10. Sempre que seja solicitada e autorizada a reprodução dos bens culturais para constar no catálogo da exposição, entende-se que a mesma é dada exclusivamente para esse fim.

11. Concluída a exposição, os bens são devolvidos nas instalações dos museus municipais, no prazo acordado, devendo a respetiva unidade orgânica gestora proceder a uma revisão do estado de conservação antes de assinar o auto de devolução (constante do **Anexo VII** ao presente Regulamento).

12. Os bens devem ser mantidos e transportados em condições de segurança e ambiente semelhantes àsquelas a que tenham estado sujeitos durante o período de exposição.



13. Qualquer anomalia ou irregularidade nos bens emprestados, desde a efetiva entrega e durante o tempo em que a exposição decorrer, será da inteira e exclusiva responsabilidade da entidade interessada.

Artigo 45.º

Despesas a suportar pela entidade interessada

1. A entidade interessada deve suportar todas as despesas relativas a:
 - a) Seguros e autorizações indispensáveis;
 - b) Acondicionamento, embalagem, transporte e montagem e desmontagem dos bens;
 - c) Deslocação e estadia, quando necessário, de um técnico dos museus municipais, encarregado de acompanhar a exposição;
 - d) Fotografia ou microfilmagem, ou qualquer outro suporte de reprodução da documentação;
 - e) Restauro dos bens a expor, se estes necessitarem de intervenção.
2. O montante estimado, nos termos do número anterior, é apresentado pela entidade interessada e aprovado pelo eleito com competências próprias ou delegadas / subdelegadas na área da Cultura, mediante parecer da unidade orgânica gestora dos museus municipais.
3. A preparação das peças com vista ao empréstimo só se iniciará após o pagamento, por parte da entidade interessada, de 50% do total da despesa estimada.



Capítulo VI

Cedência de espaços nos Museus Municipais

Secção I

Cedência de utilização de espaços nos Museus Municipais para realização de Festas de Aniversário

Artigo 46.º

Aplicação espacial e temporal

1. Os jardins, os pátios e/ou as salas polivalentes dos museus municipais, desde que disponíveis, podem ser objeto de cedência para a realização de festas de aniversário, nos termos e com os condicionamentos estipulados no presente Regulamento, de forma a proporcionar o acesso a novos públicos, através da divulgação dos acervos museológicos e, igualmente, mediante a realização, em paralelo, de ações de caráter educativo, didático e lúdico.
2. O âmbito temporal de aplicação deste tipo de cedência restringe-se, em cada ano civil, aos meses de Abril a Outubro.
3. Em casos devidamente fundamentados, podem ser pontual e excecionalmente autorizados pelo eleito com competências próprias ou delegadas / subdelegadas na área da Cultura, na sequência de parecer do dirigente da unidade orgânica gestora dos museus municipais, eventos em meses diversos dos referidos no número dois do presente artigo.



Artigo 47.º

Fins e conteúdo

1. As festas de aniversário referidas no artigo anterior destinam-se a crianças, com idades compreendidas entre os 3 (três) e os 14 (catorze) anos.
2. Apenas são admitidos grupos, até um máximo de 25 (vinte e cinco) crianças e 4 (quatro) adultos como acompanhantes, sendo estes últimos totalmente responsáveis por aquelas durante o decurso da festa.
3. A duração da festa de aniversário não pode exceder as 3 (três) horas.
4. A festa de aniversário é composta por três momentos distintos:
 - a) Visita guiada ao museu;
 - b) Realização de uma atividade lúdico-didáticas;
 - c) Lanche.
5. A atividade lúdico-didática referida na alínea b) do número anterior é escolhida pelos interessados de entre os projetos lúdico-didáticos disponíveis em cada museu municipal e aprovados para o ano respetivo e, ainda, dentro das ações asseguradas pelo serviço educativo da RMMS.
6. Os projetos e ações referidos no número anterior podem ser consultados na página da Câmara Municipal de Sintra na internet em www.cm-sintra.pt, ou solicitados à Divisão de Cultura.
7. A organização do lanche referido na alínea c) do número 4, designadamente, quanto ao bolo de aniversário, as fotografias e os convites, bem como todos os materiais inerentes, são da inteira responsabilidade dos interessados.



8. Durante o lanche o grupo de crianças e adultos apenas podem usufruir dos jardins, dos espaços exteriores e das salas polivalentes, nos museus em que tal seja possível.

9. Desde o seu início ao seu termo, a festa de aniversário é acompanhada por pessoal da RMMS, o qual somente se responsabiliza pelo acompanhamento da festa em termos logísticos e pedagógicos.

10. No final do evento, o grupo tem direito a um Certificado de Participação personalizado da festa de aniversário nos museus municipais, devidamente assinado e carimbado pelo eleito com competências próprias ou delegadas / subdelegadas na área da Cultura.

Artigo 48.º

Condições de utilização

1. A utilização dos espaços implica o cumprimento das normas previstas no presente Regulamento e pressupõe a conservação das instalações e dos equipamentos, a observância das regras gerais de conduta cívica, bem como a preservação da imagem pública do serviço autárquico.

2. Sem prejuízo do referido no número anterior e nos artigos 34.º e 35.º da Lei 47/2004, de 19 de agosto, em cada museu municipal, dada a natureza do acervo exposto, podem ser determinadas pela unidade orgânica gestora dos museus municipais, restrições específicas, as quais devem ser prévia e devidamente publicitadas.



Artigo 49.º

Condições dos espaços

1. Todos os espaços museológicos, definidos nos termos do artigo 46.º deste Regulamento, nos quais decorram festas de aniversário devem:

- a) Dispor de equipamento básico de primeiros socorros;
- b) Dispor de um seguro de responsabilidade civil que cubra os riscos de acidentes com as crianças e seus acompanhantes.

2. Sempre que possível, a entrada do respetivo Museu Municipal deve estar controlada por sistema de videovigilância de modo a prevenir o afastamento ou desaparecimento dos menores, isto sem prejuízo da atribuição a cada criança, quando necessário, de uma pulseira de identificação da qual conste:

- a) Nome;
- b) N.º de telefone / telemóvel do encarregado de educação;
- c) Nome do museu;
- d) Data e hora de início da visita;
- e) Telefone do museu.

3. O sistema de videovigilância deve ser operado por pessoal habilitado e deve estar autorizado pela Comissão Nacional de Proteção de Dados.

4. Sem prejuízo das competências legalmente estabelecidas atinentes a outras entidades, a aferição da conformidade dos espaços quanto às condições de segurança referidas nas alíneas a) e b) do número 1 é efetuada pela unidade orgânica gestora da Segurança e Saúde no Trabalho, da Câmara Municipal de Sintra.



Artigo 50.º

Pedido

1. O pedido deve ser formulado mediante requerimento adequado, disponibilizado na página da Câmara Municipal de Sintra, dirigido ao Vereador com competências na área da Cultura, com a antecedência mínima de 15 dias relativamente à data de realização do evento.

2. O requerimento mencionado no número anterior obedece ao preenchimento do formulário existente, acompanhado de Termo de Responsabilidade constante do **Anexo VIII** ao presente Regulamento e contém informação escrita pormenorizada sobre a atividade a desenvolver, designadamente:

- a) A identificação completa do requerente (nome, n.º BI e cartão de contribuinte ou cartão de cidadão);
- b) Morada e contactos (telefone e e-mail);
- c) Identificação do museu municipal, a data e a hora, onde se pretende realizar a festa de aniversário;
- d) Estimativa do número de participantes, entre crianças e adultos;
- e) Identidade do aniversariante e idade que completa na data referida na alínea anterior para emissão do certificado de grupo;
- f) Identidade das crianças convidadas para emissão do certificado;
- g) Atividade lúdico-didática que prefere, mediante a indicação, em concreto, do projeto pedagógico ou ação escolhida.

3. O requerimento será acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Exibição do bilhete de identidade e cartão de identificação fiscal ou cartão do cidadão;
- b) Exibição do passaporte em substituição do referido na alínea anterior, quando se trate de cidadão estrangeiro;



4. Com a entrega do requerimento é paga, a título de preparo, 50% do valor da taxa estabelecida em sede de Tabela de Taxas, Licenças e Outras Receitas do Município de Sintra vigente.

Artigo 51.º

Tramitação Inicial

1. Os requerimentos e demais elementos instrutórios devem ser entregues no Gabinete de Apoio ao Município e Controlo de Processos e suas Delegações, por via postal, e-mail com componente digitalizado ou entregue presencialmente.

2. Assim que rececionado e registado no sistema de gestão documental, sendo então pago o preparo da competente taxa, o pedido é remetido, independentemente de despacho, pelo meio mais célere à unidade orgânica gestora dos museus municipais.

Artigo 52.º

Instrução do pedido

1. Após colher o parecer do responsável do museu em causa, a unidade orgânica gestora dos museus municipais, informa o pedido e sujeita-o a despacho do eleito com competência decisória própria, delegada / subdelegada na área da Cultura.

2. Na sequência do despacho, a unidade orgânica gestora dos museus municipais, informa o requerente, via e-mail ou telefone, do deferimento ou não da pretensão, bem como do prazo para liquidar o remanescente da taxa junto do Gabinete de Apoio ao Município ou suas Delegações, dependendo de onde se encontra a residência do requerente.



3. O procedimento de informação concomitante ao referido no número anterior deve ser desenvolvido junto ao Gabinete de Apoio ao Município e Departamento de Administração Finanças e Património.

Artigo 53.º

Desistência do pedido

1. As desistências têm de ser efetuadas, impreterivelmente, por escrito, através e-mail ou carta, no máximo até dois dias úteis antes da realização da festa de aniversário.

2. No caso previsto no número anterior aplica-se o n.º 5 do art.º 22.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra em vigor.

Artigo 54.º

Taxas

1. Pela realização de festas de aniversário em Museus Municipais é devida uma taxa correspondente ao benefício decorrente da utilização dos espaços, às ações que integram a festa e à emissão de certificado, fixada de acordo com os princípios da proporcionalidade e equivalência jurídica.

2. A taxa referida no número anterior é estabelecida anualmente em sede de Tabela de Taxas, Licenças e Outras Receitas do Município de Sintra.

3. As isenções e reduções subjetivas previstas no n.º 5 do art.º 14.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra vigente são aplicáveis no âmbito da presente Secção.



4. As isenções e reduções subjetivas previstas no art.º 16.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra vigente, não se aplicam no âmbito da presente Secção.

Secção II

Cedência da utilização das Salas Polivalentes dos Museus Municipais para fins culturais

Artigo 55.º

Aplicação espacial, procedimento e tramitação

1. As salas polivalentes consistem em espaços com capacidade para 30 pessoas sentadas e destinam-se, prioritariamente, à realização de atividades dos museus municipais.

2. A cedência das salas polivalentes a terceiros deve ser solicitada por escrito ao Presidente da Câmara Municipal para posterior análise e autorização, com as seguintes condicionantes:

- a) Apenas destinada a realizações de âmbito cultural;
- b) Sempre dentro do horário normal de abertura ao público do museu.

3. Aplicam-se a esta Secção, com as devidas adaptações, as regras estabelecidas na Secção I deste Capítulo, bem como, e subsidiariamente, com as devidas adaptações, as disposições do Regulamento de Organização, Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Lívio de Moraes.



Capítulo VII

Entidades associativas, voluntariado e constituição de parcerias

Artigo 56.º

Associações e voluntariado

1. A RMMS apoia a participação de associações de amigos dos museus municipais, de grupos de interesse especializado, de voluntariado, ou de outras formas de colaboração sistemática da comunidade e dos públicos, nas atividades dos museus municipais.

2. A participação referida no número anterior deve ser integrada no âmbito de projetos, programas, atividades e outras formas de intervenção propostas pela RMMS, de acordo com a legislação em vigor e mediante a aprovação de protocolo de cooperação por parte da Câmara Municipal de Sintra, sob proposta do eleito com competências próprias ou delegadas / subdelegadas na área da Cultura.

Artigo 57.º

Parcerias

Na perspetiva da divulgação dos acervos tratados e expostos e com o objetivo da fruição do património cultural, contribuindo para o conhecimento, preservação, defesa, valorização e transmissão da nossa identidade nacional, a RMMS pode, mediante aprovação da Câmara Municipal de Sintra, sob proposta do eleito com competências próprias ou delegadas / subdelegadas na área da Cultura, criar formas de interação, através, designadamente:

- a) Do intercâmbio de informação e colaboração técnica, mediante a implementação de programas e projetos de investigação científica, cultural e de educação, bem como através da criação e suporte de uma rede de informação com outras entidades nacionais ou estrangeiras, tais como universidades e centros de investigação,



para o desenvolvimento do estudo e investigação sistemática das suas coleções;

- b) Da constituição de parcerias, designadamente com outros museus municipais e/ou nacionais, centros de documentação, bibliotecas municipais e/ou nacionais, e Juntas de Freguesia do Município, mediante a implementação de uma infraestrutura tecnológica de ligação entre tais entidades, de forma a permitir o acesso ao inerente património cultural;
- c) Da constituição de parcerias que estabeleçam o modo de colaboração, as obrigações e prestações mútuas, a repartição de encargos, no âmbito da disponibilização, por parte dos museus municipais, de oportunidades de prática profissional aos estabelecimentos de ensino que ministrem cursos de formação nas áreas de museologia, da conservação e restauro de bens culturais e bem assim de outras áreas disciplinares relacionadas com as suas valências e coleções.

Capítulo VIII

Deveres dos utilizadores

Artigo 58.º

Obrigações

É obrigação dos visitantes e utentes dos museus municipais cumprir as normas estabelecidas no presente Regulamento e observar as sinaléticas informativas e proibitivas apostas nas respetivas instalações, bem como manter em bom estado e fazer bom e prudente uso das mesmas, dos bens e dos equipamentos.



Capítulo IX

Incumprimento

Artigo 59.º

Infrações

1. Sem prejuízo no disposto na legislação em vigor é expressamente proibido no interior e nos espaços exteriores adstritos aos museus municipais:

- a) Praticar quaisquer atos que perturbem o seu normal funcionamento;
- b) Entrar no interior dos museus municipais com malas, sacos, mochilas, objetos de grandes dimensões, facas, canivetes e saca-rolhas;
- c) Entrar em áreas de acesso condicionado ou reservado;
- d) Tocar nos objetos museológicos expostos, exceto nos preparados especificamente para esses fins, tais como as réplicas museológicas expostas em exposições com esse intuito, ou nos locais de lazer;
- e) Transportar bebidas e comidas para o interior das salas dos museus municipais, com exceção dos eventos cujos objetos incluam essa atividade;
- f) Fazer uso de telemóveis no interior dos museus municipais, concretamente, nas respetivas áreas expositivas e nas salas polivalentes, neste último caso, durante a realização de iniciativas;
- g) Vender artigos no decorrer das iniciativas, exceto quando a venda seja devidamente autorizada;
- h) Deitar lixo fora dos locais apropriados;
- i) A entrada de animais nos espaços interiores dos museus municipais, salvo os cães de assistência;
- j) Provocar ruídos que possam prejudicar as iniciativas, que incomodem o público ou lesem o trabalho dos técnicos;
- k) Utilizar fontes de ignição;
- l) Qualquer comportamento suscetível de afetar o evento e o seu pleno usufruto pela assistência;



m) Circular com carrinhos de bebé no interior das salas de exposição.

2. Tendo em conta a criação de condições de segurança nos museus municipais, durante as festas de aniversário não é permitida a introdução de:

- a) Objetos cortantes, perfurantes ou contundentes, designadamente talheres de metal;
- b) Copos e garrafas de vidro;
- c) Pratos de cerâmica, vidro ou metal.

3. Não são também permitidas ações por parte dos utilizadores ou entidades que:

- a) Violem a integridade de pessoas e bens;
- b) Possam por em causa a segurança do espaço ou dos seus equipamentos;
- c) Apelem ao desrespeito do decoro e da moral públicas;
- d) Transmitam mensagens de caráter político, religioso, ou clubístico;
- e) Transmitam mensagens de caráter discriminatório, designadamente em função da raça, género ou orientação sexual.

4. Os objetos referidos na alínea b) do número 1 devem ser depositados à entrada, na receção e acolhimento, sendo dado ao visitante um comprovativo do depósito que o habilita a levantar o bem à saída.



Capítulo X

Fiscalização, sanções e tutela contraordenacional

Artigo 60.º

Fiscalização

1. A verificação do cumprimento do presente Regulamento compete ao responsável pela unidade orgânica gestora dos museus municipais, ao responsável de cada um dos museus e a todo o pessoal que aí preste serviço.
2. Em caso de manifesta necessidade, designadamente de levantamento de auto de notícia por contraordenação, o responsável pela unidade orgânica gestora dos museus municipais ou o responsável de cada um dos museus podem solicitar a presença da Polícia Municipal de Sintra, ou da autoridade policial territorialmente competente.

Artigo 61.º

Sanções aplicáveis às infrações cometidas pelos particulares

1. Compete à Câmara Municipal de Sintra zelar pelo cumprimento deste Regulamento.
2. As infrações ao disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 59.º são sancionadas com a advertência verbal.
3. O visitante/utente que, depois de ter sido avisado pelos colaboradores dos museus municipais, nos termos do número anterior, não acatar as normas regulamentares aplicáveis, será convidado a retirar-se das instalações.
4. À reincidência da infração anterior será aplicada a suspensão do acesso aos museus municipais, por um prazo de um dia a uma semana.



5. À reincidência da infração referida no n.º 4 do presente artigo, será aplicada a suspensão do acesso aos museus municipais, por um prazo de uma semana a um mês.

6. À reincidência da infração indicada no n.º 5 do presente artigo será aplicada a sanção da interdição do acesso aos museus municipais.

7. A aplicação das sanções às infrações previstas, sem prejuízo da responsabilidade civil, criminal e contraordenacional que ao caso couber, é da competência:

- a) Dos colaboradores da unidade orgânica gestora dos museus municipais, no caso das sanções previstas nos n.ºs 2 e 3 do presente artigo;
- b) Do eleito com competências próprias ou delegadas / subdelegadas na área da Cultura, no caso da sanção prevista nos n.ºs 4 a 6 do presente artigo.

Artigo 62.º

Sanções aplicáveis quanto à utilização dos espaços

1. Quem viole quaisquer normas do presente Regulamento aquando da utilização dos espaços objeto de cedência nos museus municipais, fica impedido de os utilizar, num período de um a dois anos.

2. Quem não utilize o espaço nas datas que lhe foram destinadas ou que desista da realização da iniciativa, sem fundamentada justificação, fica impossibilitado de utilizar tal espaço, no período de dois anos consecutivos.

3. O eleito com competências próprias ou delegadas / subdelegadas na área da cultura revoga o ato de autorização de cedência da utilização do espaço, de



imediatamente e sem pré-aviso, sempre que o mesmo esteja a ser utilizado para um fim diverso do autorizado, ficando a entidade impedida de o utilizar, no período de três anos consecutivos.

4. No caso previsto no número anterior, procede-se, de imediato, à suspensão do evento, recorrendo, se necessário à Polícia Municipal de Sintra, tendo em conta que se está em presença de instalações municipais integradas no património da Autarquia.

5. A aplicação das sanções previstas no presente artigo, sem prejuízo da responsabilidade civil, criminal e contraordenacional que ao caso couber, é da competência do eleito com competências próprias ou delegadas / subdelegadas na área da cultura, na sequência de participação do dirigente da unidade orgânica gestora dos museus municipais.

Artigo 63.º

Contraordenações

1. Sem prejuízo da responsabilidade civil ou penal que ao caso assista, os comportamentos descritos nas alíneas constantes do n.º 3 do art.º 59.º são sancionáveis nos termos do presente regulamento como contraordenação com coima de 30,00 € (trinta euros) a 100,00 € (cem euros).

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, as contraordenações e respetivas coimas, bem como as demais sanções acessórias que se encontrem previstas na Lei Quadro dos Museus Portugueses, são aplicáveis aos comportamentos verificados nos museus municipais, sempre que os respetivos tipos legais e demais pressupostos se encontrem preenchidos.



3. O regime geral das contraordenações previsto na Lei de Bases do Património Cultural aplica-se subsidiariamente ao disposto nos números anteriores.

Artigo 64.º

Processo contraordenacional

1. A decisão sobre a instauração do processo de contraordenação, aplicação das coimas e das sanções acessórias é da competência do Presidente da Câmara, sendo delegável e subdelegável, nos termos da lei.

2. A determinação da instrução dos processos de contraordenação referidos no presente Regulamento compete ao Presidente da Câmara Municipal, nos termos da lei;

3. O produto das coimas, mesmo quando estas sejam fixadas em juízo, constitui receita do Município.

Artigo 65.º

Medida da coima

1. A determinação da medida da coima far-se-á em função da gravidade da contraordenação, da culpa, da situação económica do agente e do benefício económico que este retirou da prática da contraordenação.

2. A coima deve sempre exceder o benefício económico que o agente retirou da prática da contraordenação.

3. A tentativa e a negligência são puníveis.



Título III

Disposições finais e transitórias

Artigo 66.º

Revogação

São revogadas as normas de execução e de procedimentos de carácter intraorgânico adotados pelos serviços que contrariem as disposições deste Regulamento.

Artigo 67.º

Integração de lacunas e interpretação

1. Em tudo o que não estiver previsto no presente Regulamento, regem as disposições legais aplicáveis.
2. As dúvidas suscitadas na interpretação deste Regulamento e a resolução de casos omissos serão resolvidos por despacho do eleito com competências próprias ou delegadas / subdelegadas na área da Cultura.

Artigo 68.º

Avaliação e revisão

1. A Câmara Municipal apresenta, de cinco em cinco anos, à Assembleia Municipal um relatório sobre a aplicação do presente Regulamento, sendo, igualmente, apreciada a necessidade de revisão ou alteração.
2. Sem prejuízo do que decorrer das opções que venham a ser assumidas pelo legislador, o presente Regulamento é obrigatoriamente revisto no prazo máximo de 10 anos.



Artigo 69.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no prazo de 15 dias úteis sobre a sua publicitação nos termos legais.

Anexo I

Enquadramento, Missão e Vocação dos Equipamentos Museológicos que compõem a Rede de Museus Municipais de Sintra (RMMS), nos termos do artigo 3.º do presente Regulamento

Definição da Missão e da Vocação da Casa-Museu de Leal da Câmara

1. A Casa-Museu de Leal da Câmara tem por missão a investigação, conservação, documentação, valorização, divulgação, aquisição e difusão dos testemunhos materiais e orais atinentes à vida e à obra de Mestre Leal da Câmara, numa perspetiva geral, com o objetivo de construir e transmitir uma memória correta de um brilhante percurso humanista e artístico de vida, para fins de estudo, educação e fruição.
2. A Casa-Museu assenta na sua exposição de longa duração, serviço de documentação, publicações, conferências, atividades lúdico-didáticas e atividades temporárias (exposições e parcerias).
3. A área temática da Casa-Museu de Leal da Câmara prende-se com a vida e com a obra do Artista e, de igual modo, com a História e com a Cultura dos séculos XIX e XX.

Definição da Missão e da Vocação do Museu Anjos Teixeira

1. O Museu Anjos Teixeira tem por missão a investigação, conservação, documentação, valorização, divulgação, aquisição e difusão dos testemunhos materiais e orais atinentes às vidas e às obras dos Mestres Escultores contemporâneos Artur Gaspar dos Anjos Teixeira e Pedro Augusto dos Anjos Teixeira (pai e filho), numa perspetiva geral, com o objetivo de construir e transmitir uma memória correta de dois brilhantes percursos artísticos de vida, para fins de estudo, educação e fruição.



2. O Museu assenta na sua exposição de longa duração, serviço de documentação, publicações, conferências, atividades lúdico-didáticas e atividades temporárias (exposições e parcerias).

3. A área temática do Museu Anjos Teixeira prende-se com a vida e obra dos patronos do Museu e, de igual modo, com a História e com a Cultura dos séculos XIX e XX.

Definição da Missão e da Vocação do Museu Ferreira de Castro

1. O Museu Ferreira de Castro tem por vocação a conservação, investigação, valorização e divulgação do vasto espólio castriano, para fins de estudo, educação e lazer.

2. O Museu assenta na sua exposição permanente, serviço de documentação, publicações, conferências, atividades lúdico-didáticas e atividades temporárias (exposições temáticas e parcerias com outras instituições).

3. A área temática do Museu Ferreira de Castro prende-se com a vida e a obra do escritor e, ainda, com a literatura, a História e a Cultura do século XX.

Definição da Missão e da Vocação do Museu de História Natural de Sintra

1. O Museu de História Natural de Sintra tem por missão a investigação, conservação, documentação, valorização, divulgação, aquisição e difusão dos testemunhos materiais atinentes à vida na terra, com o objetivo de construir e transmitir uma memória da história da terra primitiva e da evolução da vida.

2. O Museu de História Natural de Sintra assenta na sua exposição de longa duração, serviço de documentação, publicações, loja, conferências, atividades lúdico-didáticas e atividades temporárias (exposições e parcerias).

3. A área temática do Museu de História Natural de Sintra prende-se com o percurso de vida do Colecionador Dr. Miguel Barbosa, patrono do Museu.



Definição da Missão e da Vocação do MU.SA – Museu das Artes de Sintra

1. O MU.SA – Museu das Artes de Sintra é, na sua essência, um espaço cultural que integra uma exposição de longa duração de obras pertencentes à Coleção Municipal de Arte, a Livraria Municipal (que atribui particular destaque às publicações relativas a Sintra), a Galeria Municipal de Arte (espaço destinado a acolher exposições temporárias) e o Lab Arte (espaço destinado à experimentação artística)
2. O MU.SA – Museu das Artes de Sintra tem por missão a valorização e divulgação de obras de arte contemporânea, assente em exposições de longa duração e exposições temporárias, bem como a promoção da investigação, conservação, documentação, publicação, conferências, atividades lúdico-didáticas e de espetáculos diversos como música, teatro, dança, poesia ou cinema.
3. O principal tema de interesse do MU.SA – Museu das Artes de Sintra é a arte contemporânea e as artes performativas.
4. O MU.SA – Museu das Artes de Sintra, no âmbito do seu serviço educativo, tem como principais objetivos:
 - a) Promover e sensibilizar o público para o estudo, a investigação, a publicação e a conservação das coleções que exhibe;
 - b) Desenvolver e dinamizar relações com os diversos públicos;
 - c) Promover junto dos cidadãos uma relação com a história da arte, a arte, a história e o património cultural do município sintrense;
 - d) Promover o hábito de frequentar espaços museológicos, proporcionando aos visitantes uma aprendizagem e/ou apreensão de conhecimentos, inclusive de forma lúdica, nunca descuidando a componente científica;
 - e) Sensibilizar os visitantes para a preservação/conservação do património artístico, património histórico e a memória comum, valorizando a identidade local e regional.

Definição da Missão e da Vocação do Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas



1. O Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas (MASMO) é, na sua essência, um Museu de Arqueologia, que tem como objetivos primordiais a inventariação, recolha, conservação, salvaguarda, estudo e divulgação do Património Arqueológico da Região de Sintra.

2. Os acervos do MASMO são constituídos pelas seguintes coleções:

- a) Coleção de Arqueologia, abrangendo um extenso período cronológico desde o Paleolítico Médio; passando pelo Neolítico antigo, médio e final; Calcolítico; Idade do Bronze e Idade do Ferro; Romanidade; Alta Idade Média, Período Islâmico, Período Medieval Português; e Idades Moderna e Contemporânea. Destaca-se a coleção de Epigrafia que inclui exemplares de diferentes fases culturais, salientando-se os das épocas Etrusca e Romana e da Antiguidade Tardia.
- b) O Museu conserva ainda uma vasta coleção de osteologia, designadamente humana, balizada cronologicamente entre a Pré-história recente e o século XIX.
- c) Possui também coleções de objetos de excecional valor no âmbito da Numismática, História da Arte, História Antiga e Etnografia, bem como um núcleo biblioteconómico consagrado ao Livro Antigo.

3. O MASMO é uma instituição vocacionada para o inventário, conservação, salvaguarda, estudo e divulgação do Património Arqueológico da Região de Sintra, incluindo os testemunhos mantidos *in situ*, tendo ainda por missão a investigação e divulgação nas áreas da Arqueologia, Antropologia, História Antiga, Etnografia e História da Arte.

4. No âmbito do MASMO incluem-se ainda os seguintes objetivos:

- a) Promover o estudo, a investigação, a publicação e a conservação das coleções;
- b) Desenvolver e dinamizar as relações com o público;
- c) Proporcionar aos cidadãos uma identificação com a História e o Património Cultural do Município de Sintra e, igualmente, com a História e com o Património Cultural Nacionais;
- d) Criar o hábito e fomentar o gosto em frequentar o Museu por parte das escolas e demais grupos inseridos em atividades lúdico-didáticas;
- e) Proporcionar aos visitantes uma aprendizagem/apreensão de conhecimentos, inclusive de forma lúdica, mas sempre com base científica;
- f) Sensibilizar os visitantes, despertando-os para a necessidade de preservar o património histórico, as raízes culturais e a memória comum;
- g) Zelar e reforçar a identidade local e regional, com vista à sua valorização e dinamização social.



ANEXO II

Termo de responsabilidade (Atividades lúdico-didáticas)

_____ (nome), com o NIF _____, sede/ morada _____
em _____ (localidade), representada por _____ (nome e qualidade), com o BI
n.º _____, emitido em ____/____/____, ou cartão de cidadão n.º
_____, válido até _____, residente na _____, em _____
(localidade), no âmbito da utilização do/a (Designação do Museu), para efeitos da realização de
atividade lúdico-didática, para o dia _____, no período compreendido entre as
_____ e as _____, declara sob compromisso de honra e para os devidos efeitos que:

- a) Mantém o interesse na frequência por parte de (n.º de participantes que integram a ação) na atividade lúdico-didática designada por (Designação da Atividade) a realizar na data e hora previstas;
- b) Tomou conhecimento do Regulamento da Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra e aceitou o seu conteúdo;
- c) Se responsabiliza pelos participantes na atividade lúdico-didática;
- d) Se responsabiliza por todos os danos em equipamentos, instalações ou peças, que comprovadamente se verifiquem no espaço museológico, ocorridos durante a ação, conexos com a sua realização ou com os participantes que o integram, assumindo os encargos decorrentes.

Sintra, _____ de _____ de _____.

O Declarante: _____

(Artigo 25.º, n.º 5 do Regulamento de Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra)



ANEXO III

**Pedido de consulta de documentação nas instalações do
Museu Municipal / designação do Museu**

Pedido externo

Consulta n.º ____/____

Nome: _____ Morada: _____ NIF: _____ BI n.º: _____
Data: ____/____/____ Contacto: _____

O (a) requisitante _____

Pedido interno

Consulta n.º ____/____

Nome: _____

Unidade Orgânica: _____

Descrição e fundamentação do pedido: _____

Data: ____/____/____

Estado de conservação: _____

Designação do documento: _____

N.º de Inventário-Geral: _____

Suporte Tecnológico: _____



Sintra, ____/____/____ Funcionário do Museu Municipal: _____

(Artigo 34.º, n.º 1 do Regulamento de Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra)

ANEXO IV

Pedido de consulta de peças das coleções museológicas em exposição ou reserva nas instalações do Museu Municipal / designação do Museu)

Pedido externo

Consulta n.º ____/____/____

Nome: _____ Morada: _____ NIF: _____ BI n.º: _____

_____ Data: ____/____/____

O (a) requerente _____

Pedido interno

Nome: _____

Unidade Orgânica: _____

Descrição e fundamentação do Pedido: _____

Estado de conservação: _____

Designação da peça: _____

N.º de Inventário-Geral: _____

Suporte Tecnológico: _____

Sintra, ____/____/____ Funcionário do Museu Municipal: _____



(Artigo 36.º, n.º 2 do Regulamento de Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra)

ANEXO V

Pedido para reprodução de documentos conservados no Museu Municipal / designação do Museu

Pedido n.º ____/____

Nome: _____ Morada: _____

NIF: _____ BI n.º: _____ Data: ____/____/____

Solicita-se a reprodução da seguinte documentação: _____

Finalidade e fundamentação: _____

Estado de conservação: _____

N.º de Inventário-Geral: _____

Observações: _____

Suporte tecnológico: _____

O/a requerente: _____

Funcionário do Museu Municipal: _____

Despacho/Autorização: _____ Data: ____/____/____



(Artigo 37.º, n.º 2 do Regulamento de Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra)

Nota: A documentação reproduzida é entregue após cobrança, pela unidade orgânica competente para o efeito, das taxas previstas no Regulamento e Tabela de Taxas e outras Receitas do Município de Sintra em vigor.

ANEXO VI

Pedido para reprodução de bens museológicos e/ou de imagens dos espaços dos Museus Municipais

Pedido n.º _____ / _____

Nome: _____ Morada: _____

NIF: _____ BI n.º: _____ Data: ____/____/____

Solicita-se a reprodução do seguinte: _____

Finalidade e fundamentação: _____

Estado de conservação: _____

N.º de Inventário-Geral: _____

Observações: _____

Suporte Tecnológico: _____

O/ A requerente: _____

Funcionário do Museu Municipal: _____

Despacho/Autorização: _____ Data: ____/____/____

(Artigo 38.º, n.º 5 do Regulamento de Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra)



ANEXO VII

Pedido de empréstimo de bens culturais do Museu Municipal / Nome do Museu

Nota: Elaborado em duplicado

Pedido externo

Pedido n.º _____ / _____

Nome: _____ Morada: _____

_____ NIF: _____ BI n.º: _____ Data: ____/____/____

O (a) requisitante (recebeu): _____

Pedido interno

Pedido n.º _____ / _____

Nome: _____

Unidade orgânica: _____

O (a) requisitante (recebeu): _____

Descrição, indicação das condições (com referência ao estado de conservação do bem cultural através de descrição de talhada, ao registo fotográfico geral e pormenorizado) e fundamentação do pedido: _____

Estado de conservação: _____

N.º de Inventário-Geral: _____

Suporte Tecnológico: _____

Sintra, ____/____/____ Funcionário do Museu Municipal (entregou): _____

Despacho / Autorização: _____ Data: ____/____/____



Devolução após empréstimo (entregou): _____

Sintra, ____/____/____ Funcionário do Museu Municipal (recebeu): _____

(Artigo 43.º, n.º 1 do Regulamento de Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra)

ANEXO VIII

Termo de responsabilidade (Festa de aniversário)

_____, (nome), com o NIF _____, sede/ morada _____ em _____ (localidade), representada por _____ (nome e qualidade), com o BI n.º _____, emitido em ____/____/____, ou cartão de cidadão _____, válido até _____, residente na _____, em _____ (localidade), no âmbito da utilização (Designação do Museu), para efeitos da realização de Festa de Aniversário, para o dia _____, no período compreendido entre as _____ e as _____, declara sob compromisso de honra e para os devidos efeitos que:

- e) Mantém o interesse na ocupação dos espaços autorizados (Designação do Museu) na data prevista, dia (Data);
- f) Tomou conhecimento do Regulamento da Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra e aceitou o seu conteúdo;
- g) Se responsabiliza por todos os danos ocorridos durante o evento e que assumirá todos os encargos decorrentes da indevida utilização dos espaços a utilizar ou danificação de materiais que comprovadamente se verifiquem.

Sintra, ____ de _____ de _____



O Declarante: _____

(Artigo 50.º, n.º 2 do Regulamento de Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra)

Sintra,23-08-2017 12:25:41

PATRICIA SUSANA
PISA TOMÉ

Digitized by PATRICIA SUSANA PISA TOMÉ
INSTITUTO DE PESQUISAS PISA TOMÉ
C/ RUA ALVARO DE ALMEIDA, 100 - JARDIM PAULISTA
05424-900 - SÃO PAULO - SP - 05508-900
Fone: (011) 3061-0100 - Telex: 50000000
Código Postal 05424-900

[illegible]

--

--

--



NOTA INTERNA

Para: Dr.ª Lúcia Bernardes

N.º: SM 34695

Serviço: DIN.DJUR

De: GAMQ

Data: 23-08-2017

Assunto: Projeto de Primeira Alteração ao Regulamento de Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra – SUBMISSÃO A CONSULTA PÚBLICA - CONTRIBUTOS – Processo Jurídico nº 528/2016

Informa-se que após consulta aos registos do Portal do Municípe, não foram identificados registos referentes a esta temática.

A Assistente Técnica
Patricia Tomé



**Projecto de
Primeira Alteração ao Regulamento da
Organização, Gestão e Funcionamento da
Rede de Museus Municipais de Sintra**

Parecer da DGPC

DATA 19-11-17 Nº 011935

Departamento de Museus, Conservação e Credenciação

Exmo. Senhor
Dr. Basílio Horta
Presidente da Câmara Municipal de Sintra
Largo Dr. Virgílio Horta 4
2710-592 Sintra

Sua referência

Sua comunicação

Nossa referência

CS 3223459

Assunto: Projeto de Primeira Alteração ao Regulamento de Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra

Na sequência de pedido de parecer a esta Direção-Geral, relativamente às alterações propostas ao Regulamento de Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra, tenho o gosto de enviar em anexo a respetiva análise.

Com os melhores cumprimentos,

Paula Araújo da Silva



Diretora-Geral

Anexo: Informação nº 152/DMCC, de 19-09-2017, "Projeto de Alteração do Regulamento da Rede de Museus Municipais de Sintra – Parecer"



REPÚBLICA
PORTUGUESA
CULTURA

**PATRIMONIO
CULTURAL**
Direção-Geral do Património Cultural

Departamento de Museus, Conservação e Credenciação



Departamento de Museus, Conservação e Credenciação

Concedido.

À licenciatura superior,

19.9.17

Teresa Mourão
Diretora do Departamento de Museus,
Conservação e Credenciação

INFORMAÇÃO n.º 152/DMCC/2017

data: 2017.09.19

cs: 121.13.53

processo nº:

assunto: Projeto de Alteração do Regulamento da Rede de Museus Municipais de Sintra -
Parecer

A Câmara Municipal de Sintra enviou à Direção-Geral do Património Cultural o "Projeto de Primeira Alteração ao Regulamento da Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra", documento que foi remetido à signatária para análise e elaboração de parecer, em 24-07-2017.

Antecedentes

Com a publicação da Lei-Quadro dos Museus Portugueses, em 2004, e com a adesão de museus à Rede Portuguesa de Museus, três museus municipais de Sintra – a Casa-Museu Leal da Câmara, o Museu Ângelo Teixeira e o Museu Ferreira de Castro - elaboraram os seus Regulamentos Internos de acordo com o enquadramento legal suscitado por aquela Lei, que, nos seus artigos 52º e 53º, tornou obrigatória a aprovação dos Regulamentos dos museus. Posteriormente, ao aderir também à RPM, o Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas seguiu o mesmo percurso.

Com a evolução da organização municipal e com a gestão e funcionamento reticular dos Museus Municipais de Sintra, veio a respetiva Câmara Municipal a aprovar, em 24-02-2010, o "Regulamento da Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra", ratificado pela Assembleia Municipal, em 27-04-2010. Correspondeu esta etapa a uma tendência de gestão em rede dos museus autárquicos, adotada por várias Câmaras Municipais, com prolongamentos variáveis até ao presente. Esta constatação assumiu no Município de Sintra um caráter de especial oportunidade por se tratar do Concelho que, na primeira década dos anos 2000, possuía o número mais elevado de Museus

Departamento de Museus, Conservação e Credenciação

Municipais em Portugal. Assim, tal opção permitiu à Câmara Municipal de Sintra uma gestão concertada dos respetivos equipamentos museológicos com vantagens para todos.

Análise do Projeto de Alteração ao Regulamento da Rede de Museus Municipais de Sintra

Passados sete anos sobre a aprovação de um Regulamento único para a Rede de Museus Municipais de Sintra, verificaram-se algumas alterações do panorama museológico concelhio, designadamente a integração do MU.SA – Museu das Artes de Sintra e do Museu de História Natural de Sintra naquela Rede. Em paralelo, alguns aspetos decorrentes da aplicação do Regulamento de 2010 necessitavam de afinação e de correção, o que motivou a elaboração do presente documento, terminado em janeiro de 2017.

Começa-se por saudar a iniciativa da Câmara Municipal de Sintra em retificar e atualizar o Regulamento relativo à organização, gestão e funcionamento da Rede de Museus Municipais, dada a relevância que este tipo de documentos gestionários assumem no dia-a-dia dos museus, contribuindo para a melhoria da sua articulação, performance e afirmação.

No caso presente o Regulamento continua a cumprir o estabelecido na Lei-Quadro dos Museus Portugueses, destacando-se o elenco exaustivo das funções museológicas e o seu aprofundamento e adaptação às circunstâncias específicas dos Museus Municipais de Sintra. Assim, dos pontos de vista legal e técnico, o Regulamento está em consonância não apenas com o quadro jurídico como com as boas práticas museológicas internacionais. A título de exemplo, refira-se o cuidado colocado nos requisitos de incorporação, designadamente na alínea e) do Artigo 12º, que sujeita as incorporações aos objetivos e às missões dos Museus Municipais.

Igualmente salienta-se o nº 1 do Artigo 39º do Regulamento, relativo à Direção Técnica de cada Museu por um responsável com a categoria de Técnico Superior. Não obstante, recomenda-se a harmonização com o Artigo 44º da Lei-Quadro dos Museus Portugueses, que refere expressamente: “O museu deve ter um Diretor, que o representa tecnicamente, sem prejuízos dos poderes da entidade pública ou privada de que o museu dependa.”

No que toca às condições de segurança, designadamente no plano da utilização das instalações e das restrições e infrações nomeadas no Artigo 59º do Regulamento, chama-se a atenção para a alínea f) do nº 1 quanto à proibição do uso de telemóveis no interior dos museus, regra que crescentemente merece revisão, tendo em conta a existência de aplicações para dispositivos móveis que apoiam e enriquecem as visitas às exposições, a descoberta e a fruição do património móvel por parte do público.

Neste Regulamento é também imprescindível atender aos conteúdos do Anexo I, em que são explicitadas a missão e a vocação dos seis museus a que respeita este documento. Estando claramente definidas a missão e a vocação de cada museu, recomenda-se, contudo, que seja evitada a utilização de uma linguagem subjetiva do tipo “brilhante percurso humanista e artístico”, sugerindo-se antes uma descrição de teor factual e objetivo. Recomenda-se ainda que haja uma uniformização dos textos relativos aos seis museus, em particular acrescentando em todos um ponto com uma breve caracterização do acervo, a exemplo do que é feito no nº 2 da “Definição da Missão e Vocação do Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas”.



Departamento de Museus, Conservação e Credenciação

Deste modo, é francamente positivo o parecer técnico relativo ao “Projeto de Primeira Alteração ao Regulamento da Organização, Gestão e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra”, recomendando-se a adoção dos aspetos pontuais acima referidos.

À consideração superior

Clara Camacho
(Técnica Superior)